



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DYLLEAN DE CÁSSIA OLIVEIRA SILVA

**A DEGRADAÇÃO DA VIDA NO DISTRITO INDUSTRIAL DO PEQUIÁ DE BAIXO,
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA/MA, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO POLO
SIDERÚRGICO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE.**

Belém-PA

2016

DYLLEAN DE CÁSSIA OLIVEIRA SILVA

**A DEGRADAÇÃO DA VIDA NO DISTRITO INDUSTRIAL DO PEQUIÁ DE BAIXO,
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA/MA, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO POLO
SIDERÚRGICO DA EMPRESA VALE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Serviço Social pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS,
da Universidade Federal do Pará/UFPA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nádya Socorro Fialho
Nascimento

Belém-PA

2016

Bibliotecária Maria José Costa Amorim – CRB13/707

S586d Silva, Dyllean de Cássia Oliveira.

A degradação da vida no Distrito Industrial do Pequiá de Baixo, município de Açaílândia/MA, a partir da implantação do Polo Siderúrgico da Empresa VALE./ Dyllean de Cássia Oliveira Silva. – Belém-PA, 2016.

Orientador (a): Prof^a. Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social.) - Universidade Federal do Pará/UFPA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ PPGSS.

1. Meio Ambiente. 2. Amazônia. 3. Saúde. 4. Emprego. 5. Açaílândia/MA. I. Silva, Dyllean de Cássia Oliveira. II. Título.

CDU 502.175:613:331.545(812.1)

DYLLEAN DE CÁSSIA OLIVEIRA SILVA

**A DEGRADAÇÃO DA VIDA NO DISTRITO INDUSTRIAL DO PEQUIÁ DE BAIXO,
MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA/MA, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO POLO
SIDERÚRGICO DA EMPRESA VALE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para detenção do título de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS, da Universidade Federal do Pará/UFPA.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Nádia Socorro Fialho Nascimento
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Jurandir dos Santos Novaes
Avaliadora Externa

Prof.^a Dr.^a Solange Maria Gayoso da Costa
Avaliadora interna

Apresentado em ___/___/___
Conceito: _____

Dedico aos meus pais, Raimundo Nonato e Maria do Carmo, ao meu esposo Charles Miranda e aos meus filhos Carolina e Enzo Lucas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo acalento nos dias cinzentos e por me permitir concretizar as promessas de vida. Eu estou realizando um grande sonho, fruto da vontade do Senhor!

Aos meus pais, Maria do Carmo e Raimundo Nonato, a quem devo minha existência.

Ao meu esposo Charles Miranda e a meus filhos, Carolina e Enzo Lucas, por tanta delicadeza no olhar que me fizeram forte em momentos de grandes angústias para concretização desse sonho.

À minha avó Nazaré, uma grande mulher, alguém que me inspira, sobretudo por sua força e cuidado com nossa família. Alguém que sempre me apoiou para que pudesse alcançar voos maiores.

Ao meu avô Reynaldo (*in memoriam*), que em vida foi meu grande exemplo de honestidade e retidão. Ele sempre me inspirou a lutar em busca dos meus sonhos.

Aos meus amados irmãos Denize e Everton Diêgo, que com alegria me permitiram refletir acerca dos gestos mais simples da vida.

A minha orientadora Prof^a Dra. Nádia Fialho que me abriu as portas para o estudo na área de desenvolvimento na Amazônia. Muito obrigado pelas oportunidades e apoio, pela paciência nos momentos difíceis, pelas sugestões de leituras construtivas, pela atenção, pela expressão da grandiosidade da sua alma e seu coração que muito contribuiu para que este trabalho fosse concluído com sucesso e pela finalização do mestrado. Obrigada do fundo do meu coração.

Aos Professores do Programa de Pós Graduação do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA: Prof^o Dr. Reinaldo Pontes, Prof^a Dra. Sandra Helena, Prof^a Dra. Maria Antonia, Prof^a Dra. Solange Gayoso. Grandes mestres que sempre destinaram seus valiosos conhecimentos às aulas do mestrado. Obrigada!

À Prof^a Dra. Joana Valente Santana, professora e coordenadora do PGSS, por toda sua competência, sabedoria, gentileza, respeito e humildade. Você foi uma professora que marcou minha vida acadêmica, sobretudo por seus valiosos conhecimentos passados com tanta competência a todos nós. Muito Obrigada!

À minha amiga Maria Zenilda Lira do Rego, por ser tão especial, companheira e que sempre trocou experiências e me incentivou ao longo dessa jornada.

À Lenilda Leandro Rocha da Costa, por ser minha grande incentivadora nessa jornada. Agradeço por todo respeito, compreensão, gentileza e muita força destinados a mim para a concretização desse sonho. Obrigada amiga!

Aos meus amigos especiais Fabrícia Carvalho Silva e Jailson Macedo de Sousa, por serem os grandes responsáveis pelo meu acesso ao mestrado. Foram grandes incentivadores nessa jornada.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para minha chegada em mais uma etapa.

O povo quer ter uma vida
Com a saúde assistida
Nas margens das siderúrgicas
As águas estão poluídas
Mal se pode respirar
Pois a qualidade do ar
Já está comprometida
É o pó preto dos minérios
Causando a poluição
Trazendo risco à saúde
Transtornos à população
Acumula o pó nas casas
Esta fuligem arrasa
Causando a intoxicação.

Cordel de Paulinho Nó Cego
Para o documentário "Peleja do povo contra o dragão de ferro".

RESUMO

Esta dissertação aborda a degradação das condições de vida dos moradores do distrito industrial do Pequiá de Baixo, no município de Açailândia-Ma, a partir da implantação do Pólo Siderúrgico da Companhia Vale do Rio Doce na região. Os objetivos da pesquisa buscaram caracterizar as condições de saúde e meio ambiente, a geração de emprego e renda e, ainda, a organização comunitária da população a partir dos impactos gerados pelos projetos de desenvolvimento na área. Partindo de uma perspectiva crítica, foram realizados, além da Pesquisa Bibliográfica e Documental, um levantamento de dados secundários, obtidos através da consulta a pesquisas já realizadas no distrito de Pequiá de Baixo por entidades públicas e/ou organizações não governamentais. Também foram realizadas entrevistas com alguns moradores. Os resultados alcançados indicaram que, mesmo com a organização social surgida no processo de enfrentamento dos impactos sociais provocados pelo Pólo Siderúrgico, as condições de vida dos moradores daquela área comprovam a extrema violação de direitos sociais.

Palavras-chave: Amazônia. Saúde/Meio Ambiente. Emprego/Renda. Organização Comunitária. Pequiá de Baixo.

ABSTRACT

This dissertation addresses the degradation of living conditions for residents of the industrial district of Low Pequiá in the municipality of Açailândia / Ma from Steel Pole deployment of Companhia Vale do Rio Doce in the region. The objectives of the study sought to characterize the health conditions and environment, employment and income and also the community organization of the population from impacts caused by development projects in the area. From a critical perspective, it was carried out in addition to the Bibliographic and document research, a survey of secondary data obtained by consulting the research already carried out in the Low Pequiá district by public and / or non-governmental organizations entities. Also were conducted interviews with residents. The results obtained indicated that, even with the social organization emerged in coping with the social impacts caused by Steel Pole, the living conditions of the residents of that area proves the extreme violation of social rights.

Keywords: Amazon. Health/Environment. Employment/Income. Community organization. Low Pequia.

LISTA DE SIGLAS

ALCOA: -----	<i>Aluminum Company of América</i>
BNDES -----	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CODAM -----	Conselho Estadual de Desenvolvimento do estado do Amazonas
CPT -----	Comissão Pastoral da Terra
CREA -----	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
COSIPA -----	Companhia Siderúrgica Paulista
CVRD -----	Companhia Vale do Rio Doce
DNI -----	Departamento Nacional de Imigração
EFC -----	Estrada de Ferro Carajás
EUA -----	Estados Unidos da América
FIDH -----	Federação Internacional dos Direitos Humanos
FINDAM -----	Fundo para Investimentos privados no Desenvolvimento da Amazônia
FINAM -----	Fundo de Desenvolvimento na Amazônia
IBGE -----	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI -----	Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês
IDH -----	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA -----	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST -----	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MRN -----	Mineração Rio do Norte
PDA -----	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PGC -----	Programa Grande Carajás
PIB -----	Produto Interno Bruto
PIN -----	Programa de Integração Nacional
PND -----	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA -----	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE -----	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PROTERRA -----	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste
RDC -----	Rubber Development Corporation
RRC -----	<i>Rubber Reserve Company</i>

SAVA ----- Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA ----- Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SPVEA ----- Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia

UNISIMAS ----- Usina Siderúrgica de Minas Gerais

UNISIMAS ----- Usina Siderúrgica de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Programa de polos agropecuários e agrominerais do POLAMAZÔNIA.....	32
Figura 2:	Complexo Minerador de Carajás e o Projeto Ferro Carajás S11D.....	30
Figura 3:	Siderúrgica Pindaré	58
Figura 4:	Vista da Siderúrgica Simasa.....	58
Figura 5:	Vista aérea da Siderúrgica Viena	59
Figura 6:	Açailândia/MA – Vista aérea do município	65
Figura 7 e 8:	Pequiá de Baixo – Padrão de moradias	82
Figura 9 e 10:	Açailândia/MA - Impactos socioambientais da produção siderúrgica	92
Figura 11:	Sítio São João – Futura área do Reassentamento de Pequiá de Baixo	104
Mapa 1:	Localização Geográfica da Estrada de Ferro Carajás – EFC	50
Mapa 2:	Pequiá de Baixo – Localização geográfica no município de Açailândia/MA	72
Gráfico 1:	Crescimento da população total, urbana e rural	73
Gráfico 2:	Renda Familiar	76
Gráfico 3:	Gênero	77
Gráfico 4:	Ocupação	77
Gráfico 5:	Composição familiar	78
Gráfico 6:	Nível de escolaridade	79
Gráfico 7:	Faixa etária	80
Gráfico 8:	Problemas de saúde mais comuns/frequentes nos residentes. Pequiá de Baixo, 2010.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Estratégias recentes de ocupação da Amazônia (1953-1988).....	46
Quadro 2:	Açailândia-MA – Composição das Indústrias do Pólo Siderúrgico.....	68
Quadro 3:	Quantidade de famílias e pessoas.....	75
Quadro 4:	Distribuição de emprego informal em Açailândia	88
Quadro 5:	Demonstrativo de Empregos nas Siderúrgicas – Açailândia - 2007	89
Quadro 6:	Evolução do emprego por setor da atividade econômica no município de Açailândia-MA no período de Jan/1999 a Jun/2007	94
Quadro 7:	Pequiá de Baixo – principais organizações sociais atuantes	97

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA..	17
2.1	Modelos de desenvolvimento implantados na Amazônia.....	23
2.2	Grandes Projetos de desenvolvimento na Amazônia	35
3	A INSERÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO NO BOJO DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS DIFUNDIDAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	44
3.1	As faces dos discursos desenvolvimentistas do setor siderúrgico no Brasil e suas expressões e significados no município de Açailândia- MA.....	54
4	OS EFEITOS DOS DISCURSOS DESENVOLVIMENTISTAS RELATIVOS À SIDERURGIA NO DISTRITO INDUSTRIAL DO PEQUIÁ DE BAIXO	62
4.1	Uma breve caracterização do município de Açailândia-MA	64
4.2	O Bairro de Pequiá de Baixo e os efeitos do desenvolvimento da siderurgia.....	69
4.3	Saúde e Meio Ambiente no Bairro de Pequiá de Baixo.....	80
4.4	Geração de emprego e renda no Distrito de Pequiá de Baixo	87
4.5	Organização Comunitária no Distrito de Pequiá de Baixo.....	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE.....	115
	ANEXOS	123

1 INTRODUÇÃO

Situada na chamada Pré-Amazônia maranhense, o município de Açailândia é fruto da política de ocupação da região amazônica na década de 1950. O município localiza-se a 600 Km de São Luís e ocupa hoje um lugar de destaque na economia do Maranhão, detentora da maior renda per capita, do maior rebanho de corte e o segundo lugar em produção leiteira do estado (IBGE, 2008). Dados da mesma fonte informam que, dos 104.047 habitantes, mais da metade da população, que corresponde a 56.370 habitantes, são originários de outros municípios e Estados da federação.

O município de Açailândia foi elevado à categoria de cidade através da Lei Nº 4.299/81, com seu desmembramento da cidade de Imperatriz e ambas faziam parte da área de abrangência do Programa Grande Carajás (PGC) que, na década de 1980, se constituiu numa importantíssima estratégia de desenvolvimento do Estado brasileiro.

Antes da instalação do PGC, na região, o município de Açailândia vivenciou diferentes ciclos de exploração econômica tendo por base o uso dos recursos naturais da região, que resultaram em transformações sociais, econômicas e ambientais sobre a região. A partir das décadas de 1980, foram implantadas cinco siderúrgicas em um dos bairros do município denominado de Pequiá de Baixo. A implantação desses empreendimentos não se converteu em desenvolvimento social, mas no processo de exploração econômica da região. Dessa forma, o Pequiá de Baixo foi escolhido como contexto de investigação e aguçou o interesse pela pesquisa, especificamente por conter uma dinamicidade econômica e social que afeta diretamente as condições de vida dos moradores.

Nesse contexto, as 320 (trezentos e vinte) famílias residentes no bairro de Pequiá de Baixo passaram a ser afetadas pelas atividades das siderúrgicas que produziram impactos ambientais de diversas ordens. Dentre eles destacam-se, os problemas de saúde, por conta da contaminação dos rios, desmatamento da floresta entre outros, agregando-se a isso as dificuldades de acesso às políticas públicas, entre elas, a política de saúde.

A partir da observação dos processos em curso no município de Açailândia e considerando o discurso do progresso que a implantação das siderúrgicas traria para a região, este estudo objetivou analisar a violação de direitos no Pequiá de Baixo. Tendo por base a crítica aos modelos de desenvolvimento propostos para a Amazônia, a partir dos projetos de modernização impostos pelo Estado, foi definido como objetivo geral dessa proposta analisar as violações de direitos sociais a partir da implantação do polo siderúrgico no distrito

industrial do Pequiá de Baixo, localizado no município de Açailândia-MA. Para alcançar esses objetivos, realizaram-se, pesquisa Bibliográfica e Documental, além de um levantamento de dados secundários, obtidos através da consulta a pesquisas já realizadas no distrito de Pequiá de Baixo por entidades públicas e/ou organizações não governamentais entre elas: Rede Justiça nos trilhos, Ministério Público, Federação Internacional dos Direitos Humanos e Assessoria Jurídica dos padres combonianos. Também foram realizadas entrevistas com 30 moradores que puderam relatar a situação em que vivem diante das agressões causadas por esses empreendimentos econômicos desde a sua implantação. Os resultados alcançados indicaram que, mesmo com a organização social surgida no processo de enfrentamento dos impactos sociais provocados pelo Pólo Siderúrgico, as condições de vida dos moradores daquela área comprovam a extrema violação aos direitos sociais.

Para a apresentação dos resultados e discussão dos dados, o trabalho estrutura-se em 03 (três) partes, além da introdução e a conclusão. A primeira parte volta-se para a Amazônia no contexto da acumulação capitalista e para os modelos de desenvolvimento propostos à Amazônia, culminando com a implantação de grandes projetos na região. Já na segunda aborda-se a inserção do estado do Maranhão no modelo de desenvolvimento nacional.

A última parte direciona-se para as reflexões acerca dos efeitos dos discursos desenvolvimentistas relativos à siderurgia no distrito industrial do Pequiá de Baixo e visa caracterizar o bairro do Pequiá de Baixo, a partir da implantação do polo siderúrgico, evidenciando a questão da saúde e meio ambiente, geração de emprego e renda e organização comunitária, respectivamente. Com essas reflexões, a pesquisadora tem a pretensão de contribuir para o debate sobre o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia Maranhense no contexto da internacionalização do grande capital e os efeitos sociais, ambientais e econômicos sobre a população local.

2 AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A região Amazônica, desde cedo, foi inserida no processo de exploração e acumulação do capital em função da riqueza proveniente de seus recursos naturais. De acordo com Leal (1991), a exploração da Amazônia, com o fim de atender às necessidades externas da acumulação capitalista, sendo uma prática constante desde as primeiras investidas dos europeus em busca de suas riquezas e Ferreira e Salati (2005, p. 34) “destacam que a região passou por vários tipos de ocupação ocasionando diversas formas [...] de devastamento do homem e da natureza nesse espaço amazônico”.

Após um intenso período de expedições científicas¹, Leal (1991) destaca o período de expansão de ingleses e holandeses como potências mercantis e sua presença na Amazônia ameaçando a colonização ibérica.

Enquanto ingleses e holandeses iniciaram uma relação mais próxima dos indígenas, através de uma parceria e não da violência, Portugal e Espanha possuíam traços culturais comuns e compartilhavam a catequese por missionários como arma principal de seu processo de colonização até 1750².

A consolidação do Capitalismo, como modo de produção e das sociedades capitalistas avançadas, pode ser entendida como expressão do período burguês em nível global, momento em que desarticulou o poder das sociedades assentadas sobre concepções arcaicas da organização produtiva, casos em que se incluem os ibéricos. Assim, a Inglaterra, juntamente com a França e Alemanha, comandou a ordem mundial através da era industrial e o mundo ibérico foi colocado, gradativamente, à margem dessa ordem. Conforme coloca Pereira (2011)

A revolução capitalista é a transformação fundamental da história humana depois do surgimento da agricultura e da passagem das sociedades nômades para as sedentárias e a formação das primeiras civilizações ou impérios. No plano econômico, a revolução capitalista deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No plano científico e tecnológico, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No plano social, é o momento

¹ Muitas foram as expedições com o objetivo de desbravar a Amazônia, dentre elas as de Diêgo de Lepe em 1500 e Diêgo de Ordaz em 1531. Após esse período, foi a expedição de Orellana, a primeira a constatar a grande exuberância da região Amazônica como coloca Leal (1991, p. 4), “[...] acabou por ser o primeiro a constatar a sua extraordinária riqueza, e não menos o primeiro a executar, como colonizador, contra os nativos que

² Em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, tratou de suspender o poder dos missionários e impulsionou a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Pombal ficou conhecido por ser o autor de leis que proibiam a escravização de índios e por fim a discriminação dos cristãos novos nos tempos da perseguição da inquisição. Suas medidas provocaram atritos com as ordens religiosas, especialmente com os jesuítas.

de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado-nação (PEREIRA 2011, P.7).

De acordo com Leal (1991), a Amazônia passou a despertar o interesse das sociedades de capitalismo hegemônico a partir dos resultados das várias expedições científicas que foram realizadas sobre a região. Uma das mais importantes, realizada ainda no final do século XVIII, foi a de La Condamine que, além de fazer a correção do mapa do jesuíta Samuel Fritz, primeiro a confeccionar uma cartografia da Amazônia, revelou à sociedade capitalista a borracha. Leal (1991) afirma que a borracha, como recurso da natureza, proporcionava uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas. Essa contribuição ainda seria ampliada, mais tarde, em 1888, por Dunlop, um veterinário escocês, que descobre a câmara de ar, objeto que tornava as rodas da época muito mais macias e que iria se popularizar logo depois, com o advento das bicicletas e automóveis.

A exploração da borracha causou grandes transformações na região amazônica, o que possibilitou a ocupação de áreas remotas que ainda não tinham sido ocupadas pelos colonizadores, inclusive as áreas de fronteiras que englobavam os países como Peru, Bolívia e Colômbia. A partir dessa ocupação, delineou-se uma burguesia regional que intermediava os produtos na esfera internacional de acumulação, através da natureza e pela realidade social da região.

Um importante elemento em destaque, no contexto da produção gomífera, era a falta de trabalhadores para extração do látex sendo necessária a migração de nordestinos para esse trabalho, como assinala Leal (1991),

[...] com o grande obstáculo dessa fase produtiva da Amazônia era – além da floresta – a falta de trabalhadores e a impossibilidade de obtê-los, quer por importação, como assalariados (pelo custo proibitivo), quer entre índios, já que a extração gomífera – como – atividade produtiva regular – era incompatível com a sua cultura, essas condições determinavam a imposição dessa estratégia e desse sistema, como saída útil para atender a demanda da borracha como matéria prima para o circuito industrial. A solução do problema foi ajudada pela transferência de grandes contingentes de população excedente nas áreas do nordeste, onde as secas retiravam da terra a capacidade de suporte dessas populações, que, migrando em busca de condições de sobrevivência, integravam-se, por esse esquema de trabalho. Essas hordas de desesperados, pois, se tornavam a força de trabalho fácil e útil para esse sistema produtivo (LEAL, 1991, p.105).

A demanda pela borracha, proveniente dos Estados Unidos e Europa, contribuiu para a entrada de extrativistas e coletores na região, vinda principalmente do Nordeste brasileiro. De acordo com Picoli (2006),

[...] fase de investida na Amazônia, que compreende o decênio de 1901-1910, as exportações da borracha atingiram o nível mais alto das exportações brasileiras [...] na passagem do século XIX para o século XX, a produção da borracha nativa atingiu seu auge. O látex era quase na sua totalidade produzido na Amazônia brasileira principalmente nos estados do Pará e Amazonas e do Acre [...]. O Brasil tornou-se o maior exportador mundial do produto contribuindo com 100% de toda a produção do mercado mundial (PICOLI, 2006, p.27).

O ciclo da borracha durou aproximadamente 100 anos e, embora a partir de 1912 apresentasse declínio na produção e perda da hegemonia mundial sobre o produto, ele se faz presente na região até nossos dias. O declínio quanto à procura do produto deve-se ao fato da substituição gradativa da borracha pelos derivados do petróleo e pela concorrência mundial do produto, extraído da seringa por países que passaram a cultivar a planta com sementes levadas da Amazônia para outros países. Mas, foi a partir da I Guerra Mundial que a indústria brasileira começou a se desenvolver no país, pois esta impulsionou-o para a industrialização e a II Guerra Mundial (1939-1945) tornou o país cada vez mais dependente dos EUA.

No período entre as guerras (1920-1940), já em pleno declínio da borracha, as indústrias concentravam-se fora da região amazônica. Enquanto isso, o extrativismo dos demais produtos nativos foi praticamente interrompido, na região, com o ciclo da borracha, a qual era mais lucrativa e tinha maior aceitação no mercado mundial. Com o declínio crescente das exportações da borracha, a região partiu para outras atividades, como o extrativismo florestal e mineral, bem como a formação de núcleos agropecuários, com produção muito insignificante até os anos 40.

Durante a II Guerra Mundial, aconteceu um novo impulso na produção da borracha amazônica, uma vez que o governo brasileiro firmou parceria com os Estados Unidos da América (EUA), através de acordos de cooperação, conhecidos como acordos de Washington. Esses acordos, segundo Leal (1991, p. 121), “[...] se constituía num esquema que previa, além de minério, o mais amplo fornecimento de borracha para essa coalizão imperialista que, a partir da entrada dos Estados Unidos na guerra, passou a ser comandada por ele”.

Essa coalizão se refere à conjuntura da II Grande Guerra Mundial, posto que, naquele momento histórico, a economia gomífera ressurgiu por conta de interesses dos EUA. Então,

para atender os interesses internacionais, o governo brasileiro criou uma operação chamada de “batalha da borracha”³. A Amazônia recebeu importante impulso nesse momento histórico que compreende o período da era Vargas (1930-1945) e a segunda Guerra Mundial (1939-1945), tudo porque o Japão invadiu a Malásia, que era grande fornecedora de borracha para indústrias mundiais. Dessa forma, foi um impulso para que a Amazônia pudesse ressurgir como opção para tal demanda, impulsionada pelos acordos firmados, já que esta vivia a decadência dos seus seringais.

Através desse acordo, fornecia-se borracha necessária aos aliados e por outro lado, os EUA investiam, financeiramente, na montagem de grandes indústrias. A batalha da borracha era uma grande oportunidade de se minimizar um dos mais graves problemas do país: a seca no nordeste. O Departamento Nacional de Imigração (DNI) registrou mais de 30 mil pessoas, em consequência da seca entre 1941 e 1942, que estavam disponíveis para serem enviadas imediatamente aos seringais.

Muitas eram as promessas de melhoria para esses trabalhadores, entre elas abertura de créditos especiais pelo governo do Brasil, a promessa do governo americano de pagar \$100,00 (cem dólares americanos) por cada novo trabalhador instalado no seringal. Em contrapartida, existiam também inúmeras dificuldades, que levaram o governo a acelerar ainda mais a transferência de trabalhadores para a Amazônia com o objetivo de aumentar a produção da borracha.

Portanto, diversos órgãos foram criados com esse objetivo, entre eles o Serviço Nacional de Mobilização de Trabalhadores da Amazônia (SEMTA), a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Banco de Crédito do Vale da Amazônia, representando o Brasil e a *Board Of Economic Warfare Rubber*, a *Rubber Reserve Company (RRC)*, a *Reconstrucion Finance Corporation* e a *Defese Supllies*, representando os EUA.

Todas essas instituições serviam para atrair trabalhadores à Amazônia, através de uma grande ilusão da melhoria da qualidade de vida. O SEMTA cadastrava homens aptos a este grande empreendimento, portanto contava com a ajuda de várias pessoas para a divulgação de tal atividade, entre elas, padres, médicos, professores e, a partir disso, utilizou-se até um slogan que dizia “Borracha para a vitória” como forma de mobilização em todo o Nordeste. Por outro lado, percebia-se que a realidade era bem diferente daquela propagada por muitos, de que a Amazônia voltava a ganhar força e com isso a possibilidade de enriquecimento era possível. Mas, segundo Neces (2004),

³ Segundo Martinelo (1998), a batalha da borracha refletiu estrategicamente no contingente populacional, pois em menos de um ano este cresceu de forma absurda na Amazônia, no intuito de impulsionar esses acordos.

[...] ao chegar aos alojamentos organizados pelo SEMTA, o trabalhador recebia um chapéu, um par de alpargatas, uma blusa de Morim branco, uma calça de mescla azul, uma caneta, um talher, um prato, uma rede, cigarros, um salário de meio dólar por dia e a expectativa de logo embarcar para a Amazônia. Os navios do Lloyd saíam dos portos nordestinos abarrotados de homens e crianças de todas as partes do Brasil. Primeiro rumo ao Maranhão e depois para Belém, Manaus, Rio de Janeiro e para outras cidades menores nas quais as turmas de trabalhadores seriam entregues aos “patrões” (seringalistas) que deveriam conduzi-los até os seringais onde, finalmente poderiam cumprir seu dever para com a pátria. A grande consequência de tudo isso foi o fim do interesse dos norte americanos pelo produto que fez crescer o estoque e este ficou sem demanda para absorver o produto e diante de tal situação, a indústria de artefatos da borracha foi centrada na região sudeste e não na Amazônia (NECES, 2004, p.42).

Ainda dentro desse contexto, foi criada, em 1953, a figura da Amazônia Legal e, também a Superintendência do Plano de Urbanização Econômica da Amazônia (SPVEA). A Amazônia Legal foi criada com o objetivo de conceituar, politicamente, a região amazônica na sua parte oriental, mas, Pandolfo (1994, p.35) destaca que “as áreas aditadas diferenciam-se em muitos aspectos, em decorrência da diversidade de condições climáticas, das características que marcam o mundo amazônico.” A SPVEA defendeu a agricultura e a industrialização regional, através da perspectiva de um planejamento regional brasileiro e se propunha a industrializar a Amazônia, através da substituição regional de importações. O órgão principal dessa superintendência era a comissão de planejamento e era composta por 06 (seis) subcomissões, a saber: 1) Desenvolvimento Cultural; 2) Comunicação e Energia; 3) Transparência; 4) Recursos Naturais; 5) Agricultura; 6) Crédito e Comércio.

A primeira grande tarefa foi a elaboração de uma análise aprofundada acerca da região amazônica, com o objetivo de executar programas emergenciais no tocante ao desenvolvimento. A partir desse processo de elaboração, foi aprovado em oito de fevereiro de 1954, um programa de emergência que, logo em seguida, constataria as deficiências presentes na região amazônica. Isso explica o momento de análise, “chega, a Amazônia, a 1953, esmagada pelo peso dessas contradições econômicas, adquirindo sua subsistência com um dispêndio maior do que o valor de sua produção e registrando, a cada ano, déficit em sua balança de pagamentos” (SPVEA, 1954, p. 6).

É possível afirmar a partir dessas informações que o ciclo de produtividade naquele momento histórico de implantação da SPVEA se tornou insuficiente para a manutenção da economia na região, sobretudo aquelas práticas da organização social do **ciclo extrativista**. O extrativismo foi questionado muitas vezes pela SPVEA como elemento que causava um

grande atraso à região amazônica por conta de suas limitações e afirmou ser esta a causa da crise pela qual a região passava e ao mesmo tempo propôs o desenvolvimento da agricultura⁴.

Segundo a SPVEA (1954), para estimular o desenvolvimento industrial, defendia-se a concessão de crédito em condições especiais para as indústrias que racionalizassem ou modernizassem as atividades industriais praticadas com caráter marginal; para as que utilizassem matérias-primas da região; para aquelas que produzissem utilidades de vital importância para a região; e àquelas que fabricassem materiais ou implementos utilizados pelas indústrias. Diante das muitas propostas, a SPVEA não consegue legitimidade em suas ações e nem tão pouco consegue apoio suficiente do governo federal passando a ser questionada na região.

Entre os anos de 1954 e 1960, uma nova empresa foi contratada pela superintendência e esta descobriu que, dentre os problemas apresentados, notadamente estava a ausência de conhecimento técnico. Esse novo estudo concluiu que a região amazônica era apresentada como pré-capitalista e atrasada, inclusive culturalmente, e para que houvesse desenvolvimento, era necessário superar esse tipo de relação para que outras fossem estabelecidas e pudessem caracterizar o sistema capitalista. Assim, “[...] pretende-se expressadamente a substituição da estrutura e formas econômicas anacrônicas historicamente superadas, por um sistema e unidades econômicas reguladas pelas leis da competição e lucro” (SPVEA, 1960, p. 228).

No ano de 1950, o Brasil estava completamente inserido no processo da industrialização, impulsionado pelo Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961 e para facilitar a integração da região norte com o resto do país, foi criada a comissão executiva da rodovia Belém-Brasília, através do Decreto 3.710 de 19 de maio de 1958. Isso gerou um grande atrativo aos empresários, que compraram terras às margens da rodovia. Como coloca Marques:

[...] com o anúncio da construção da Belém-Brasília, muitos empresários de outras regiões começaram a comprar terras que ficariam às margens da rodovia. Latifundiários paraenses, temendo perder o controle sobre os castanhais,

⁴ Essa lógica seria retomada nas primeiras décadas do século XX, com o incentivo do agronegócio na região amazônica. A esse respeito (Mesquita, Costa e Teixeira, 2015, pág.15) apontam consequências negativas do modelo agrícola agroexportador que são muito conhecidas, porém diferenciada em cada região mais que genericamente são comuns em alguns lugares, trazendo algumas características peculiares como: concentração da terra e da renda; aumento das desigualdades sócio espaciais, aumento da migração campo-cidade, do desemprego rural, geração de pouco emprego, expropriação de pequenos e médios produtores, mudanças do perfil produtivo regional, aumento da importações de alimentos e de insumos modernos voltados ao agronegócio.

pressionaram o governo do estado a lhes transferir a posse dos castanhais nativos através de um contrato de aforamento perpétuo, no que foram prontamente atendidos (MARQUES, 2003, p. 18).

É possível compreender que foi a partir desse momento que se fortaleceu ainda mais a burguesia regional, através da apropriação privada de terras sob o aval do próprio Estado. Para Marques (2003, p. 53), “ao favorecer os grandes grupos regionais, nacionais e até estrangeiros em detrimento dos trabalhadores diretos, o Estado semeia o gérmen de conflitos presentes e futuros”. Apesar desse programa de emergência bem como o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959), a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), assunto que trataremos no próximo capítulo.

2.1 Modelos de desenvolvimento implantados na Amazônia

É possível afirmar que o desenvolvimento no Brasil permeou as instâncias políticas, econômicas e sociais desde o início do governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930 e se fortaleceu no decorrer dos anos vindouros. Para Senra,

A fase desenvolvimentista tinha o entendimento de que caberia ao Estado intervir na economia, considerando-se que o investimento público era necessário para garantir o equilíbrio do sistema capitalista, nos períodos em que a economia estivesse enfraquecida (SENRA, 2011, p. 49).

O processo de crescimento econômico, no tocante ao desenvolvimento, pode ser visto como um elemento que agrava a desigualdade em nível espacial, uma vez que poderá contribuir para a concentração de renda e acúmulo de riqueza de uma região em detrimento de outras, principalmente naquelas nas quais o nível de atraso é bastante acentuado. Para alguns críticos, o desenvolvimento só ocorrerá a partir do momento em que o Estado intervenha na economia para o equilíbrio econômico e social dentro de um processo de planejamento e, conseqüentemente, tem-se um grande nível de desenvolvimento⁵. Oliveira, Trindade e Fernandes (2014) assinalam que,

⁵ Para D’Araújo (1991), nesses termos de intervenção do Estado, a Constituição de 1946 é bem clara, pois avançou principalmente quanto ao tema do planejamento e da institucionalização de instrumentos efetivos para elaboração de estratégias de desenvolvimento regional, estabelecendo, em seu bojo, o ideário de “valorização”, do “desenvolvimento” e do “aproveitamento” das possibilidades econômicas de regiões consideradas deprimidas

Nesse contexto, a segunda metade de década de 40 constituiu um momento de grande relevância para a região amazônica, pois registrou o início de elaboração da primeira tentativa de planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia brasileira, isso como parte das alterações institucionais previstas no artigo 199 da Constituição de 1946 e dos debates que a partir daí se seguiram, culminando com o ato de criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014, p. 24).

Ainda na Constituição de 1946, foi estabelecida a criação e implantação de um Conselho Nacional de Economia. Segundo D’Araujo (1992) esse conselho apresentou ao Congresso, nos anos de 1952 a 1964, uma exposição geral da situação econômica do país. Conforme o discurso do Ministro da Justiça na época, Benedito Costa Neto, em 6 de dezembro de 1946, esse planejamento seria constituído a partir de estudos e pesquisas através da realidade da região amazônica. Como menciona Mendes,

[...] poderá ser assegurada a elaboração de um projeto capaz de satisfazer, de maneira mais cabal, aos superiores interesses da Amazônia, beneficiando aquela região, tanto no setor estritamente econômico, como, correlata e necessariamente, no setor do povoamento, da saúde pública e da educação o que redundará em benefício para todo o país, dada a incalculável riqueza do vale amazônico e a quase ilimitada perspectiva de progresso que oferece (MENDES, 1958, p. 15).

Nesse aspecto, percebe-se a importância de debates no tocante ao planejamento e industrialização, a partir da segunda metade dos anos 1940, que, de certa forma, tiveram como contrapartida uma grande preocupação com as regiões menos desenvolvidas e estas serviram de elementos para que se criasse uma grande estratégia de desenvolvimento tendo como apoio o governo federal. Era preciso repensar o atraso econômico nessas regiões para que elas não servissem de atraso também para o país.

Já em 1947, o país estava passando por um momento de grandes investimentos industriais, através de capitais estrangeiros e teve como consequência um processo de urbanização em todas as capitais do país. Nesse momento, o então presidente Dutra lançou um grande plano de desenvolvimento que ficou conhecido como Plano “SALTE”⁶, com o

ou atrasadas economicamente. Dessa forma, o que a carta constitucional de 1946 propõe é assegurar uma política governamental de valorização de regiões deprimidas, como a Amazônica [...] com o objetivo de assegurar alguma forma de intervenção do Estado nacional brasileiro no sentido de atrair investimentos para essas regiões menos favorecidas economicamente.

⁶ Segundo Costa (2011), o Plano Salte seguiu as diretrizes da Campanha Nacional de Saúde, que tinha como prioridades elevar o nível sanitário da população rural no intuito de erradicar a malária, doença que castigava a

objetivo de estruturar as áreas de alimentação, energia⁷, saúde e transporte. Apesar de muitas promessas, o governo Dutra se apresentou de forma inexpressiva principalmente para região Amazônica. Apesar de apresentar esse plano de desenvolvimento, as expectativas da população não foram atendidas e elevou-se um grande nível de frustração, principalmente para aqueles que buscavam melhorar as condições de vida na Amazônia⁸.

Em 1956, as propostas dos planos de desenvolvimento continuaram. Agora, dessa vez, apresentou-se o plano de metas com o objetivo de repensar e solucionar os problemas das décadas passadas, principalmente quanto às profundas transformações da população rural para população urbana, tendo como consequência uma aceleração da urbanização e expansão desequilibrada e desordenada das cidades. Para tentar executar esse plano, Getúlio Vargas implantou o Estado Novo e ao mesmo tempo criou agências de fomento para formular e executar políticas públicas, as quais não foram implementadas. Isso gera oportunidades e possibilidades para o próximo presidente da República, Juscelino Kubistchek. Vale ressaltar que, em consonância com Costa,

Há de se admitir que foi nos anos 50 que foram dados os passos mais largos rumo à ideia de planejamento com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), a Petrobrás, o Fundo Geral de Eletrificação, o Banco do Nordeste, a Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia (SPVEA), além de outros, e das iniciativas vinculadas à indústria (COSTA, 2011, p. 112).

É importante frisar que os planos apresentados tinham o objetivo de integrar todas as regiões do país, principalmente naquelas menos desenvolvidas, o que era o caso da Amazônia. Era preciso equilibrar as regiões e minimizar as desigualdades econômicas e sociais e cabia ao Estado o papel de acelerar esse desenvolvimento. Por isso criaram-se os planos, todavia eles precisavam ser eficazes para que as regiões fossem realmente desenvolvidas.

Amazônia. O governo Dutra se empenhou também pelo reconhecimento de investimentos para maior reaparelhamento dos postos, compra de frotas marítimas estrangeiras e construção de oleodutos, no que tange aos transportes, porém com exceção da ferrovia ligando as regiões sul e nordeste, chegando até Recife, porém nenhuma obra significativa foi feita na Amazônia naquele momento.

⁷ No setor energético, houve um apoio financeiro de capital privado para estimular empresas concessionárias, que estavam em ascensão com o crescimento urbano, aumentando em 40% o acesso aos sistemas energéticos (COSTA, 2011).

⁸ Segundo Corrêa (1987), neste período foi ratificada a posição de Belém e Manaus na rede urbana regional, ambas tornaram-se foco do êxodo, proveniente dos seringais e do nordeste brasileiro, com primazia de Belém, que à época concentrava 43,31% da população urbana regional e, como consequência disso, o plano SALTE foi interrompido porque não houve recursos necessários para a execução da proposta inicial.

Por isso, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia com o objetivo de apresentar elementos contundentes e inovadores dentro de uma perspectiva política com o perfil nacional-desenvolvimentista⁹. Um dos elementos estudados foi a definição geográfica do espaço que deveria compor as várias regiões que pudessem contribuir para a elaboração de políticas de desenvolvimentos regional. Mendes (1958) afirmou que esse termo valorização não era utilizado só no sentido de enriquecer o plano, mas, também dignificá-lo. Como bem coloca, de forma ímpar, ao mencionar a caracterização dos problemas da região, utilizando a consciência do homem amazônico como parte desses problemas, tendo em vista que o seu conhecimento é limitado. Assim,

[...] os empecilhos que a Amazônia tem encontrado não são todos externos a ele, alguns procedem do seu próprio eu – e nem sempre ele sabe, a tomada mesmo de consciência da miséria do homem do barranco é-lhe vedada, porque não possui o escalão de comparação: não conhece mais do que o horizonte curto de seu igarapé ou rio, e da floresta em que vive emparedado. Não encontra oportunidade de identificar – sequer o que pode e o que deve reclamar, porque não conhece o que é reclamável. Não ambiciona, porque sua ambição não teria objeto. Não desespera, porque não chegou a esperar. Está conformado, porque não pôde ser informado, este, o homem à margem dos rios. Não o das cidades, e a Amazônia tem-nas do tamanho de Belém e Manaus – cerca de 300 mil, mais de 100 mil habitantes, respectivamente (MENDES, 1958, p. 37).

A valorização econômica da Amazônia, proposta pelo governo federal, incentivava principalmente a demanda dos problemas de infraestrutura tendo em vista que a mesma apresentava grandes potencialidades, as quais, se fossem aproveitadas, propiciaria, um grande desenvolvimento econômico inclusive para o país, mas, para que isso acontecesse, era necessária a execução de uma política de investimentos que englobasse, inclusive, a melhoria dos transportes, bem como o incentivo da exploração madeireira e mineral.

Para D'Araújo (1992), era preciso criar uma política de créditos e comercialização para uma produção de base agrícola. Para tanto, foram feitos incentivos nas áreas de transporte, aproveitamento de várzeas, formação de núcleos colonizadores e exploração da madeira, com incentivos às serrarias, bem como a utilização da diversidade de árvores existentes, os recursos minerais como fontes de energia elétrica e hidroelétricas. A proposta

⁹ O perfil nacional-desenvolvimentista representa uma estratégia de desenvolvimento que se consolidou no Brasil na década de 50 e que tem como um de seus principais fundamentos a crença na intervenção estatal e no planejamento econômico enquanto instrumentos eficazes com o objetivo de tirar o Brasil da condição de país subdesenvolvido. Para isso, era necessário criar uma política de desenvolvimento orientada pelo Estado e baseada no aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações (MANTEGA, 1984).

era levar o “progresso” às regiões menos favorecidas, valorizando os recursos próprios, com o objetivo de estabelecer uma sociedade estável. Um dos aspectos a serem considerados para a constituição dessa sociedade pautava-se no modelo econômico. Dessa feita era preciso revisar o tipo de modelo do qual a Amazônia fazia parte, que, nesse caso, era o “modelo extrativo”. Entretanto ele não se desenvolveu e nem tão pouco fixou moradia do homem na região e nem formas de base comunitária.

Tendo como base as ações do plano de metas, a região norte do país passou a ser referência para um grande movimento migratório com o objetivo de integrar a mesma à região centro-sul do país. A partir de então, era necessário abrir estradas através de políticas de infraestrutura por meio de um mecanismo de financiamento. Nesse momento, são construídas as rodovias Belém/Brasília e Brasília/Acre, com o objetivo de incentivar grandes projetos. Como consequência da abertura dessas estradas, possibilitou-se a migração em direção a Amazônia e, a partir desse fato, a população cresceu de um para cinco milhões entre 1950 e 1960 (BECKER, 2008)

Em 1961, Celso Furtado assumiu o cargo de Ministro do Planejamento a convite do Presidente João Goulart. Após a posse, o ministro deu início à criação de um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social durante o período que vai de 1961 a 1964. Nesse aspecto, Costa (1998, *apud* CARDOSO, 2011, p. 116) menciona que um das finalidades desse plano era dar conta de uma política desenvolvimentista que tinha como objetivos básicos,

Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida, estimada em 7%;
Reduzir a pressão inflacionária, para que o sistema econômico recuperasse uma estabilidade nos níveis de preço; criar condições para que o desenvolvimento fosse igualitário entre as populações;
Intensificar a ação do governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de garantir não só o crescimento, mas o desenvolvimento social;
Orientar as atividades econômicas, visando reduzir as disparidades regionais;
Eliminar os entraves institucionais;
Encaminhar soluções para o refinanciamento da dívida externa, acumulada principalmente no último decênio.

O plano trienal, assim como outros que não puderam ser plenamente aplicados, não correspondeu aos seus reais objetivos dado à crise que assolava o país naquele momento histórico, mas é importante reconhecer que ele teve um papel muito significativo para a Amazônia, posto que os principais problemas enfrentados na região fortaleceram os

instrumentos de política econômica. Muitas foram as propostas no sentido de criar estratégias para modernizar a região Amazônica, porém foi no governo militar que essas estratégias ganharam mais visibilidade e novas feições após o golpe de 1964.

Para Senra (2011), existiu uma forte participação do Estado na economia e no desenvolvimento regional. É possível afirmar a partir disso que a ideia do desenvolvimentismo foi introduzida no país através de uma forte ideologia de perfil keynesiano. Conforme Mahar (1978), a “Operação Amazônia”¹⁰ foi oficializada a partir da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1964, cujo artigo 4º relacionava treze objetivos de ação governamental na Amazônia, a partir dos quais a nova política para a região seria,

orientada para estabelecer polos de desenvolvimento e grupos de população estáveis e autossuficientes, estimular a imigração, proporcionar incentivos ao capital privado, desenvolver o potencial de recursos naturais em uma abordagem econômica e geopolítica (MAHAR, 1978, p. 22).

No que tange à abordagem econômica, fora pensado a transferência do modelo de desenvolvimento aplicado ao Nordeste, com a criação da SUDAM¹¹ antes SPVEA e do BASA, que sucedeu o Banco de Crédito da Borracha, análogos à SUDENE e ao Banco do Nordeste, cabendo ao setor público atrair à região, por meio de incentivos, capital privado a ser aplicado na promoção da industrialização, bem como implantar a infraestrutura necessária à realização do plano, tal como: sistemas de transporte, comunicação e energia (COSTA, 2011).

Nessa linha de entendimento, para Marques (2010), quanto às atribuições da SUDAM, a lei formalmente estabelecia uma instituição forte, com o poder de centralização que se sobrepunha aos demais órgãos governamentais presentes na região. Cabia a ela coordenar,

¹⁰ Para Ponte (2003), a operação Amazônia é uma expressão do projeto desenvolvimentista autoritário com caracterização da região como subdesenvolvida e problemática, como uma ameaça à integridade nacional, o governo ditatorial assume para si, a condução da “integração” da mesma a “nação” brasileira a retirando de cena, política os movimentos sociais, a ditadura chamou para si, de forma exclusiva (mas associada ao capital), “as decisões econômicas, políticas e sociais, cuja determinação desses espaços passou a ser de exclusividade do Estado, articulando as ações que se integravam ao modelo de desenvolvimento pré-determinado pelos interesses hegemônicos do capitalismo central”

¹¹ Para Sandroni (1994 *apud* FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 107), a SUDAM “era uma autarquia vinculada ao Ministério do Interior, criado em 1966. Em 1990, com a decretação do Plano Collor, ela passou a ser vinculada ao Ministério da Infraestrutura. No governo de Fernando Henrique Cardoso, a SUDAM foi extinta e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Os motivos diretos para essa extinção estiveram relacionados às irregularidades denunciadas pela AGU”. Ainda segundo Fialho Nascimento (2006), pode-se dizer que a extinção da SUDAM se inscreve nos marcos da reorganização do Estado, isto é, não submetidos ao controle do poder público.

supervisionar e fiscalizar os demais órgãos e seus programas de trabalho. Na formalidade da lei, seu poder chegava ao ponto de sugerir providências à elaboração de mudanças ou mesmo extinção de órgãos ou entidades (alínea “a” do artigo 9º).

A SUDAM foi criada como “o” grande órgão para o desenvolvimento regional da Amazônia, porém não conseguiu colocar em prática o que estava previsto na Lei 5.173, pois, com essa lei, os recursos do FIDAM¹² passaram a compor os recursos da SUDAM e esses recursos eram provenientes de 1% da renda tributária da União que deveria ser repassada ao fundo.

Porém, em 7 de Dezembro de 1967 (SUDAM, s.d.), foram introduzidas algumas mudanças na lei 5.173 de 1966 e excluiu a alínea “a”, do artigo 14, que dava ao CONDAM (agora sob a nomenclatura de CONDEL¹³) a autonomia de opinar sobre o Plano de Valorização, tendo como consequência a limitação da capacidade do CONDEL de intervir na política de desenvolvimento da Amazônia. Outra questão que modificou alguns artigos da referida lei diz respeito a não obrigatoriedade do governo federal de destinar a quantia da renda tributária da União não inferior a 2%.

Ainda no processo de ocupação da Amazônia, a partir da chamada “operação Amazônia” (1965-1967), foram reformuladas estratégias que pudessem encaminhar uma modernização conservadora com o objetivo de readaptar as forças produtivas desenvolvidas na Amazônia, bem como os seus mais variados tipos de relações, entre essas mudanças estão a criação de uma nova Constituição em 1967 em seus respectivos códigos. Destaca-se aqui a revisão do Código de Minas (1967) e a outorga do Estatuto da Terra, em 1964.

A partir dessas alterações, percebe-se, claramente, a que tipo de demanda o Brasil estava respondendo naquele momento, principalmente com a alteração do Código de Minas. É possível afirmar que o Estado criou total condição para o capital agir diante de uma forte concentração, através da formação de cartel. A política de incentivos fiscais foi apresentada à sociedade como um grande instrumento de mudança para a região amazônica, porém em 1970

¹² Fundo para investimentos privados no Desenvolvimento da Amazônia (FINDAM), substituído posteriormente pelo Fundo de Desenvolvimento na Amazônia (FINAM). O mesmo aconteceu com o Conselho Estadual de Desenvolvimento do estado do Amazonas (CODAM) transformado em Conselho Deliberativo (CONDEL) (MARQUES, 2010)

¹³ Para Marques (2010), a criação do CONDEL não foi simplesmente uma alteração na forma, mas no conteúdo. A extinção desse conselho retira este local próprio da tecnoburocracia tomar deliberações. Agora ela teria que disputar espaço num conselho bastante ampliado, o CONDEL. Deste modo, o novo conselho, ao diminuir a representação de setores locais e da tecnoburocracia regional/regionalizada, colocou a SUDAM ainda mais próxima das políticas do governo federal, elaboradas em Brasília e no Sudeste. Dito de outra forma, aumentou o poder de decisão e controle do governo federal dentro da instituição. O CONDEL deveria não apenas legitimar como ampliar a orientação nacional, por isso teria que ter uma composição onde os setores regionais se representam de forma bastante minoritária.

foi criado o Decreto-Lei nº 1.106, publicado em 24 de junho (SUDAM). Esse decreto criou o Programa de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de garantir infraestrutura à região amazônica tendo como pano de fundo a integração. Através do PIN¹⁴, a rodovia Transamazônica¹⁵ foi construída com o objetivo de interligar a Amazônia ao Nordeste na tentativa de resolver os problemas de ocupação da Amazônia e as tensões do Nordeste frente às sucessivas secas; e a rodovia Norte-sul, ligando-a ao centro-sul, através da rodovia Santarém-Cuiabá.

Segundo Ramos (2014), é válido ressaltar, entretanto, que a construção de estradas não é o único fator responsável pelo desmatamento, mas sim um dos fatores que compõe a problemática. Com a abertura das estradas iniciou-se, também, a especulação de terras e a formação de cidades impondo um novo perfil a exploração econômica da região. Durante os anos de 1970 até o início dos anos 1990, fazendeiros e industriais se beneficiaram com incentivos fiscais e créditos a juros baixos, promovidos pelo governo como forma de incentivar os investimentos na Amazônia Legal.

Outro decreto foi assinado com o objetivo de criar o Programa e Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Esse programa passou a receber 20% dos recursos de incentivos fiscais destinados à SUDAM e à SUDENE. Segundo Marques (2010), com PIN e o PROTERRA, o governo militar descartava a política de colonização espontânea e passava a apostar na colonização ou tutela do Estado.

Uma das novidades que a política de incentivos fiscais trouxe foi a sua concessão também agropecuária, e não somente para a agricultura, fazendo com que os projetos agropecuários produzissem, sobretudo, uma devastação de escala enorme, sem qualquer retorno social expressivo. Como resultado desta política de incentivos fiscais, a procura de terras na Amazônia, no geral e no Pará, em particular, aumentou consideravelmente: terra e incentivos fiscais formaram um binômio cobiçado por empresários nacionais e estrangeiros (TRECCANI, 2001).

Além desse incentivo em relação ao uso das terras, alguns elementos foram pensados no tocante ao desenvolvimento com o objetivo de potencializar a região, entre eles estão o

¹⁴ Segundo Becker (2001), a criação do PIN visava a ainda garantir a segurança nacional da região por estrangeiros, melhorar as condições do trabalho rural e promover a agroindústria na região. Além de implantar uma rede de comunicação comandada por satélites; uma rede urbana através das sedes de instituições estatais e organizações privadas; uma rede hidroelétrica, insumo básico a nova fase industrial.

¹⁵ Conforme Fialho Nascimento (2006), os programas de colonização associados à construção da transamazônica resultaram num rápido e devastador processo de ocupação da região por meio de decreto, o governo federal se apossou de 100 km de cada lado das rodovias federais, destinando-as a várias finalidades, como projetos de colonização oficial, venda de assentamentos de pequenos e médios proprietários rurais e mesmo a implantação de grandes projetos que contaram com estímulos oficiais.

grande território amazônico e a sua interligação com outras áreas. Para que houvesse essa interligação era necessário implantar uma política forte de infraestrutura, principalmente aquelas relacionadas ao transporte com o objetivo de ligar os polos de desenvolvimento e impulsionar o crescimento com vista à industrialização. Como já foi ressaltado, foram construídas várias rodovias, dentre elas: Cuiabá-Porto Velho, Manaus-Boa Vista e Belém-Brasília¹⁶. Essa última projetou mudanças principalmente nas bases territoriais da Amazônia Oriental.

Porém, de acordo com Fialho Nascimento (2006), a construção de estradas na Amazônia, na década de 1970, inscreve-se no conjunto de medidas seguidas pelos governos militares para dotar a região de infraestrutura básica, com vistas a apoiar os projetos de desenvolvimento comandados pelo grande capital. Na década de 1970, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972 a 1974 com o objetivo de ocupar a região amazônica. A partir daí a Amazônia passa a ser vista como fronteira de recursos, colocando a região nordeste em segundo plano no quesito de “investimentos” e planejamento com relação à política de desenvolvimento.

Segundo Marques (2010), as prioridades para a Amazônia seriam: a) integração física (fundamentalmente pelas rodovias, numa região secularmente integrada pelos rios); b) desenvolvimento econômico, centrado no setor privado e apoiado pelos incentivos fiscais da SUDAM; c) ocupação humana “racional” dos “espaços vazios”, agora claramente orientada pelas grandes rodovias abertas ou em abertura.

O I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) teve uma proposta diferente da SPVEA, pois esta última tinha uma visão negativa em relação à industrialização por conta da baixa capacidade de investimento de empresas na região no tocante à substituição regional de importações. Já o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) incentivou os investimentos internacionais a ocupar os espaços vazios através da execução de metas que foram traçadas para a região. Para a execução desse plano era necessário, principalmente, investir em

¹⁶ Conforme Soares (1996, pág 23), “A abertura da Belém-Brasília trouxe, de um modo geral, um novo estímulo ao comércio das cidades do Pará e das margens da rodovia BR-010 (Belém-Brasília). Antes da rodovia a mercadoria vinda do sul do país só podia ser comprada em Belém que era a capital e o centro redistribuidor de tudo. Muitas cidades se desenvolveram depois da rodovia com uma nova agricultura de pimenta, borracha, dendê, frutas e, também, horticultura, principalmente no Estado do Pará. As cidades servidas pela rodovia ampliaram suas atividades comerciais e industriais, como foi o caso de Castanhal-PA e Imperatriz-MA. Como a rodovia contribuía realmente para o desenvolvimento regional, foi necessária a ligação de ramais, com regiões próximas e de maior vitalidade econômica. Como Capitão Poço, Tomé-Açu e Marabá. Outro ramal ligou Tomé-Açu com Paragominas, um entroncamento rodoviário, o que reforçou sua função de entreposto comercial de gado. A Belém-Brasília se superpôs a uma velha rede de estradas como carroçáveis estruturadas, desde longo tempo, para servir uma área de circulação restrita, em que os meios de transporte terrestres eram somente o cavalo e o carro de boi.”

infraestrutura através da construção de rodovias, no que tange a ocupação demográfica da Amazônia, através dos projetos agropecuários, considerando uma grande expectativa de encontrarem a ocorrência de recursos minerais.

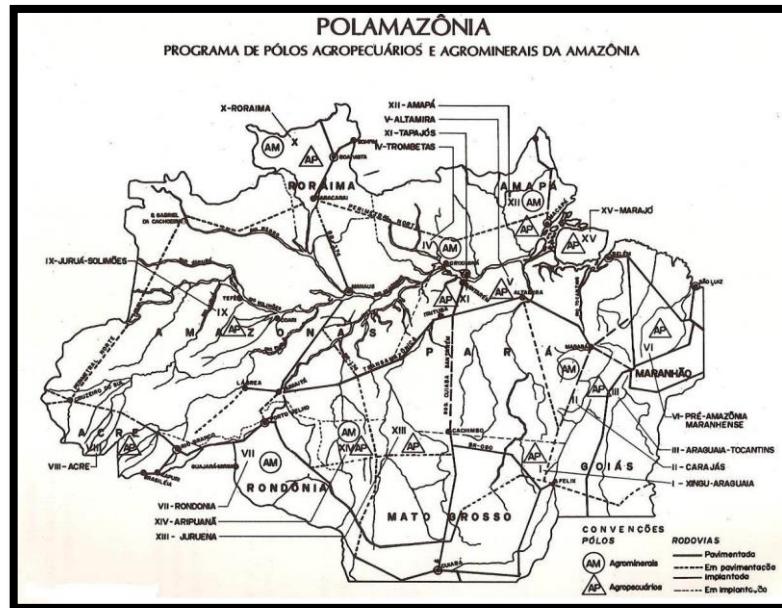
As principais características da década de 1970, no tocante à política de desenvolvimento da Amazônia, foram marcadas pela crise de petróleo em 1974, crise da economia internacional e o fim do milagre econômico brasileiro. Nesse panorama político e econômico, o II PND – 1975 a 1979 - impulsionou a produção de bens de produção tendo como consequência a substituição de importação e colocou a Amazônia no patamar de referência para exportar produtos minerais, confirmando a região como “fronteira de recursos naturais”.

Nesse contexto foi criado o II PDA como uma adequação para defender objetivos nacionais na Amazônia. Conforme coloca Marques (2010), esta mudança já esboçada desde meados dos anos 1960, agora ganhava mais importância e concretude. Um programa referência dessa nova postura foi o de Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o POLAMAZÔNIA¹⁷ (Decreto 74.067 de 29 de setembro de 1974), destinado a ocupar os “espaços vazios” e à utilização dos eixos viários articulando-se aos projetos de desenvolvimento setorial nas áreas preferenciais, conforme demonstra a Figura 1.

Entre esses polos estão os projetos minerais de Carajás-Itaqui (minério de ferro e siderurgia), em torno das reservas de ferro da Serra dos Carajás, sudeste do Pará, Trombetas-Belém (bauxita, alumina e alumínio). O PGC criou grandes expectativas em relação à industrialização da Amazônia. Nessa perspectiva, segundo Marques (2010), o polo de Carajás foi o que recebeu mais atenção do governo federal, o que significou concentração de investimentos e, posteriormente, uma vida própria conforme o PGC.

¹⁷ Este programa marcou uma importante mudança na política governamental brasileira, que passou a priorizar as grandes companhias industriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada, ampliados aos investimentos em infraestrutura e em extração e beneficiamento de minerais.

Figura 1: Programa de polos agropecuários e agrominerais do POLAMAZÔNIA.



Fonte: Stella (2009 *apud* CARDOSO 2011, p. 120).

Ainda em relação aos recursos minerais, existia otimismo também acerca de grandes reservas minerais, entre elas: bauxita, calcário, caulim, ferro, manganês e cassiterita, dos quais se destacaram as jazidas de bauxita do Rio Trombetas (2,6 milhões de toneladas). Os investimentos do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia se concentraram em energia, transporte e mineração, porém, no final da década de 1970, a matriz de desenvolvimento, inaugurada na década de 1960, entrou em fase de decadência com a retração do ingresso de capitais estrangeiros, conseqüentemente, houve uma crise econômica capitalista e um total desequilíbrio das contas públicas do Brasil.

Os grandes projetos estavam em execução, mas não vislumbravam grandes investimentos do Estado. Os credores internacionais obrigavam o Estado a adotar políticas de redução de gastos públicos, por outro lado a ditadura militar entrou em decadência e o país se abria para viver outro momento político e o desenvolvimentismo foi questionado. A partir desse panorama, foi lançado o III PND e o III PDA (1980-1985).

Segundo Carvalho (1998), o III PDA não chegou a ser um plano de desenvolvimento regional, mas tão somente um conjunto de diretrizes, com o governo federal atuou, concentrado em programas definidos diretamente pela SEPLAN, diretamente vinculada à Presidência da República. Os objetivos do III PND (1979-1985) mantiveram a mesma lógica dos planos anteriores, os quais propuseram, como objetivo, a integração e a ocupação

nacional, porém, isso centrava sua atenção nas exportações tendo em vista a superação da crise da dívida externa, totalmente agravada pelo segundo choque do petróleo em 1979.

Esse plano nacional sublinhou a importância do POLOAMAZÔNIA, em 1979, e foi considerado, pelo governo federal, instrumento essencial para a integração do desenvolvimento da Amazônia e para a ocupação desta região para o Brasil. O governo brasileiro confiou e investiu no setor de mineração e na implementação do Projeto Ferro Carajás, muito embora este tenha iniciado em 1978. Mas, quando o presidente Figueiredo assumiu a presidência, ele decidiu autorizar a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1980, a levar adiante esse projeto através de grandes capitais. Em novembro do mesmo ano, o referido projeto foi criado e recebeu grandes incentivos para se estabelecer na região amazônica.

A proposta do presidente Figueiredo era priorizar ao máximo o aproveitamento dos recursos econômicos da região amazônica, portanto era necessário implementar vários programas e projetos, entre eles o Projeto Carajás e o Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil (POLONOROESTE)¹⁸. Esse programa foi implantado no ano de 1982 e elaborado para atender os Estados de Rondônia e o norte do Mato Grosso, com o objetivo de atender uma grande população por meio de infraestrutura, bem como aumentara produtividade agrícola que trouxesse um bem estar social.

Na verdade, o POLONOROESTE trouxe grandes impactos negativos ambientais e sociais para a região amazônica, posto que mesmo que proporcionasse um grande crescimento populacional, paralelo a isso veio, também, as tensões no campo e a pressão sobre terras indígenas que foram invadidas por posseiros, madeireiros, garimpeiros. Vale destacar também, as fortes consequências da implantação de rodovias naquela área e sobre os recursos naturais. As políticas de desenvolvimento planejadas para a Amazônia, particularmente na esfera econômica, não conseguiram corresponder à sua demanda, principalmente no tocante à ocupação espacial.

Muito embora o Estado tenha investido na Amazônia, através das políticas de desenvolvimento, principalmente para a superação do vazio demográfico, com o investimento em infraestrutura, pode-se afirmar que houve uma aceleração na exploração predatória dos recursos naturais e um agravamento da questão social e ambiental nas áreas urbanas e rurais.

¹⁸ Segundo Hegemann (1996), este programa, parcialmente financiado pelo Banco Mundial, deteve recursos na ordem de US\$ 1,5 bilhões e teve o seu início decretado com o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-363). Ao programa foram acrescidos os seguintes componentes: projetos de colonização e programas de regularização fundiária, de proteção à saúde e defesa dos índios e do meio ambiente, embora a previsão de recursos para estes dois últimos componentes fosse de 3% do montante total.

Segundo Serra (1997), a construção de rodovias e de uma malha de estradas vicinais, os projetos de colonização, a descoberta do ouro em Serra Pelada e, principalmente, os projetos industriais foram significantes fatores os quais atraíram, substancialmente, fluxos migratórios para a Amazônia. As áreas urbanas das capitais, como São Luís e Belém, tiveram um grande crescimento populacional seguido da urbanização a partir da implantação do PGC.

Cidades como Açailândia, Imperatriz e Marabá acompanham o crescimento econômico concomitante com um nível de desenvolvimento satisfatório, porém se fizermos uma análise através de dados estatísticos das principais demandas sociais, podemos perceber que essas cidades sofrem fortes consequências nas principais áreas como habitação, infraestrutura, somadas a ausência de coleta de lixo e esgoto e isso gera grandes consequências para a sociedade como um todo no que tange aos indicadores sociais.

Já no que se refere às atividades agrícolas, pode-se afirmar que as políticas de desenvolvimento, criadas nesse campo, desenvolveram um modelo baseado no latifúndio, o que beneficiou uma grande parcela de proprietários rurais, gerando, como consequência, conflitos agrários e violência rural exacerbada a partir da implantação de grandes projetos, dentre eles o Grande Carajás.

2.2 Grandes Projetos de desenvolvimento na Amazônia

A partir de 1964, houve um aprofundamento acerca da Amazônia por meio de pesquisas geológicas, mais especificamente na sua parte oriental em decorrência de descobertas de reservas minerais. Conforme Marques (2010, p. 78):

Em 1966, a Codim, subsidiária da Union Carbide, descobriu reservas de manganês na serra do Sereno, no município de Marabá, e em 1967, a United States Steel, através da sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração detectou as reservas de ferro da Serra Arqueada (Carajás) e de manganês em Buritama. Em 1968, a região de Carajás passou a ser estudada pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Em 1970, os estudos passaram a ser efetuados pela Amza (Amazônia Mineração S/A), formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela United States Steel (49,1% das ações), além destas empresas outras instituições realizaram pesquisas na região do Carajás.

A partir dessas descobertas, em 1967, foram criadas ações institucionais com o objetivo de ocupar a região amazônica. Essas medidas foram expressas na exposição de motivos nº 391/64 do Ministério de Minas e Energia, o qual redefine a legislação no ramo

mineral e que, segundo Leal (1988), orientou o governo a fixar diretrizes gerais para o setor mineral dentre as quais:

O aproveitamento interno e imediato dos recursos naturais conhecidos, ampliação do conhecimento do subsolo brasileiro em curto período de tempo, revisão do código de minas (1º diretriz);
Ênfase na importância da produção mineral para o desenvolvimento do país via industrialização mineral interna ou objetivando a sua exportação (2º diretriz);
Incentivo governamental aos projetos que resultassem em redução ou eliminação de importação (3º diretriz);
Restrição do poder público ao desenvolvimento das empresas minerais estatais, já existentes, deixando à iniciativa privada a ação da mineradora, apenas assumindo-a quando não interessasse ao empreendimento privado (4º diretriz);
Orientar a formulação dos projetos de mineração que apresentassem condições mais vantajosas ao Brasil procurando evitar dificuldades ou impossibilidades a sua execução (5º diretriz), e adotou-se a política de “livre iniciativa” seja a lavra, beneficiamento, transporte, embarque ou comércio mineral (LEAL, 1988, p.100).

Ainda segundo a Constituição de 1967 art. 168, as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica, fazem parte de uma propriedade diferente do solo quando este se trata de exploração ou aproveitamento industrial. Dessa forma, a partir da aprovação do Código de Minas (1967), o subsolo não teria dono e, de acordo Marques (2010), substituiria o chamado regime de ascensão, no qual as jazidas pertenciam ao proprietário do solo.

Essas medidas contribuíram para implantação de grandes grupos econômicos industriais e financeiros na Amazônia, através da instalação de grandes empresas que foram, inclusive, incentivadas pelo Estado brasileiro através de políticas de incentivos a partir dos anos 1970. De acordo com Leal (1991), essas intervenções estatais foram úteis para promover a distribuição e desenvolvimento de modernas formas produtivas capitalistas. Ou seja, o capital privado iria agir associado ao Estado.

O papel mineral foi se definindo na Amazônia a partir de muitos fatores externos, dentre eles: a crise econômica mundial, aumento dos custos da geração de energia elétrica, a subida de preços do petróleo, dentre outras. Essas questões levariam alguns países a se interessarem pelas regiões com grandes potenciais energéticos e minerais como era o caso da Amazônia. Outro elemento que contribuiu para esse interesse foi o aumento das taxas de juros internacionais, pois o Brasil teve grande endividamento e para que isso fosse superado era necessário desenvolver novas fontes de lucros e o potencial energético e mineral da região amazônica contribuiria.

Por esse motivo, o II PND preconizou a substituição de importações por exportações de produtos que ajudassem o país a se superar diante da crise pela qual estava passando. Leal (1996) caracteriza que o termo “grande projeto” surgiu a partir da década de 1970, com o objetivo de distinguir os empreendimentos que foram implantados na região amazônica através da retirada de recursos naturais em larga escala com o objetivo de exportá-la. Ainda segundo Leal (1991), os grandes projetos precursores na Amazônia foram o projeto Ford e o projeto Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (ICOMI). O projeto Ford foi instalado no estado do Pará, mais precisamente no Rio Tapajós, em 1920, para atender os interesses capitalistas dos norte americanos. Segundo Fialho Nascimento (2006), no momento em que o automóvel nos EUA se transformou no mais importante produto de massa, a produção gomífera em regime de cartel, estava sob o comando dos ingleses e holandeses. Líderes da produção de pneumáticos, como a *Firestone* e *Goodyear*, escolheram a Costa Rica para investirem em seus negócios, porém o empresário norte americano Henry Ford escolheu a Amazônia a partir de inúmeros relatos científicos sobre a região. A Ford popularizou o automóvel e a sua empresa, a *Ford Motors Company*, inaugurou um método inovador para produzir veículos¹⁹. De 1920 até 1922, a quantidade de matéria prima necessária para a fabricação de pneus saltou de 19.400 para 67.100 toneladas e, com o monopólio inglês, Henry Ford decidiu obter látex no Brasil - adquirindo às margens do Rio Tapajós no estado do Pará. Leal (1996) coloca que os efeitos desse grande projeto na Amazônia foram nefastos, uma vez que este foi válido como espaço de acumulação monopolista e disputa de cartéis e que entrava em confronto tanto com a natureza quanto com a sociedade.

[...] Esse projeto incorporava consigo, necessariamente, a subsunção da força de trabalho local e regional, o que deveria transformar a população da sua área de influência em um imenso exército cativo de assalariados [...] provocou mudanças profundas na área em que se assentou satelizando a economia local, municipal, e em boa parte da economia estadual em função do seu tamanho e dos seus objetivos. Valeu-se de privilégios e situações de exceção resultantes das relações entre o poder capitalista e o poder estatal, representados, respectivamente, pelo poderio econômico Ford e o governo do Estado do Pará (LEAL, 1996, p. 112).

Ainda segundo Leal (1996), esses privilégios foram: concessão de terras a custo zero e a concessão de subsídios, representados pelas isenções fiscais federais, estaduais e municipais, que representaram como contrapartida ônus materiais para os segmentos sociais,

¹⁹ A empresa tinha funcionários especializados que ficavam em fila e faziam trabalhos repetitivos todos os dias e este método de trabalho, de produção em série, ficou conhecido como fordismo.

cujas necessidades foram desatendidas pela lacuna das receitas públicas entregues a ele na condição de vantagens fiscais e reforçou a exploração do povo e da cultura nativa, já que os valores trazidos tendiam a inseri-los em outra cultura: a do proletariado.

O projeto ICOMI, assim como o projeto Ford, também foi criado para atender os interesses capitalistas, mas precisamente dos Estados Unidos contra a União Soviética após a II Guerra Mundial. Foi implantado no estado do Amapá através da exportação de manganês²⁰ na Serra do Navio.

A exportação deste mineral ficou sob a responsabilidade da ICOMI que tinha a *Bethlehem Steel Company* como grande acionista e grande produtora de aço. Conforme Drummond e Pereira (2007, pág. 25),

“A ICOMI causou grandes transformações no solo amapaense para a construção da infraestrutura de mineração industrial, bem como da estrada de ferro e da vila operária em Serra do Navio que representou grandes mudanças através de um grande aparato de recursos tecnológicos e humanos em uma área que não era povoada. As transformações foram muitas, dentre elas: a infraestrutura construída pela própria empresa, a construção de um porto, ferrovias, serviços de comunicação, rodovia, energia através de linhas de transmissão, hospitais, construção de escolas, coleta de lixo e tratamento de esgoto, matadouro, serviços de saúde, entre outras políticas.” (DRUMMOND e PEREIRA, 2007, p. 25)

A empresa construiu também uma cidade no meio da mata que foi subdividida em vilas, que foram iniciadas em 1957, construídas próximas à área de exploração²¹. Os projetos Ford e ICOMI possuíam algumas semelhanças tais como: a descapitalização ecológica irreversível chegou a exaurir uma das mais ricas jazidas de manganês do planeta, porém o desenvolvimento prometido pela ICOMI ao Estado do Amapá não aconteceu. O que de fato ocorreu foi um enorme buraco no meio da floresta de onde foi retirado o manganês (LEAL, 1988).

Leal (1988 *apud* FIALHO NASCIMENTO, 2006) afirma que o destaque dado a esses dois grandes projetos – Ford e ICOMI, deve-se às suas características peculiares e a uma nova

²⁰ Segundo Fialho Nascimento (2006, p. 115), “o manganês se constitui num mineral de altíssima importância para a indústria, especialmente a bélica. Seu uso permite que se retire o enxofre contido no ferro dando a sua maior elasticidade, permitindo assim que ele se transforme em aço”.

²¹ Segundo Drummond e Pereira (2007), o município de Serra do Navio formou-se a partir da antiga Vila de Serra do Navio, que era o local de residência de todos os trabalhadores e técnicos encarregados da extração do minério de manganês e de serviços conexos (ferrovia, educação, administração), foi criado pela Lei 007/92 e instalado em 1993, faz parte da microrregião de Macapá, que compreende uma área de 7.757 Km² e fica distante da capital 193Km.

fase de extração de matérias primas da Amazônia. É importante citar que a partir desses projetos, outros também foram implantados e tiveram efeitos semelhantes sobre as populações que ali habitavam.

A partir da divisão internacional do trabalho, percebe-se, nitidamente, que a Amazônia concorreu como espaço privilegiado para a atuação do capitalismo na sua fase monopolista. A Amazônia causava atração, sobretudo por ter matéria prima abundante, um mercado crescente e uma grande mão de obra barata. E, a partir dessas características, o Estado oficializou, através de decretos, que a Amazônia era uma região com grande potencial mineral (LEAL, 1986).

Pode-se dizer que, a partir dessas condições apresentadas, a mineração na Amazônia começou a se desenvolver com traços marcantes da proteção do Estado. A respeito disso, Almeida (1995 *apud* FIALHO NASCIMENTO, 2006) afirma que nesse contexto merece destaque a implantação, no ano de 1980, do chamado Programa Grande Carajás/PGC, por ele se constituir num amplo teatro de operações, sobretudo os de exploração mineral, e de uma diversidade de grupos empresariais (madeireiros, mineradoras, guzeiros, agropecuaristas, sojicultores, empreiteiros da construção civil, fabricantes de óleos vegetais, de papel e celulose e de produtos farmacêuticos), que realizam, no momento atual, coadunados com agências multilaterais, a mais complexa coalização de interesses industriais e financeiras já registradas na Amazônia.

Lobo (1996) considera que esses empreendimentos receberam apoio brasileiro através de vários projetos: POLOAMAZÔNIA, programas setoriais de base empresarial, programas de polos pecuários, de lavoura selecionada e de complexo minero-metalúrgico na Amazônia Oriental (Ferro-Carajás e Albrás-Alunorte), entre outros. Marques (2007) assinala que PGC foi criado como resultado do grande interesse do governo federal.

O aprofundamento de crise econômica brasileira no final dos anos 1970 reforçou mais ainda os propósitos do governo federal para com a Amazônia, culminando na criação do Programa Grande Carajás (PGC). A área de influência direta do PGC alcançou 895.165 Km² que equivalem 10,6% do território brasileiro e mais de 240 municípios do Pará, Maranhão e Tocantins. A província mineral de Carajás e outras áreas do PGC registraram grande incidência de ferro bauxita, ouro, níquel, cobre, manganês, cassiterita e minerais não metálicos (MARQUES, 2007, p. 81).

O PGC foi criado na vigência do II Plano de Desenvolvimento, através do Decreto-Lei nº 1813, de 24 de Novembro de 1980 e estava estimado em 62 milhões de dólares, tendo

como eixo de suas principais atividades a mineração, incluindo mais de 20 bilhões de toneladas de minério de ferro na mina de Carajás, administrada pela CVRD. A CVRD, aos poucos, destacou-se na Amazônia a partir do momento em que assumiu a face estatal, mas vinculada à geração privada do lucro com o objetivo de recuperar o Brasil da grande crise que estava passando naquele momento.

É possível alegar que o PGC foi criado a partir de um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, empreendido pela, então, estatal Companhia Vale do Rio Doce/CVRD (hoje auto denominada apenas “Vale” após o processo de privatização). Esse projeto foi institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo e visava a garantir condições de estrutura para a exploração e transporte de jazidas de minério de ferro do sudoeste do Pará. Segundo Brasil (1980), o PGC englobava,

- I - serviços de infraestrutura, com prioridade para a) o projeto da ferrovia serra de Carajás – São Luís; b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás; c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas; d) outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás; e) aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;
- II – projetos que tenham por objetivo atividades de a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria; c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira, aproveitamento de fontes energéticas;
- III – outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região (BRASIL, 1980, p. 80).

É perceptível que, conforme o Decreto-lei de criação, o PGC não visava a corresponder apenas à demanda da exploração do minério de ferro, mas foi pensado para corresponder com um ícone de “desenvolvimento regional”, através da mineração e siderurgia, principalmente na Amazônia Oriental, envolvendo a zona de três Estados: Pará, Maranhão e Tocantins. As atividades desse projeto correspondem a várias formas de produção e contava com uma grande estrutura implantada a partir da criação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), inaugurada no dia 28 de Fevereiro de 1985, bem como com o sistema mina-ferrovia-porto²⁵ (CARNEIRO, 1997).

Em 1991, o PGC foi extinto²², porém mudou a história e a geografia da Amazônia Oriental e gerou grandes consequências para o seu povo: povoados rurais, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, ribeirinhos e nos biomas. A partir do referido projeto, constatou-se que muitos empreendimentos se instalaram na Amazônia: os agropecuários, os industriais, as madeireiras, os de transporte, de exploração marítima e com isso, vem acontecendo profundos impactos culturais e socioambientais através da transformação espacial²³, social e econômica nas áreas impactadas pelo mesmo.

Ao analisar os 30 anos do Programa Grande Carajás na região da Amazônia Oriental podemos constatar que a situação é grave em todos os municípios nos quais estão inseridos no processo de duplicação da EFC. As principais consequências são: conflitos de terra, trabalho infantil, situação de pobreza extrema e políticas públicas sendo oferecidas de forma precarizadas e focalistas. O território foi utilizado de forma desordenada comprometendo a vida de milhares de agricultores e camponeses que ali moram e utilizam esse espaço como meio de sobrevivência.

Atrelando toda essa situação de exploração das comunidades mais pobres que moram ao longo da EFC, temos o aumento considerado da exportação de produtos da Vale S/A entre eles estão a soja, o carvão vegetal e o alumínio. A respeito dessa realidade, Hall (1991), coloca que.

O Programa Grande Carajás muito embora esteja ainda em seu estágio relativamente inicial, os primeiros sinais indicam que a política adotada e as medidas específicas implementadas já fizeram suas vítimas. O nível de violência no campo tem aumentado drasticamente na Amazônia Oriental, paralelamente à luta pelo acesso a terra. O Programa Grande Carajás tem intensificado a pressão sobre a terra, continuando a tendência estabelecida na Amazônia desde os anos 60, encorajada pelos expressivos subsídios oficiais concedidos pela SUDAM para a criação de pastos e fazendas de gado. (HALL, 1991, p.91)

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 2013, apresentados na pesquisa realizada por (Penha e Nogueira, 2015, p.220), “o cenário em que se insere a região que abrange o Projeto Grande Carajás e a Estrada de Ferro Carajás, apontam que aconteceram

²² É importante ressaltar que, oficialmente, o PGC foi extinto em 1992, durante o governo Collor de Mello. No entanto, o PGC acabou apenas no campo legal, pois o projeto enquanto ideia, foi realizado e foram implementadas iniciativas econômicas em todas as áreas que compõem o então PGC (PENHA; NOGUEIRA, 2015).

²³ Segundo o Fórum Carajás (2010), a construção de termoeletrica no município de Açailândia, a oeste do Maranhão, a presença da empresa Suzano Papel e Celulose, a construção da Ferrovia Norte-Sul, bem como a construção da hidrelétrica de Estreito constituem elementos recentes que reconfiguram a paisagem física, econômica e humana da região. Assim como em São Luís, capital do Maranhão, os portos experimentam uma ampliação.

816 conflitos de terras que afetaram 3.500 famílias e destas 36 (trinta e seis) estão relacionadas com a duplicação da EFC; 24 (vinte e quatro) ocorreram no Estado do Maranhão e afetou 1.653 famílias.”

É possível afirmar que com a implantação de grandes projetos na Amazônia, especialmente na parte oriental, populações inteiras foram atingidas, principalmente aquelas que sobrevivem da agricultura, como é o caso dos pequenos produtores que de alguma forma vem tentando resistir as mais variadas formas de conflitos geradas a partir da implantação dos grandes projetos na Amazônia.

As cidades de Imperatriz e Açailândia também sofreram e ainda sofrem alguns tipos de conflitos e conseqüentemente desgastes por conta dessa devastação representada pela implantação desses empreendimentos.

Conforme coloca Loureiro (1992, *apud* Penha e Nogueira, 2015, p. 220)

Desde os anos de 1960, a área situada ao longo da rodovia Belém-Brasília principalmente nas proximidades da cidade de Imperatriz/MA, estava ocupada principalmente por pequenos produtores de arroz e outros gêneros típicos da agricultura de auto consumo. O embate desses agricultores com os novos empreendimentos agropecuários e madeireiros os colocava diante de duas opções, ou resistiam à expulsão da terra via conflito, ou penetravam mais fortemente em direção ao interior da Amazônia, ocupando as terras mais próximas dos rios Araguaia e Tocantins.

Essa realidade pode ser percebida também na cidade de Açailândia/MA, mais especificamente na região do Pequiá de Baixo a 11Km do centro da cidade e um dos bairros mais importantes do município.

A região no início da década de 1950 tinha como referência apenas grupos indígenas, porém na década de 60, passou a ser ocupada por camponeses que passaram a se fixar e explorar os recursos naturais que ali existem. Essa realidade era fomentada pela possibilidade de uma vida calma e serena. Contudo a partir da década de 1970, as políticas governamentais implementadas pelo Estado, buscavam incluir a cidade de Açailândia na rota do desenvolvimento. Inicialmente foi construída a EFC e a BR-222 com incentivo do Estado que era utilizado como pano de fundo por grileiros e latifundiários, trazendo conseqüências devastadoras a população que ali se encontrava. Conforme advoga Almeida (2012) em pesquisa de campo.

Logo chegou a estrada de Ferro do Carajás: a BR-222 aqui não era trafegada, era estrada carroçal. Depois que a BR-222 passou aqui dentro do povoado, e aí foi chegando os empreendimentos, os latifundiários, por último agora chegou a Vale com o plantio de eucalipto. Essa empresa aí, **realmente quem domina isso aí é a Vale**, e aí o pessoal foram comprando as terras, os grandes fazendeiros foram juntando as terras dos pequenos e juntando, e juntando, e hoje pra resumir mais ou menos, o que deve ser dito mais umas coisas ainda, que nós se quer [*sic*] tirar um sustento, que nós somos descendente de lavrador, tem que andar 200 km pra fazer uma rocinha. [...] Aqui nós tinha [*sic*] quintal grande, tem até hoje aí, nós plantava [*sic*] banana, nós criava [*sic*] galinha caipira, tinha ovos, pra você se alimentar e pra vender algum, nós tinha [*sic*] canteiro de cebola, horta, nós plantava [*sic*] pimentão, alface, tudo dava aqui na beira do brejo, terra fértil, terra boa. Cheguei a ter aqui uns oito pés de coco. E hoje tá tudo morto. [...] E hoje nós perdeu [*sic*] todo esse direito de ter essas coisas. (Informação verbal) (Relato do seu Edvar-Presidente da Associação de Moradores do Pequiá de Baixo). (ALMEIDA, 2012, p.100) (Grifos do autor)

Conforme relato acima, pode-se analisar que Açailândia desde o início sempre foi usada como rota do capital internacional e que a partir do Projeto Grande Carajás representado pela Vale S/A, recebeu a implantação de 5 (cinco) siderúrgicas na década de 1980 para a produção do ferro gusa. Esse pólo siderúrgico foi fomentado principalmente a partir da abertura da Estrada de Ferro Carajás que foi considerada inicialmente uma porta de entrada para o “progresso” da cidade. Foi através da implantação das siderúrgicas que o fluxo migratório de pessoas aumentou na cidade e isso repercutiu na situação de vida dos moradores de uma forma geral. O discurso do desenvolvimento foi utilizado por diversas vezes, porém as expectativas desse progresso foram frustradas a partir do momento em que a comunidade não usufruiu da inserção do mercado de trabalho, bem como uma qualificação. É importante afirmar que o discurso do desenvolvimento foi utilizado junto com o avanço do grande capital internacional e isso trouxe graves e sérias consequências entre elas: poluição, dificuldade de acesso as políticas públicas, violência, concentração fundiária, concentração de renda, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e trabalho escravo.

Sobre este último, podemos afirmar que Açailândia tem sido colocada em destaque nacional, como uma das cidades do Brasil com grande número de aliciamento de trabalhadores e ao mesmo tempo como ponto de exportação da mão de obra escrava tendo em vista que a mesma é conhecida como cidade de entroncamento e está associada aos grandes empreendimentos implantados na região da Amazônia legal.

É possível afirmar que Açailândia é rota para um intenso processo de expansão e ao mesmo tempo exploração capitalista resultando num processo interno de exclusão social que será mostrada nos próximos capítulos.

3 A INSERÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO NO BOJO DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS DIFUNDIDAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Desde o período colonial, o Estado do Maranhão vem buscando, através de ações governamentais, garantir a produção de artigos de interesse para grandes centros, como fez para Portugal e muitos países europeus. A instalação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, fomentou a exportação do algodão para a Inglaterra, coincidindo com o momento da Revolução Industrial na Europa. Após as lutas da independência, o Maranhão, no século XX, com a economia em declínio, apresentou certa estagnação que perdurou até o Império, provocando revoltas sociais, como a Balaiada de 1938 e, mais tarde, a migração para os seringais da Amazônia.

No início da República, a produção algodoeira, o beneficiamento de arroz, açúcar e óleo de babaçu sustentaram a economia do estado, mas não impediram o empobrecimento de grande parte da população. A economia do estado era baseada na exportação de açúcar e de especiarias, como a pimenta, cravo e canela no século XVII.

No século XVIII, outros produtos foram surgindo como algodão e arroz e, novamente, a produção açucareira. Em 13 de Maio de 1888, aconteceu a abolição da escravatura e, a partir desse acontecimento, houve um momento de grande decadência econômica, momento em que o Estado só conseguiu se recuperar a partir do processo de industrialização com a indústria têxtil após a década de 1930.

A partir da segunda metade do século XX, Estado brasileiro foi impulsionado pelo processo da “modernização” de suas regiões. Conforme Oliveira,

[...] o processo contemporâneo de ocupação da Amazônia concebido pelo Regime Militar de 1964, atrelado aos objetivos de integração do território nacional, controle geopolítico da fronteiras norte e noroeste, adiamento de uma possível reforma agrária e inserção do Brasil no mercado internacional através da exportação de recursos minerais (OLIVEIRA, 2006, p. 90).

No entanto, este processo se deu de modo desigual nas diferentes regiões brasileiras, inclusive, no interior da Amazônia. Como lembra Sousa (2015, p. 132), “a Amazônia brasileira conheceu desde a década de 1950 intensas transformações sócio espaciais. Estas mudanças só podem ser compreendidas em face das estratégias recentes de ocupação e povoamento que foram difundidas nesta região desde então”.

No bojo destas estratégias, cabe situar os projetos de colonização das terras, a construção de rodovias/ferrovias, difusão de projetos econômicos, em particular, a exploração de projetos madeireiros, agropecuários, energéticos e minero-metalúrgicos.

Esses empreendimentos ou programas e projetos econômicos surgiram a partir da necessidade de expansão do capital em busca de novos mercados, promovendo assim, a inserção das econômicas regionais periféricas ao cenário produtivo nacional.

Com isso, vivenciou-se um momento de grande liberação e desregulação da economia brasileira, valorizando o capital através do lucro e fortes processos de desestatização. Conforme notou Chesnais, esse momento pode ser entendido:

Com uma ampla liberdade de movimentação do capitalismo industrial que se desloca de uma praça para outra, mas sempre de acordo com as relações constitutivas do oligopólio mundial e com as oportunidades de deslocamento, transferências das unidades. Muitos dos países periféricos do mundo só interessam à expansão do capital [...] sob a forma contraditória de sua marginalização e as operações feitas com objetivo de lucrar para frutificar um capital são, por definição, seletivos (CHESNAIS, 1996, p. 57).

Em razão dessas preocupações, com a inserção do país no cenário econômico mundial, o Estado brasileiro, orientado pelas diversas ações dos governos militares, intentaram em promover processos de modernização das regiões brasileiras, difundindo nelas, projetos e programas econômicos pautados na valorização das potencialidades econômicas regionais. Nessa direção, Sousa e Franklin comentam:

Estas ações conduzidas pelo Estado e pelo capital tiveram forte atuação entre as décadas de 1950-1980 na Amazônia brasileira. Tais projetos e programas de natureza econômica vislumbraram o aproveitamento racional das potencialidades regional, bem como a reprodução ampliada do capital. Estes projetos econômicos estavam sempre vinculados à exploração dos recursos naturais existentes na região, em particular, os recursos energéticos, agrofloretais, minero-metalúrgicos e agropecuários (SOUSA; FRANKLIN 2013, p. 41-42).

A força de comando dessas ações, orientadas pelos governos militares, não ocorreu de forma isolada. Ela se manifestou em consonância aos interesses dos grupos capitalistas que passaram a enxergar as riquezas existentes. Segundo Becker

No caso da Amazônia brasileira, é reconhecido que sua ocupação se fez em surtos devassadores desencadeados pela valorização momentânea de seus produtos no mercado externo. Em meados da década de 1960, o Estado brasileiro toma a si o comando de um novo ciclo do povoamento regional no contexto de um projeto

geopolítico voltado à modernização acelerada da sociedade e do território brasileiro. (BECKER, 2005, p. 401).

Diversas ações modernizadoras foram desenvolvidas na Amazônia brasileira. Algumas delas podem ser observadas no quadro que segue.

Quadro 1: Estratégias recentes de ocupação da Amazônia (1953-1988)

ANO	PROGRAMAS/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	SPVEA – Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia	Elaborar planejamentos quinquenais visando à valorização econômica da região.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR-010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364)	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia ao resto do país.
1966	SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Coordenar e supervisionar planos e programas industriais no contexto regional da Amazônia.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Integrar a Amazônia ocidental mediante criação de um centro industrial com a isenção de impostos.
1968	Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia – Ministério do Interior	Supervisionar os estudos referentes ao aproveitamento energético da região.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Expandir a rede rodoviária e implantar projetos de colonização em áreas prioritárias da Sudam/Sudene.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar estratégias de distribuição controlada e dirigida de terras no país.
1974	POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar, de forma integrada e em grande escala, os recursos minerais e agrofloretais na Amazônia.
1985	PCN – Projeto Calha Norte	Assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação de pessoas, produtos e serviços e assistir os índios.
1987	PROJETO 2010 – Ministério de Minas e Energia	Implantar vastas redes hidrelétricas para incentivar o desenvolvimento industrial da região.

1988	Programa Nossa Natureza	Rever a legislação ambiental para a região e estabelecer o zoneamento agroecológico.
------	-------------------------	--

Fonte: BECKER, (1990). Organização: Sousa (2013).

As estratégias mencionadas no quadro apresentaram implicações imediatas nos processos de reestruturação das cidades e da região amazônica, denotando efeitos positivos e negativos às populações dessa região. Nesse cenário exposto, é importante indagar sobre os efeitos dos processos de modernização regional.

Consideram-se como recorte analítico, os efeitos dos projetos modernizadores difundidos no município de Açailândia. No entanto, é preciso reconhecer que as marcas da modernização regional é perceptível em diferentes espaços da Amazônia brasileira, tendo afetado tanto os campos como as cidades. No caso maranhense, o palco inicial destas transformações são as áreas rurais.

As “terras” devolutas do maranhão despertaram a partir da década de 1960, ao então governador José Sarney a decisão de modernizar o Estado. Para tanto, ele lançou mão de uma poderosa estratégia governamental, amparada numa legislação específica, implantando no ano de 1969, a chamada **Lei de Terras do Maranhão**. O Maranhão possuía grandes extensões de terras livres que permaneceram às margens do processo de exploração na época colonial. Então era preciso incorporar as “terras livres” do Maranhão ao modelo de prosperidade da sociedade capitalista, e esta tarefa deveria ser executada de forma urgente pelo Estado (ASSELIN, 2009, p. 43).

Diante desse contexto, a partir de 1950, muitos camponeses nordestinos saíram de suas regiões em busca de novos territórios com o objetivo de se fugir da seca que assolava a região naquele momento e grandes extensões de terras maranhenses foram ocupadas por eles. Segundo Andrade (1998, p. 81), “essa vinda dos nordestinos para o Maranhão formou a “frente pioneira agrícola” nas áreas ocupadas pelo processo anterior a colonização”.

A partir dos anos de 1950, o estado do Maranhão entrou em uma rota diferente na ocupação de suas terras, tendo em vista a ocupação privada das terras por pecuaristas, grandes empresários e especuladores. Estes se apossaram das terras já ocupadas e trabalhadas por camponeses. A partir daí, diversos conflitos foram gerados, tendo como consequência a concentração fundiária e a violência no campo. Em 1969, foi institucionalizada a lei da terra, que segundo Luna (1985)

Foi o suporte legal que reforçava a expropriação camponesa uma vez que destinava terras públicas do Estado, para fins de exploração agropecuária e florestal transformando estas terras em foco de interesse de grupos econômicos capitalistas

que podiam se apoiar nos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE e SUDAM e apropriar de modo ilícito as terras livres do Maranhão (LUNA, 1985, p. 6).

O próprio estado utilizava o slogan “Maranhão Novo”, com o objetivo de criar uma infraestrutura que possibilitasse a entrada de grandes empresas oriundas do sul do país no Maranhão. Com isso, surgiu o processo de grilagem de imensas áreas rurais com o aval dos cartórios. A partir desse processo, a grilagem de áreas devolutas formaram grandes fazendas, gerando vários conflitos no campo maranhense.

Segundo Arcangeli (1987), a chamada “economia de gado” foi o modo concreto de inserção da economia maranhense no sistema nacional de trocas no auge da fase do “milagre” brasileiro (1968-1973), caracterizando o acirramento das disputas pela posse de terras entre grandes proprietários, oriundos do centro-sul do país, e os posseiros. Os conflitos, que emergiram desse cenário, foram inevitáveis e o processo de colonização das terras foi guiado, nesse caso, pelos agentes governamentais (SOUSA, 2011).

Nesse panorama exposto, as grandes extensões de terras, representadas pela frente de expansão, foram responsáveis pela ocupação dos “espaços vazios” amazônicos, tendo como pano de fundo a macro política governamental fundamentada nos pressupostos da integração nacional representada a partir do II PND.

A partir da década de 1980, a política de modernização, proposta pelo Estado, passou por grandes transformações capitaneadas pelo II PND. Em razão desse programa, as regiões Norte e Nordeste passaram a ser entendidas no cenário nacional como referências para a implantação de grandes projetos econômicos baseados na indústria de alumínio, celulose, aço e ferro. Esse processo permitiu a instalação de vários projetos, tendo como mola propulsora, o PGC – Programa Grande Carajás.

Diversos instrumentos foram adotados para a implantação do Programa Grande Carajás e para o seu funcionamento na Amazônia brasileira. O Estado, representado pelos governos militares, conduz este processo. Para Muniz e Almeida,

“A partir da inauguração da EFC²⁴ intensificou-se a instalação de empreendimentos ao longo do corredor de exportação numa área que cobre uma superfície de 32.242 Km², faixa geográfica que se estende do oeste a parte do litoral norte do Maranhão, distribuída em 14 municípios – microrregiões de diversidade geológica bastante demarcada. É importante informar que a estrada de Ferro Carajás tem 890 Km de extensão dos quais 590 encontram-se em território maranhense”. (MUNIZ e ALMEIDA, 2013, p. 76).

²⁴ A Estrada de Ferro de Carajás tem 890 Km de extensão e liga a maior mina do minério de ferro do mundo, localizado em Carajás estado do Pará até perto da madeireira em São Luís-MA. O mapa 1, indicado a seguir ilustra, com propriedade, as áreas que envolvem a Estrada de Ferro Carajás – EFC.

O Estado do Maranhão teve destaque a partir da implantação dos projetos Míneros-metalúrgicos, os quais influenciaram a implantação da ferrovia Carajás e do Porto do Itaqui, que passaram a integrar as estratégias de ocupação e povoamento regional da Amazônia oriental, promovendo a exportação de commodities, tais como: o ferro do sudeste paraense e demais produtos oriundos da região de Serra de Carajás e de outras regiões da Amazônia oriental. Também permitiu o escoamento da soja de diversas áreas produtoras desta macrorregião, permitindo alcançar a modernidade regional.

Capturado por essa lógica, nos anos 1980, ou seja, pela racionalidade dos grandes projetos econômicos, o estado Maranhão passou a ser compreendido como parte constituinte de uma totalidade social, buscando articular os interesses capitalistas mundiais aos interesses de grupos capitalistas econômicos nacional e regional.

Tendo como base esse cenário, é reconhecido que os grandes empreendimentos transnacionais adentraram no espaço maranhense com a finalidade da exploração de suas riquezas, impondo um ritmo extremamente acelerado de degradação dos recursos naturais, entre eles, a extração mineral, fato que trouxe consequências irreversíveis para as comunidades locais no tocante às questões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

O Maranhão é um estado que apresenta graves situações em seu quadro social, denotando expressões de extrema vulnerabilidade social. Os seus indicadores sociais sempre figuram nas últimas posições no ranking brasileiro. Os dados socioeconômicos revelam ser um dos estados com maior índice de desigualdades sociais. É reconhecido que 20,9% da população maior de 15 anos de idade não sabe ler e nem escrever. Apresenta também um dos piores índices de Desenvolvimento Humano – IDH²⁵.

De acordo com essa análise do IDH, o estado do Maranhão se apresenta como o penúltimo estado da federação, com o pior índice (0,683), ficando atrás apenas do Estado de Alagoas (0,677). Também é esta a mesma posição quando se refere à mortalidade infantil que chega a 39,6%, ficando a frente apenas de Alagoas que apresenta 50% esse mesmo índice. (IBGE, 2010).

Outro aspecto relevante refere-se ao Produto Interno Bruto (PIB) que, a partir do momento em que foram criadas condições concretas para a consolidação do capital industrial, houve uma elevação significativa. Em relação PIB maranhense, entre os anos de 1994 a 1998, observou-se expressivo crescimento do PIB per capita, que superou a média de crescimento do Nordeste (2,36%) e do país (0,4%), passando de 1.832 em 1994, para 2.451 em 1998, apresentando um índice de crescimento de 5,26.

Porém, esse PIB, na atualidade, vem se apresentado como um dos mais baixos do país, na medida em que se percebe que a situação socioeconômica maranhense tem mostrado sinais de declínio, sendo marcada por intensas desigualdades sociais que se reflete na pobreza e no atraso econômico e político vivenciados nas diferentes regiões desta unidade da federação.

²⁵ O IDH é formado por três elementos essenciais: a) longevidade (utiliza-se aqui o indicador de expectativa de vida ao nascer); b) O conhecimento. c) Padrão ou Qualidade de vida (dada a dificuldade de indicadores para este componente, aqui é utilizado o PIB per capita, ajustado pela paridade do poder de compra). (UNDP, 1990, p.11-12).

A esse respeito, Ferreira (2007) alerta que

[...] a implementação dos grandes projetos na região, tenham sido registrados aumentos de empreendimentos, do número de empregos com carteira de trabalho assinada, dos ditos empregos “indiretos”, dentre outros indicadores relativos à industrialização, os dados sociais apontam para outras conclusões, ou seja, o desenvolvimento propalado pelos agentes econômicos e políticos não tem se confirmado no tecido social (FERREIRA, 2007, p. 133).

Assim, ao analisar os indicadores de desenvolvimento social antes apontados, como o PIB, constatou-se, segundo dados do IBGE (2010), que o estado do Maranhão, com uma área de 331.183,293 Km², contando com 217 municípios e população estimada, em 2012, de 6.200,538 habitantes, tem um dos menores índices de participação no PIB nacional (R\$ 13.984,00), ocupando a 17^a posição no ranking nacional.

Mesmo com o fato de existirem empresas transnacionais no Estado do Maranhão, incluindo as siderúrgicas na Amazônia oriental, e a difusão do agronegócio, estes não têm assegurado, por exemplo, condições de desenvolvimento no Estado às suas populações. Ferreira (2007, p.61), nessa direção, alega que:

[...] a elevação do PIB do estado está diretamente relacionada aos projetos mineros metalúrgicos e a expressão do agronegócio, parece contrastar, profundamente com o contexto macroeconômico mundial que se evidencia a partir dos anos 1970, caracterizado, dentre outros aspectos, por taxas de crescimentos do PIB muito baixos e dentre esses aspectos estão: ritmos de crescimento muito baixos nas diversas regiões; crescimento dos níveis salariais e da flexibilidade das condições de contratação e de trabalho com aquelas em que a mão de obra é explorada mais duramente.

Para uma melhor compreensão à respeito das condições de desenvolvimento do estado do Maranhão e de sua inserção no cenário produtivo nacional, é que se propõem uma reflexão, no tópico a seguir, sobre alguns aspectos deste processo, considerando, nesse caso, a realidade socioeconômica materializada na cidade de Açailândia que passou a acolher, desde a década de 1980, elementos essenciais desses projetos modernizadores, através da implantação de um polo siderúrgico com forte destaque no cenário econômico nacional.

Vale ressaltar que o estado do Maranhão e, mais particularmente, sua porção ocidental, serviu como reduto à produção de minério de ferro que passou por um processo de ampliação dos seus parques produtivos em todo o país. Essa nova logística contribuiu muito

para a implantação de grandes projetos siderúrgicos com o objetivo de atender aos interesses do grande capital através da acumulação.

Ferreira (2007) destaca que o minério de ferro é a principal substância mineral produzida no país, tendo como principal empresa, nesse processo produtivo, a Companhia Vale do Rio Doce que é responsável por 25% da exploração do minério de ferro. Esse produto está concentrado em uma das maiores reservas do mundo: na Serra de Carajás, localizada no sudeste paraense (FERREIRA, 2007).

Tendo como base, o Relatório da produção mineral, sistematizado no ano de 2004 da CVRD, a produção anual de Carajás cresceu mais de 10 milhões de toneladas em relação a 2003, atingindo 69,376 milhões de toneladas no ano de 2004. Dessa forma, a mina de Carajás alcançou todo nível de capacidade equivalente a 70 milhões de toneladas anuais. Atualmente está em desenvolvimento um projeto de expansão, com 85 milhões de toneladas anuais (FERREIRA, 2007). Considerando esse potencial, a referida autora, acerca da reserva de Carajás, reporta-se a ela como:

[...] uma das grandes minas de minério de ferro a nível mundial e essa é a grande justificativa para o interesse cada vez maior da intervenção o grande capital nessa região considerando o ritmo da produção mina-ferrovia-porto. Diante de um ritmo constante da aceleração da exploração de minério baseada ao mesmo tempo na exploração de capital aos recursos naturais que se dispõe na Amazônia, Carajás se transformou em uma cratera gigantesca. E por outro lado vão embora as maiores riquezas naturais de que a Amazônia dispõe que é a mina de minério de ferro. (FERREIRA, 2007, p. 74).

É reconhecido que a implantação da CVRD, nos estados do Pará e Maranhão, deu-se por uma única razão, a mina da Carajás não poderia ser deslocada. Entretanto, ao se instalar nesses estados, como no caso do Maranhão, o movimento do capital se deparou com situações singulares que têm interferido diretamente na reestruturação regional.

De um lado são visíveis os discursos desenvolvimentistas, ou seja, que são produzidos pelo capital internacionalizado e pelo próprio Estado que defendem a ideia do desenvolvimento dessa macrorregião e da inserção dela no cenário produtivo nacional. Do outro, é possível observar que os interesses das populações locais têm entrado em conflito com a modernização, imposta à esta região, uma vez que toda a ideologia desenvolvimentista não têm assegurado às populações tradicionais, que vivem secularmente nessa região, condições adequadas para o desenvolvimento.

Diante desses fatos apresentados, é que se justifica a necessidade de realização deste estudo, para compreender os antagonismos, ou seja, aspectos fundamentais que envolvem esse processo relacionado às propostas desenvolvimentistas implantadas em Açailândia, em face da instalação do polo siderúrgico, e todas as questões que mascaram ou explicitam a realidade que vem sendo construída neste município.

3.1 As faces dos discursos desenvolvimentistas do setor siderúrgico no Brasil e suas expressões e significados no município de Açailândia-MA

A história do setor siderúrgico no Brasil remonta a década de 1920, mais precisamente no estado de Minas Gerais, quando foi criada a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, inaugurada em 1939, bem como a usina de Monlevade conhecida, na época, como a maior siderúrgica integrada de carvão vegetal do mundo. Para Andrade e Cunha (2002):

Através de um estudo divulgado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a siderurgia brasileira teve seu histórico em Março de 1957, em São Paulo, com a instalação de uma pequena produtora de ferro por Afonso Sardinha. Em 1952, a siderurgia brasileira contou com grande aliado e agente financeiro governamental, o BNDES com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do setor siderúrgico tendo em vista que o mesmo teria um papel estratégico importante para a independência e desenvolvimento do país. (ANDRADE; CUNHA, 2002, p. 05).

Em 1956, com o objetivo de impulsionar cada vez mais o setor siderúrgico do país, foi fundada em Cubatão a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e também a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (UNISIMAS), ambas financiadas pelo BNDES.

O papel do Brasil neste sistema é estratégico, não apenas por sua elevada vulnerabilidade institucional, que se traduz em regulamentações trabalhistas e ambientais pouco exigentes, bem como a baixa capacidade de fiscalizar e monitorar sua aplicação, mas também pela elevada disponibilidade de minério de ferro em seu território (9,8% das reservas mundiais) como consequências desse cenário. O país divide com a Austrália a posição de maior exportador de minério de ferro do mundo, sendo ainda o maior exportador de aço do mundo, com tendência de crescer sua importância ainda mais no futuro próximo (MILANEZ, 2009, p. 3).

Diante do exposto, é perceptível que o Brasil é um país cheio de potenciais, sobretudo, por suas riquezas naturais, tendo portanto, grande disponibilidade de minério. Por outro lado, percebe-se a fragilidade do Estado em fiscalizar as grandes empresas instaladas nas áreas de exploração desses produtos. As consequências dessa fragilidade são a não-monitoria da aplicação das regulamentações trabalhistas e ambientais e o lucro excedente com a instalação destes empreendimentos no país.

Na década de 1980, o Brasil se encontrava diante de uma grande crise, inclusive política, em decorrência do agravamento das condições financeiras mundial. O país havia perdido a capacidade de investimento e apresentava dificuldades de manter as empresas no país. Nesse momento, o crescimento da produção foi limitada, mas apesar disso, as companhias continuaram a operar (MILANEZ, 2008).

A dívida externa provocou um declínio da demanda interna do aço, acarretando, assim, uma queda contínua nos lucros e nos investimentos vinculados a este setor.

Devido a esta crise do Estado brasileiro, no início da década de 1980, ocorreram vários impedimentos no que tange aos investimentos nos processos de modernização do parque industrial brasileiro, tendo como consequência um nível de distanciamento dos níveis dos padrões internacionais de qualidade, competitividade e produtividade.

Em 1988, iniciou-se um grande processo de privatização na siderurgia mundial, caracterizando uma nova etapa de constantes e profundas transformações no setor. A partir de 1991, as empresas maiores foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização e foram privatizadas em 1993. Esse processo de privatização se deu baseado no projeto neoliberal que se caracteriza pela eficiência dos lucros obtidos em cada empresa e a não interferência do Estado na economia com vistas ao livre jogo do mercado baseados na lei da oferta e da procura (MILANEZ, 2009, p. 12).

No final do século XX, o neoliberalismo emergiu com todo o vigor, assumindo e determinando ações diferenciadas nos distintos países do mundo. Suas expressões passaram a ser direcionadas através do consenso de Washington em 1989, denotando uma participação de países como EUA, países que compõem a América Latina, Central e o Caribe. O consenso de Washington foi criado com o objetivo de estabelecer diretrizes e metas para a economia mundial e, ao mesmo tempo, expandir as ideias neoliberais, levando em conta, nesse cenário, os preceitos reais do sistema capitalista pautados na desregulamentação em nível global.

Uma das maiores consequências da adoção deste projeto neoliberal foi a privatização de empresas públicas com a justificativa pelo Estado de que a privatização melhoraria

determinados serviços, principalmente os essenciais como saúde e educação. Contudo, a redução das empresas públicas têm gerado desde então muitos prejuízos à população brasileira, tendo em vista que não foi acompanhado o nível de proporcionalidade na melhoria dos serviços pela sociedade. O fato de deixar empresas estrangeiras no comando da vida econômica do país não reduziu as suas desigualdades.

Outra consequência negativa dos processos de privatização foi o surgimento de novas formas de financiamento e captação de recursos que não eram acessíveis às empresas estatais. Ao mesmo tempo em que as companhias tinham mais facilidade de se capitalizar, através de empréstimos financeiros, o governo diminuía as barreiras às importações de produtos siderúrgicos, aumentando desse toda a pressão no que diz respeito à eficiência da produção industrial.

Esse processo de privatização iniciado no Brasil, na década de 1990 foram geradas fortes consequências e impactos negativos para o setor siderúrgico no Brasil.

Uma das principais consequências foi um nível elevado de desemprego somado a um grande nível de terceirizações. A siderurgia também foi utilizada como estratégia de industrialização nacional através de implantação de empreendimentos como alternativa de desenvolvimento na Amazônia, principalmente na sua parte oriental com o objetivo de integrá-la a economia nacional.

O Estado brasileiro teve grande participação para o desenvolvimento de estratégias com o objetivo de modernizar a região Amazônica, principalmente, após a década de 1960. Essas estratégias, conforme mencionadas anteriormente, impulsionaram a instalação de empresas siderúrgicas na cidade de Açailândia, no estado do Maranhão com o discurso empreendido pelo estado de que essa seria a grande alternativa para o desenvolvimento local e regional. Loiola (2005) menciona que,

A manutenção do crescimento através da estratégia de financiamento externo desse crescimento representava, portanto, uma alternativa à dicotomia de ajustamento ou financiamento, que buscava fortalecer a economia interna do país e incentivar a produtividade industrial e diminuir a disparidade de renda. Esta opção de financiamento conduziu o governo brasileiro a crise do modelo de desenvolvimento, impulsionada pelo crescente e rápido endividamento externo já que a restrição do acesso das empresas estatais ao crédito interno, visava conter uma pressão inflacionária, forçando-as a utilizarem-se do crédito externo (LOIOLA, 2005, p. 23).

O modelo econômico utilizado pelo Estado brasileiro gerou, nas empresas estatais, um grande crescimento através de investimentos do setor privado em bens e capital com base em

projetos de investimentos segundo estratégias que foram estabelecidas em face do II Plano Nacional de Desenvolvimento II PND.

Nesses termos, a implantação, nos anos 1970 e 1980, de indústrias como as siderúrgicas em Açailândia, e noutras áreas da Amazônia, cumpriram além de um objetivo geopolítico, um papel econômico diretamente relacionado com os objetivos de manter elevadas taxas de crescimento econômico, uma vez que este setor estava em plena expansão no país (LOIOLA, 2005, p. 23).

A partir disso, todo o planejamento estatal autoritário da época esteve voltado para a implantação destes grandes empreendimentos econômicos, pautados na produção da atividade siderúrgica, cujo objetivo se fundamentou em promover o desenvolvimento de regiões consideradas atrasadas, ou seja, o desenvolvimento só poderia se concretizar mediante a adoção deste modelo desenvolvimentista e modernizador.

Nessa perspectiva, Monteiro (1996) advoga:

A noção de atraso presente na matriz daqueles modelos de desenvolvimento econômico reforçava a apreensão como arcaicas das formas de organização econômica e social precedentemente estabelecidas regionalmente. Em decorrência, os fundamentos sociais, econômicos e ecológicos dessas estruturas dissipativas seriam irrelevantes para a elaboração das políticas de desenvolvimento, uma vez que, tal abordagem além de nelas não reconhecer potências capazes de resolver os problemas regionais, vislumbrava que, com a edificação das estruturas modernas, elas seriam de uma ou de outra forma, erradicadas como, inclusive como condição necessária à modernização da região (MONTEIRO, 1996, p. 56).

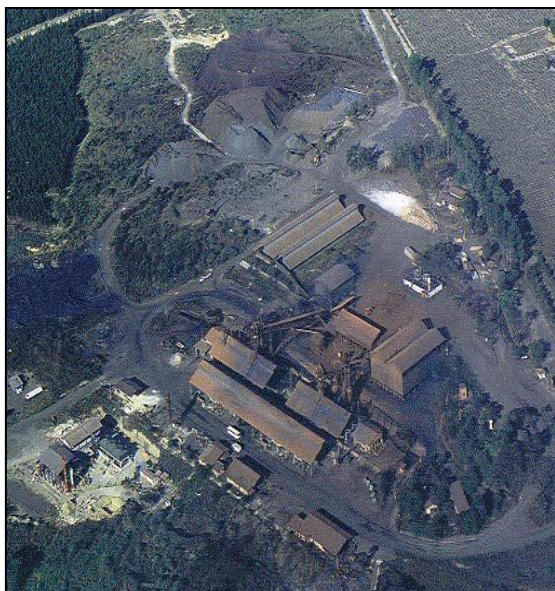
As políticas desenvolvimentistas adotadas pelo Estado através dos grandes projetos na Amazônia Oriental se efetivaram, principalmente, em face da implantação do PGC através da extração de minério de ferro na Serra de Carajás. Diante da instalação desses empreendimentos econômicos, principalmente as empresas siderúrgicas, criou-se grande expectativa para o desenvolvimento regional. Segundo Loiola (2005, p.29), “a proposta e discurso dos entes estatais estimularam e alimentaram na sociedade a perspectiva de melhoria de qualidade de vida, geração e aumento da renda, mais emprego e oportunidades de crescimento para todas as camadas sociais”. O PGC possibilitou a produção de carvão vegetal a preços mais acessíveis em relação àqueles já produzidos em outras regiões do país, particularmente, no centro-sul do país. Além disso, subsidiaram incentivos fiscais e créditos proporcionados pelo PGC. Tudo isso cooperou para que fossem aprovados grandes projetos na Amazônia Oriental, totalizando 22 (vinte e dois) projetos siderúrgicos, sendo 07 (sete)

destes no Maranhão e 15 (quinze) no Pará. Dessa forma, Açailândia foi um dos municípios do estado do Maranhão contemplados com a presença de empreendimentos siderúrgicos, passando a receber empresas de ferro gusa que começaram a operar dentro desse discurso integrado e planejado no tocante ao desenvolvimento regional. Loiola (2005) nesse sentido expõe

Foi nesse contexto que, a partir da segunda metade da década de 1980, se instalaram em Açailândia empresas destinadas à produção siderúrgica chamada independente, pois produz tão somente ferro-gusa e usa alto-fornos pequenos (mini alto-fornos), quando comparados ao das siderúrgicas integradas que tem toda cadeia produtiva sobre seu controle, produzindo do minério de ferro aos produtos de aço (LOIOLA, 2005, p. 32).

Como já foi mencionado, no Estado do Maranhão foram instaladas 7 (sete) empresas siderúrgicas. Destas, cinco encontram-se na cidade de Açailândia, no Distrito industrial de Pequiá de Baixo, conforme demonstram as figuras que seguem.

Figura 3: Siderúrgica Pindaré



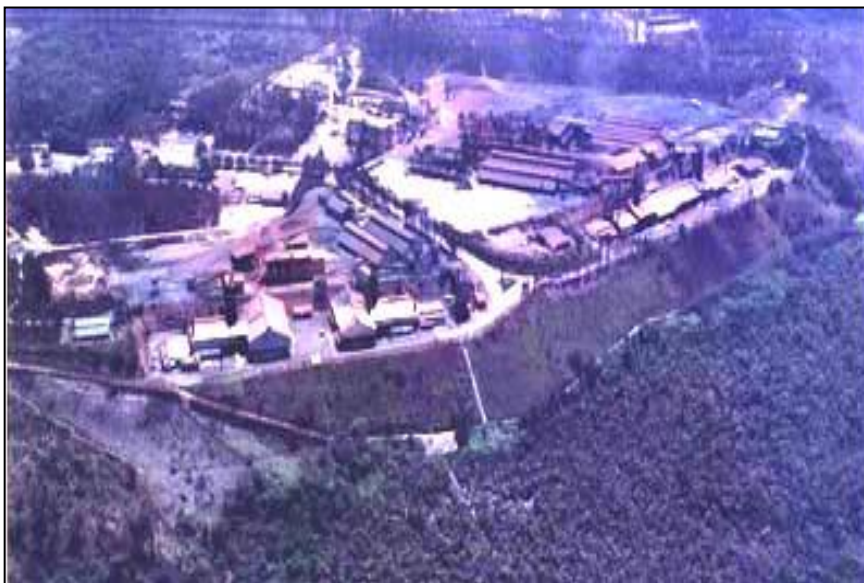
Fonte: ASICA, 2004/Elaboração: LOIOLA, (2005)

Figura 4: Vista da Siderúrgica Simasa



Fonte: ASICA, 2004/Elaboração: LOIOLA (2005).

Figura 5: Vista aérea da Siderúrgica Viena



Fonte: Loiola, 2005.

Ao considerar as figuras indicadas antes, é salutar afirmar que a localização dos empreendimentos siderúrgicos no município de Açailândia se colocaram como estratégicos, uma vez que estão situados no contato próximo com a grande região produtora de minério de ferro do estado do Pará, ou seja, Serra dos Carajás que se localiza no sudeste paraense. Conforme Sousa e Reis (2012, p. 13), a implantação da siderurgia em Açailândia “está ligada ao PGC (Programa Grande Carajás), que no início da década de 1980, passou a investir num conjunto de infraestruturas favoráveis à sua instalação nesta região, contando inclusive, com localização geográfica favorável”.

No entanto, apesar do desenvolvimento propalado através dos discursos desenvolvimentistas que são peculiares aos grandes projetos econômicos difundidos na Amazônia brasileiro é possível notar conforme Milanez (2009) os efeitos negativos.

A produção de ferro e aço é uma atividade altamente poluente e intensiva no consumo de recursos naturais. A mineração de ferro tem gerado diversos impactos negativos sobre a paisagem, afetando os recursos hídricos e qualidade do ar e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Nesse processo produtivo das siderúrgicas são envolvidos basicamente 3 (três) grandes etapas: a) a extensão do minério de ferro; b) a produção de ferro gusa; c) a produção e a transformação de aço semi-acabado. A produção do ferro gusa é resultado da fundição de calcário com a fundição do minério de ferro num alto forno, contendo até 6% de carbono, manganês, silício, enxofre e fosforo (MILANEZ, 2009, p. 63).

Segundo Evangelista (2008, p. 50) “a produção de ferro gusa pode ser compreendida como uma etapa preliminar para a produção de aço, e as usinas de ferro são divididas em dois tipos, integradas e semi-integradas”.

As usinas integradas são responsáveis pela transformação de minério de ferro em produtos siderúrgicos, semi-acabados ou acabados. Já as usinas não integradas, a exemplo das foram implantadas em Açailândia são as que produzem ferro gusa com o objetivo de vendê-lo para usinas semi-integradas que utilizam esse ferro para a fabricação do aço. Estas são responsáveis pela produção de ferro gusa que sai na forma de matéria prima, após o seu processamento em um alto forno (REIS, 2013).

Conforme o Ministério de Minas e Energia, através do anuário do setor metalúrgico, realizado no ano de 2011, observa-se que as exportações brasileiras de ferro-gusa somaram 2,3 MT e UU\$ 971 milhões, mostrando decréscimo de 26,8%, respectivamente. Ainda segundo este anuário, os principais países importadores de ferro-gusa brasileiro foram, respectivamente, os EUA ores correspondendo a (63,6%) destas importações e depois a China (10,7%) e Taiwan (8,6%). O estado de Minas Gerais lidera a produção nacional, alcançando 60% desta produção. Já os estados do Maranhão e Pará juntos somam 13,5 milhões de toneladas referentes a toda produção.

É importante reconhecer a necessidade desses minerais, como ferro e aço, para a fabricação de bens duráveis como eletrodomésticos, veículos, na construção civil, em obras públicas como pontes, viadutos, ou seja, eles são bastante úteis às sociedades, uma vez que possibilitam o uso dos seus produtos em nosso cotidiano e contribuem diretamente para o processo de crescimento econômico de muitas regiões do nosso país. Porém, é necessário indagar sobre os prós e os contras dos seus processos produtivos.

Conforme observou Coelho (2008), no que diz respeito à presença dos empreendimentos siderúrgicos na Amazônia brasileira, é necessário atentarmos para as suas vantagens e questionar o sentido de desenvolvimento que estes empreendimentos econômicos têm favorecido às populações locais e regional.

Hoje as empresas multinacionais importam “sintopria” e “exportam” rejeitos e despejos líquidos e gasosos em extensão a materialização do caos social: que corresponde à especialização do depauperamento que pode ser observado nos indicadores de renda, saúde, educação. As guseiras, entretanto, detêm contemporaneamente uma pequena margem de lucro face o preço extremamente baixo de ferro gusa no mercado. Elas, por sua vez, tem gerado poucos ou nulos efeitos multiplicadores no sentido de servir de motivação ao desenvolvimento e a produção do carvão vegetal (COELHO, 2008, p. 215).

Cumpramos ressaltar que o carvão mineral, bem como todas as atividades que estão vinculadas aos processos produtivos da mineração, incluindo aí a produção de ferro, tem causado grandes impactos ambientais e sociais e tem gerado sérios danos às populações do entorno desses empreendimentos. Nessa direção, Gonçalves (1991) destaca:

Essa concentração industrial ligada a grandes projetos siderúrgicos engendra problemas de poluição do ar e da água, gerando situações de graves riscos de saúde da população, sobretudo, para as famílias mais pobres que passam a residir exatamente nos lugares mais poluídos, porque são poucos valorizados. Desse modo, os efeitos da degradação ambiental não são distribuídos igualmente pelo conjunto da população (GONÇALVES, 1991, p. 35).

Esses problemas são notórios no distrito industrial do Pequiá, área em que foram instalados os empreendimentos siderúrgicos no território maranhense. Trata-se da área industrial que se destaca em termos produtivos no cenário que envolve a produção siderúrgica, ou seja, é o principal polo siderúrgico do Maranhão. No entanto, concordamos com Reis (2013) que afirma:

Açailândia através da atividade siderúrgica não se desenvolveu de forma almejada, pois a entropia se instalou e ficou algo visível no seu aspecto estrutural. Em razão do polo industrial o município de Açailândia cresceu de forma acelerada e desorganizada, externando assim, uma configuração espacial deficiente. Por causa desse crescimento sem planejamento, é explícito a ausência de infraestrutura urbana (REIS, 2013, p. 263).

Desse modo, entendemos que o estado Maranhão foi incorporado pelo capital mundializado através da modernização de suas regiões. No entanto, é preciso questionar este modelo de desenvolvimento e analisar os impactos que a atividade siderúrgica vem acarretando às suas populações. É sobre estes aspectos que iremos discorrer a seguir.

4 OS EFEITOS DOS DISCURSOS DESENVOLVIMENTISTAS RELATIVOS À SIDERURGIA NO DISTRITO INDUSTRIAL DO PEQUIÁ DE BAIXO

Neste capítulo serão apresentadas as reflexões relacionadas aos resultados que foram obtidos através da pesquisa empírica²⁶ que foi realizada entre os meses de Maio a Junho de 2016 no município de Açailândia, em particular, no distrito de Pequiá. Antes de expor estes resultados, é necessário enfatizar os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação. Conforme ressalta Gil (2010)

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso de conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2010, p. 1-2).

A utilização da metodologia, nos estudos de natureza científica, é constituída pela adoção de abordagens teóricas, métodos científicos e técnicas de pesquisa. São esses elementos que dão sustentação ao estudo. Neste estudo, optou-se por trabalhar com a abordagem marxista. Segundo Augusto Triviños:

O Marxismo, compreende precisamente, três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. [...] O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e pensamento. [...] O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social, no desenvolvimento da humanidade. (TRIVIÑOS, 2011, p. 50-51).

Ao considerar a influência da abordagem teórica marxista, preocupou-se em adotar um método científico adequado a esta investigação científica. Nesse sentido, escolheu-se trabalhar com o método dialético. Conforme Gil,

Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver [...] As coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras e independentes, mas como um todo unido. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, condicionando-se reciprocamente (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 100-101).

²⁶ Foram realizadas trinta (30) entrevistas com diferentes sujeitos sociais na área que compreende o Bairro Pequiá de Baixo, cuja finalidade central se pautou na necessidade de compreender os efeitos, ou seja, os significados dos discursos propagados à respeito do desenvolvimento local e regional em face da implantação do polo siderúrgico no município de Açailândia.

Ao levar em conta as dinâmicas que têm mobilizado as relações entre os sujeitos presentes no distrito industrial de Pequiá de Baixo, entende-se que a abordagem marxista e o método dialético são os mais adequados à investigação aqui proposta.

Com relação às técnicas de pesquisa adotadas neste estudo, enfatiza-se a adoção da observação sistemática e a realização de entrevistas simples. Conforme Antônio Carlos Gil (2010), a observação sistemática:

Também recebe várias designações: estruturada, planejada, controlada. Utiliza instrumentos para a coleta dos dados ou fenômenos observados. Realiza-se em condições controladas para responder a propósitos pré-estabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas e nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetos e objetivos da investigação podem ser muito diferentes. Deve ser planejada de forma cuidadosa e sistematizada (GIL, 2010, p. 176).

Ainda em relação às técnicas de pesquisa utilizadas neste estudo, é necessário destacar a adoção das entrevistas estruturadas. Importa lembrar que a entrevista é uma técnica de coleta de informações em que ocorre o encontro entre duas ou mais pessoas, com vistas a obter informações à respeito de um dado assunto. Nesta investigação, utilizou-se a entrevista padronizada/estruturada, considerada aquela em que.

[...] o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas. Ela se realiza de acordo com a sistematização feita previamente num formulário. O motivo da padronização é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas estabelecidas no roteiro prévio. (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 180).

É válido ressaltar que a adoção destes instrumentos metodológicos foi essencial para o desenvolvimento da própria pesquisa. Cumpre destacar que os roteiros aplicados levaram em consideração a geração dos dados, os quais foram sistematizados em três eixos que compõem a proposta desta pesquisa, a saber: a questão da saúde e meio ambiente, geração de emprego e renda e organização comunitária.

No entanto, é importante reconhecer que antes de entrar em contato direto com a comunidade pesquisada, qual seja, a comunidade de Pequiá de Baixo, foi necessário investigar aspectos essenciais quanto ao modo de organização social desta comunidade. Essas

ideias estão expressas, através de uma breve caracterização que se buscou fazer sobre o Bairro do Pequiá de Baixo, a partir da Implantação do Pólo Siderúrgico. Esses elementos são entendidos como fundamentais para o processo posterior de desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que permitiu um melhor conhecimento dessa realidade. Realizamos também pesquisa bibliográfica ancoradas com dados secundários através de documentos que tratam da temática investigada.

Cumpramos enfatizar ainda que, do ponto de vista metodológico, a pesquisa primou por trabalhar com aspectos inerentes à natureza qualitativa. Acerca desta modalidade de pesquisa, são válidas as contribuições tecidas por Triviños:

As posições qualitativas baseiam-se especialmente na fenomenologia e no marxismo. Podemos distinguir dois tipos de enfoques na pesquisa qualitativa, que correspondem a duas posições particulares para compreender a realidade. a) **Os enfoques subjetivistas-compreensivistas** que privilegiam aspectos da consciência, ou seja, aspectos subjetivos (percepções, processos de conscientização, de compreensão de contextos culturais, etc). b) **Os enfoques crítico-participativos** que partem de uma dialética da realidade social, cuja finalidade se ocupa em compreender a realidade a partir do seu caráter dinâmico e transformador (TRIVIÑOS, 2011, p. 117). (grifo da pesquisadora)

Os instrumentos metodológicos, antes indicados, colocaram-se como fundamentais para o processo de realização da pesquisa teórica e empírica. Desse modo, apresentar-se-ão, inicialmente, os resultados obtidos com a realização desta pesquisa, considerando a contextualização do local onde a coleta de dados se realizou.

4.1 Uma breve caracterização do município de Açailândia-MA

O município de Açailândia encontra-se localizado na mesorregião oeste maranhense, contando com uma área territorial total de 5.806,37 Km². Sua população total é de 104.047 habitantes, sendo que destes, 78.237 concentram-se na zona urbana. Já a zona rural conta com a participação de 25.810. (IBGE, 2010). O município de Açailândia teve sua emancipação no dia 06 de Junho de 1981, a partir do processo de fragmentação territorial ocorrido em Imperatriz, município que lhe deu origem.

Figura 6: Açailândia/MA – Vista aérea do município



Fonte: www.acailandia.gov.br / Acesso: 22/01/2016

A criação do município de Açailândia relaciona-se com a implantação de um polo siderúrgico na Amazônia Legal, cujo objetivo se voltou a atender os interesses do capital internacional através da indústria siderúrgica (SOUSA; REIS, 2013).

Cabe afirmar que os polos agroindustriais foram elementos que se fizeram importantes para a constituição do município de Açailândia a partir da década de 1980, tendo como elemento central a célere apropriação da Amazônia brasileira em função da implantação de grandes projetos econômicos. Loiola nesse sentido destaca que

[...] um conjunto de diretrizes políticas baseadas em estratégias de industrialização nacional motivou a instalação de empreendimentos minerais e sidero-industriais na Amazônia brasileira, como alternativa econômica viável para o desenvolvimento regional, principalmente nas localidades mais atrasadas, para que se pudesse integrar a Amazônia à economia nacional. Estas ações foram desenvolvidas para que a região se integrasse de forma funcional às dinâmicas de crescimento da economia nacional, estando vinculadas a um planejamento coordenado pelo Estado nacional autoritário que se orientou conforme a lógica da geopolítica e da doutrina de segurança militar com o propósito de atrair capitais para a região e, desta forma, promover processos de modernização regional (LOIOLA, 2005, p. 22).

Assim, em consonância com os apontamentos antes enfatizados por Loiola, Sousa (2015, p. 211) também entende que “a criação do município de Açailândia se associa à instalação de uma área de suporte à exploração mineral situada na Amazônia oriental, particularmente, no sudeste do Pará, ou seja, a área em que é possível encontrar uma das maiores reservas minerais do mundo – Serra dos Carajás”.

A implantação desses programas minerais tem estreita ligação com o Programa Grande Carajás. Então, pode-se dizer que a cidade de Açailândia passou a integrar os objetivos que estavam previstos nas diretrizes do PGC e do POLOAMAZONIA. O Estado utilizou, como discurso, a justificativa de que a instalação de empreendimentos econômicos, como foi o caso das siderúrgicas, seria uma alternativa para o desenvolvimento econômico e regional. Nessa perspectiva, Loiola afirma que

os discursos oficiais da época defendiam que a formação de pólos ligados ao setor industrial contribuiriam para o crescimento e o desenvolvimento dessas regiões, pois seriam capazes de gerar empregos com aumento da renda e a dinamização da economia regional (LOIOLA, 2005, p. 20).

O município de Açailândia, em razão de sua localização geográfica próxima ao sudeste do Pará, surgiu como uma grande alternativa capaz de estabelecer condições, para o desenvolvimento regional do Maranhão, através da produção de minério de ferro do país é também pela grande disponibilidade de recursos vegetais tais como a madeira.

Dessa forma, a região da Pré-amazônia maranhense, onde se insere o município de Açailândia, passou a ser reconhecida pelo Estado como uma área de referência para a instalação de grandes empreendimentos, dentre eles o polo siderúrgico.

Os agentes econômicos e planejadores das políticas de desenvolvimento, representados pelo Estado e pelo capital durante esse processo, deixaram de reconhecer todos os elementos que caracterizaram forças econômicas locais da região, uma vez que a compreensão desses agentes é a de que a região se apresentava, antes da instalação dos empreendimentos siderúrgicos, como uma área de atraso econômico.

O desenvolvimento só poderia ser motivado por elementos modernos, ou seja, através da implantação de projetos econômicos. Por isso, a necessidade do estabelecimento de alianças entre o capital e o Estado a fim de desenvolver projetos siderúrgicos. Conforme Loiola,

a implantação durante as décadas de 1970 a 1980, de indústrias como as siderúrgicas em Açailândia, e noutras áreas da Amazônia brasileira, cumpriu, além de um objeto geopolítico, com um papel econômico fundamental, diretamente relacionado com os objetivos de manter elevadas as taxas de crescimento econômico. Mas, neste caso, a modernização da região contribuiria diretamente com o projeto nacional na medida em que poderia gerar divisas para sustentar a política implementada pelo governo central (LOIOLA, 2010, p. 32).

Um dos elementos importantes, para que as empresas siderúrgicas fossem instaladas, no município de Açailândia, foi a construção da Estrada de Ferro Carajás, que facilitou o escoamento de minérios até o Porto da Ponta da Madeira em São Luís. A localização privilegiada de Açailândia concorreu para que ele integrasse ao complexo siderúrgico do sudeste do Pará, tendo em vista os processos de produção do ferro gusa e a forte disponibilidade do carvão vegetal. A esse respeito, Vieira (2010) comenta que:

A instalação das indústrias de ferro-gusa no município de Açailândia no final da década de 1980 foi induzida por uma favorável dotação de recursos naturais, incluindo nesse cenário o minério do ferro, principal insumo da produção do ferro gusa, proveniente da província mineral de Carajás, através da recém-construída Estrada de Ferro Carajás – EFC. Associado a este elemento, destaca-se ainda a grande quantidade de carvão vegetal, produzido com baixo custo em relação a Minas Gerais, a disponibilidade de energia advinda da estação da Eletronorte, localizada no município de Imperatriz-MA, a abundância de mão-de-obra existente na região e as boas condições oferecidas através da infraestrutura de transportes (VIEIRA, 2010, p. 62).

Nesse contexto, o cenário em que Açailândia se encontrava, inserido na década de 1980, se colocou como fundamental para que esse município recebesse, no período supracitado, 5 (cinco) siderúrgicas que atuam na produção de ferro gusa.

O quadro indicado abaixo, retrata algumas das principais características do processo inicial de composição das empresas siderúrgicas que foram instaladas no Polo Siderúrgico de Pequiá no município de Açailândia. São destacadas neste quadro as informações referentes: à capacidade de produção em toneladas de ferro, aos empregos previstos e gerados, bem como aos anos de instalação dos empreendimentos siderúrgicos.

Quadro 2: Açailândia-MA – Composição das Indústrias do Pólo Siderúrgico

Denominação	Ano de Instalação	Quantidade de Fornos	Capacidade anual de produção	Empregos Previstos	
				Diretos	Indiretos
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré	1988	02	240.000	150	1.350
Viena Siderúrgica S/A	1988	05	500.000	192	1.500
Siderúrgica do Maranhão S/A	1993	02	200.000	170	1.400
Gusa Nordeste S/A	1993	03	225.000	155	1.455
Fergumar	1997	02	217.000	138	1.500
Totais no Pólo Siderúrgico		14	1.382.000	805	7.205

Fonte: Asica, 2005

Pode-se perceber, a partir do quadro apresentado acima, que as empresas Viena Siderúrgica S/A e a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré foram as primeiras a serem implantadas em Açailândia no final da década de 1980. A capacidade de produção inicial prevista, destes empreendimentos, gira em torno de 240.000 e 500.000 toneladas de ferro gusa. Já no quesito relacionado à capacidade de geração de empregos, foram gerados 1.500 empregos indiretos e 192 diretos pelo Viena Siderúrgica S/A, enquanto que através da Siderúrgica Vale do Pindaré foram gerados 1.350 empregos indiretos e 150 empregos indiretos.

A partir do início da década de 1990, foram implantadas outras três empresas siderúrgicas, cujo objetivo central se voltou para reforçar esse processo produtivo da siderurgia. Nesse sentido, no ano de 1993 foi implantada a Simasa. Ainda no ano de 1993, também foi implantada a Gusa Nordeste (1993). Já a Fergumar foi instalada no ano (1997). A capacidade de produção desses cinco empreendimentos, entre as décadas de 1980 a 1990 foi de 1.382 toneladas por ano e os empregos diretos e indiretos foram da ordem de 7 mil. Essas informações expressam relevante avanço dos processos produtivos e a consolidação do polo siderúrgico no município de Açailândia.

Nessa perspectiva, Sousa reconhece que:

estes fatos sinalizaram para o impulso e dinamismo econômico e demográfico no sudoeste do Maranhão. Esta região conheceu a partir de 1980 notáveis processos de crescimento econômico e demográfico em face da difusão da siderurgia. No entanto, é válido afirmar que os discursos promovidos com a indústria siderúrgica não confirmam na prática as condições de desenvolvimento local regional as populações residentes no entorno ou próximos destes projetos (SOUSA, 2015, p. 217).

Na esteira desse entendimento, pode-se afirmar que, a priori, a implantação do polo trouxe um impulso para a economia da região, com acréscimo demográfico, todavia, nem todos foram beneficiados com essa realidade, principalmente as populações que residiam próximas aos projetos.

Mesmo diante dessa situação, não se pode negar que houve uma mudança significativa quanto aos empregos gerados a partir da instalação dessas empresas, fato que, no entendimento de Marcelo Carneiro,

[...] criou uma nova situação para o município de Açailândia, logo se assistiu a constituição do distrito industrial, ou seja, de um dos mais importantes parques industriais do Maranhão, com a criação de cerca de mil empregos diretos [...] associada a atividade siderúrgica expandiu-se também a produção de carvão vegetal, que é o processo produtivo de maior impacto para a região, considerando o número de empregos gerados (CARNEIRO, 1992, p. 56).

A partir dessa realidade é necessário reconhecer e compreender quais são efeitos gerados a partir das implantação dos grandes empreendimentos econômicos difundidos no município de Açailândia, em particular, no distrito industrial de Pequiá de Baixo. É pertinente mencionar que o Estado é entendido, nesse cenário, como um agente fundamental, tendo propagado discursos desenvolvimentista que entram em choque com os interesses das populações locais e nem sempre efetivam o desejado desenvolvimento local e regional.

Este fato coloca em evidência a necessidade de uma análise mais profunda acerca dos níveis de desenvolvimento defendidos pelo Estado e pelo capital e aqueles que se materializam efetivamente na região de Pequiá de Baixo, uma vez que são reconhecidos como principais efeitos dessa apropriação regional: os impactos sociais, ambientais e econômicos que têm se convertido em sintropia para as populações locais.

4.2 O Bairro de Pequiá de Baixo e os efeitos do desenvolvimento da siderurgia

O Bairro do Pequiá de Baixo surgiu, no início da década de 1970, em ocorrência do processo de expansão da área municipal do distrito de Açailândia que, até então, pertencia ao município de Imperatriz. Tratava-se de uma importante área que concentrava a produção agrícola tradicional de Imperatriz com forte destaque para a produção de arroz, milho e mandioca. No entanto, a partir dos anos 1970, essa região onde se encontra o bairro do Pequiá

de Baixo, passou a integrar os propósitos dos polos de crescimento implantados na Amazônia oriental.

Cumprido destacar que a denominação de Pequiá provém da grande árvore da família das cariocaráceas (*Caryocar Villosum*) da floresta pluvial amazônica, que difere do pequi, porém como seus frutos e madeira são semelhantes culminou-se como ponto central para que a região recebesse o nome de Pequiá. (VIEIRA, 2009). Essa região era propícia à exploração mineral, por isso foi atrativa à Poliamazônia. A esse respeito, Sousa comenta que:

a criação do município de Açailândia se associa à instalação de uma área de suporte à exploração mineral situada na Amazônia oriental, particularmente, no sudeste do Pará. A implantação deste programa encontrou estreitos vínculos com a constituição do Programa Grande Carajás – PGC, estabelecido através do Decreto Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Em linhas gerais, o Poloamazônia previa a criação de quinze polos de desenvolvimento especializados em atividades produtivas específicas. É nesse contexto que se insere a cidade de Açailândia, localizada no sudoeste do estado do Maranhão. Este município passou a integrar os objetivos propostos pelo PGC e pelo Poloamazônia (SOUSA, 2015, p. 211).

Estes elementos destacados foram determinantes para a criação do município de Açailândia e, conseqüentemente, para a instalação do Polo Siderúrgico no distrito industrial de Pequiá²⁷ que representa, desde o início da década de 1980, uma das áreas industriais com maior destaque no estado do Maranhão. Conforme Sousa,

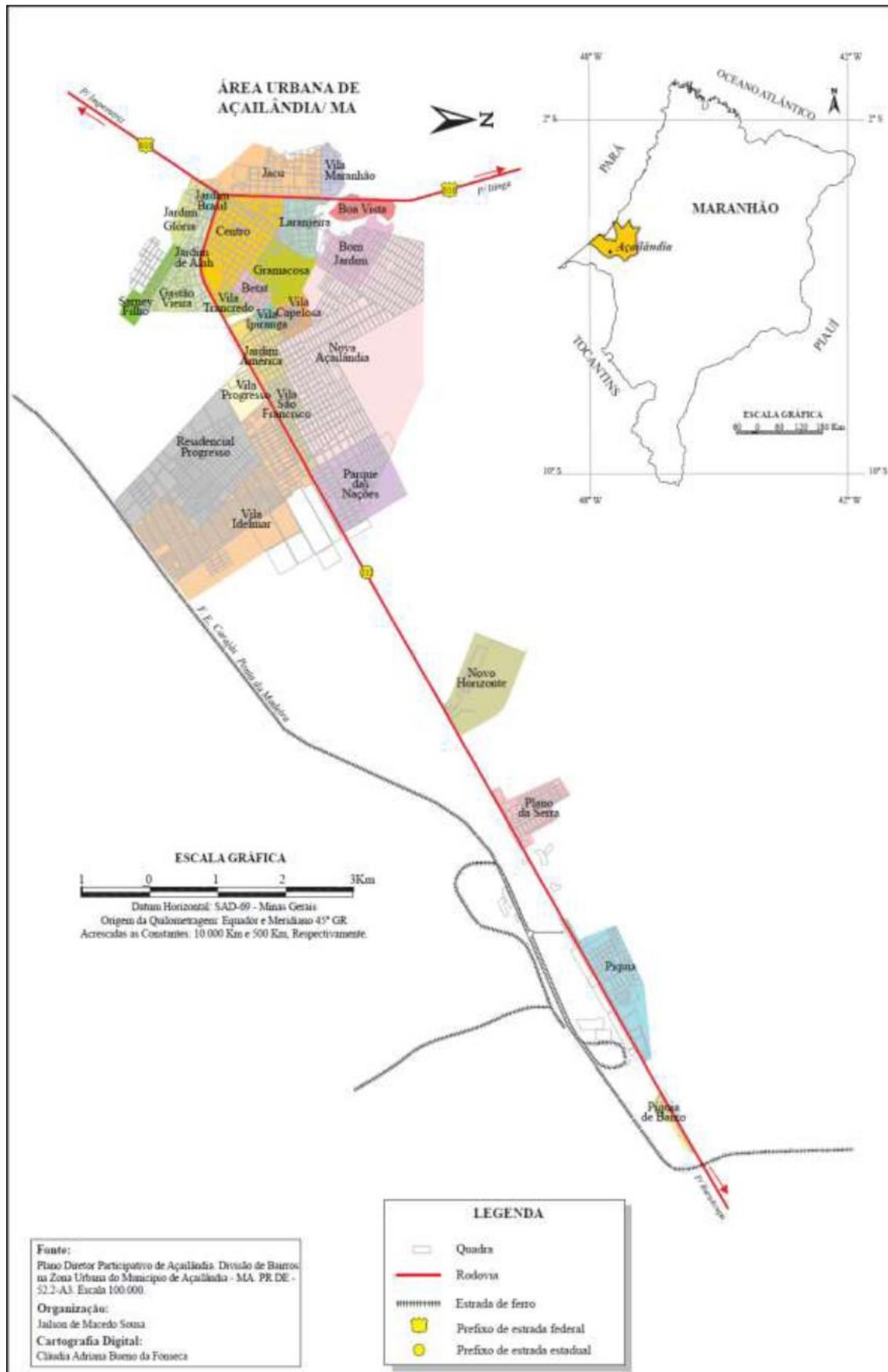
Os empreendimentos siderúrgicos, voltados à produção de ferro-gusa passaram a partir da década de 1980 a ter papel de destaque na Amazônia oriental e na pré-amazônia maranhense. Uma das variáveis mais importantes para a instalação destes projetos na Amazônia brasileira e, de modo particular, no município de Açailândia/MA foi a construção da Estrada de Ferro Carajás - EFC. Vale lembrar que o município de Açailândia no início da década de 1980 era reconhecido com alguns municípios adjacentes como áreas de forte disponibilidade de matéria-prima, especialmente, o carvão vegetal e a lenha, servindo de apoio à expressiva produção mineral da região de Carajás. Todos estes elementos mencionados contribuíram para a instalação na década de 1980 de um polo siderúrgico no município de Açailândia (SOUSA, 2015, p. 213).

Desse modo, compreende-se que a constituição deste polo siderúrgico, no município de Açailândia, encontrou estreitos vínculos com o financiamento estatal estabelecido por meio de recursos financeiros concedidos pelos governos militares à Amazônia. Açailândia, em

²⁷ Verificar mapa 2, página 72.

razão das condições geográficas, recursos naturais disponíveis e da mão-de-obra barata e abundante, representou um espaço estratégico para o desenvolvimento da siderurgia. No entanto, o que chama atenção para a realização da pesquisa versa em torno da importância de indagar sobre os efeitos positivos e negativos que a atividade siderúrgica acarreta para as locais e regional, questionando este modelo de desenvolvimento.

Mapa 2: Pequiá de Baixo – Localização geográfica no município de Açailândia/MA



Fonte: Sousa, 2015.

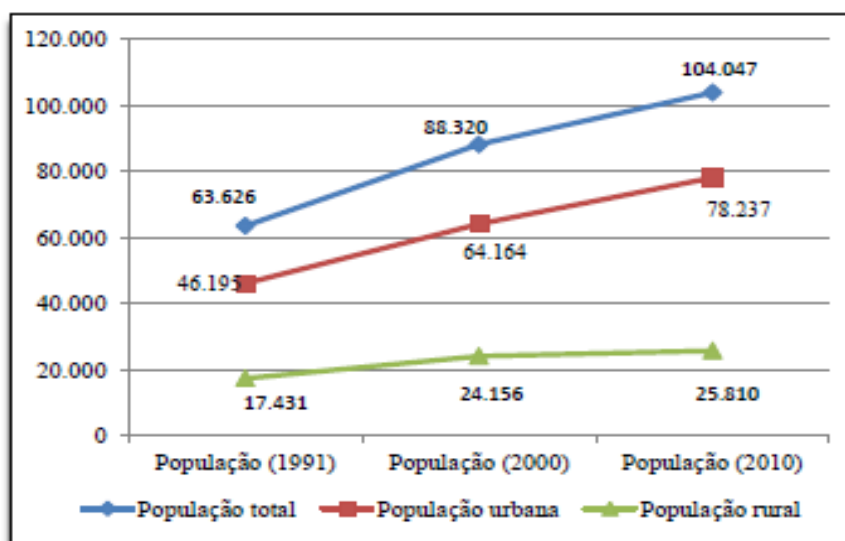
O bairro do Pequiá de Baixo localiza-se nas proximidades da Estrada de Ferro Carajás - EFC, ou seja, a uma distância de 2 km da área das empresas siderúrgicas, facilitando assim o embarque e desembarque de minérios e demais produtos e das reservas madeireiras extraídas da região que estão situadas às margem da rodovia BR-222 (liga Açailândia a capital São Luís), que produz carvão vegetal, matéria prima essencial à extração do ferro-gusa, principal componente industrial desta região.

As primeiras casas foram levantadas com taipa e madeira, em ambos os lados da BR-222, nas proximidades do Rio Cajuapara. Depois, os moradores começaram a construir casas na parte de cima distantes do rio. Essa nova localidade passou a ser chamada de “Pequiá de Cima”, sendo que este é o primeiro núcleo de povoamento do povoado de Pequi. Já o núcleo da parte inferior, ou seja, o povoado situado nas proximidades do Rio Cajuapara passou a ser denominado de “Pequiá de Baixo”.

Esta, constitui a localidade onde muitas pessoas se instalaram. Mesmo com precárias condições de transporte, preferiram morar próximo ao emprego, apesar da forte poluição, advinda das serrarias com pó das madeiras serradas, das siderúrgicas e da fumaça emanada de alto-fornos. Conforme Sousa,

o processo de transição rural ao urbano em Açailândia manifestou-se de forma célere e violenta. A chegada das empresas siderúrgicas transformou em um espaço de tempo curto as áreas rurais antes destinadas ao cultivo de produtos tradicionais da agricultura familiar como (arroz, milho e mandioca) em áreas industriais. Com isso, estas relações econômicas que antes eram pautadas na produção da agricultura tradicional foram forçadamente alteradas pela presença da atividade siderúrgica. (SOUSA, 2015, p. 214).

Gráfico 1: Crescimento da população total, urbana e rural



Fonte: Sousa, 2015.

A partir desses dados expostos no Gráfico 1, nota-se uma grande evolução da população urbana em relação à população rural. Essa transformação está na ordem de 63,53%. De acordo com Sousa (2015, p. 222), “entre as décadas de 1991 a 2000 o crescimento relativo foi de 38,81%. Entre as décadas de 2000 a 2010, o percentual registrado foi de 17,81%”. Com isso, pode-se afirmar que este crescimento da população de Açailândia se deu por conta dos surtos econômicos causados pela siderurgia.

Porém, é importante atentar que o aumento da população não tem relação nenhuma com a questão da melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nessas áreas, pois, na maioria das vezes, percebe-se um alto grau de carência em decorrência da ausência de políticas públicas. Nessa direção, Becker (2005) afirma:

indicadores de oferta de infraestrutura urbana, condições de habitabilidade urbana e atendimento à saúde expressam tal generalização e carência, apresentando um padrão convergente nas cidades amazônicas. As condições mais satisfatórias são encontradas nas capitais estaduais, nas cidades ligadas aos grandes projetos e em lugares onde se registra a atuação de grandes empresas agroindustriais, apesar da presença concomitante de grandes bolsões de pobreza. Com relação à educação, a região apresenta um padrão homogêneo com níveis muito abaixo de instrução (BECKER, 2005, p. 521).

O Bairro do Pequiá, onde se localizam as siderúrgicas, é o mais afetado pelos impactos socioambientais das empresas ali instaladas. Dentre os problemas sociais mais comuns é possível registrar: a forte presença de problemas de favelização, acompanhado do crescimento desordenado do espaço urbano que geram situações de vulnerabilidade e risco social tais como: violência, moradias em condições precárias, dificuldades de acesso às políticas públicas e também a desterritorialização.

Outros problemas verificados, que são comuns na localidade de Pequiá de Baixo, é a poluição ambiental generalizada, a qual gera várias patologias por conta da fuligem do ferro, e os conflitos sociais verificados a partir da tensão entre a sociedade que ali vive e as empresas siderúrgicas. Desse modo, Reis e Sousa (2012) enfatizam que:

O advento das usinas siderúrgicas, no início da década de 1980, tem corroborado para uma série de mazelas sociais e ambientais. Dentre elas o processo de favelização, encortiçamento, periferização, visíveis no bairro Pequiá. Esse espaço se encontra em uma situação de ausência de políticas públicas relacionadas às questões de moradia, saneamento ambiental, segurança, saúde e educação. A população que se encontra em tal situação, na sua grande maioria é oriunda de outras localidades que tinha perspectiva trabalhar nas usinas. Porém, a grande maioria, por não

encontrarem empregos e sem condições financeiras para morar em espaços considerados saudáveis com melhor infraestrutura, acabaram residindo em espaços inadequados para moradia, visto que são decorrentes de invasões, locais de risco, pois estão sujeitos a enchentes, desmoronamento (REIS; SOUSA, 2012, p. 20).

A realidade ora exposta, leva a compreender que o modelo econômico adotado no município de Açailândia não corresponde às expectativas propagadas pelo Estado e pelo capital, às populações locais e da região. Nesse sentido, Bossi (2008, p.16) comenta “grandes investimentos tem trazido poucos benefícios às populações locais e acarretado consequências graves as comunidades”. A partir desses dados apresentados, é importante compreender os seus efeitos junto às populações do Pequiá de Baixo. Antes, porém, é importante apontar algumas características da estrutura populacional residente no bairro Pequiá de Baixo, expostas a seguir.

A população que compõe a comunidade do Pequiá de Baixo é composta de 1.200 (um mil de duzentos) pessoas, sendo que, atualmente, residem nessa localidade 312 (trezentas e doze) família. No que se refere à distribuição desta população, entende-se, conforme dados fornecidos pelo PTTS (2014), que 94 (noventa e quatro) são idosos, 82 (oitenta e dois) são representados pelas mulheres que são chefes de família e 01 (um) chefe de família apresenta deficiência física, conforme o quadro retratado a seguir.

Quadro 3: Quantidade de famílias e pessoas

Nº de famílias: 320	Nº de pessoas: 1.200
Nº de famílias em situação de risco: 320	Nº de mulheres chefes de família: 82
Nº de idosos: 94	Nº de idosos chefes de família: 35
Nº de pessoas com deficiência: 20	Nº de chefes de família: 12
Nº de famílias a serem removidas: 320	Renda média familiar: até 1 salário mínimo

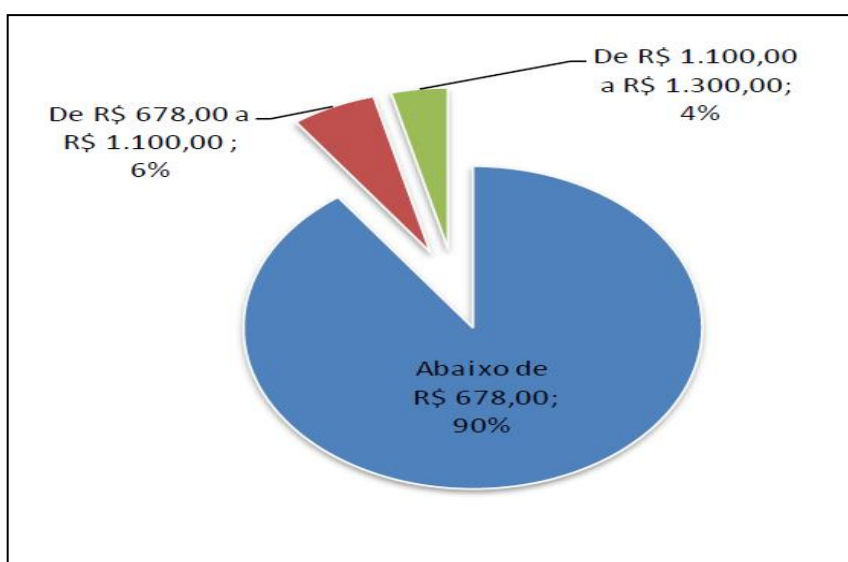
Fonte: PTTS (2014).

Diante dessas informações destacadas no quadro acima, é notória a forte participação na renda familiar no conjunto das populações residentes no distrito industrial de Pequiá de Baixo. Observou-se, por exemplo, que no conjunto de 320 famílias residentes nesta localidade, pelo menos 82 são chefiadas por mulheres. Isso denota a importância das mulheres no processo de composição da renda familiar.

Ainda, ao considerar a composição familiar e a relação com a renda no distrito de Pequiá de Baixo, chamou a atenção da pesquisadora uma expressiva participação de aposentados. No conjunto de 320 famílias, totalizando cerca de 1200 pessoas, 92 famílias são representadas por este segmento social. Cabe destacar que, em razão das condições de vulnerabilidade social, estas famílias estão inseridas numa área que é considerada de risco. Elas reivindicam, com frequência, por parte do Estado e das empresas siderúrgicas, condições de vida adequadas em uma nova localidade da cidade de Açailândia.

Outra questão que merece ser enfatizada, quanto à organização da estrutura social das populações residentes no distrito de Pequiá de Baixo, diz respeito à composição da renda das famílias localizadas nesse assentamento urbano. Estes dados estão expostos abaixo.

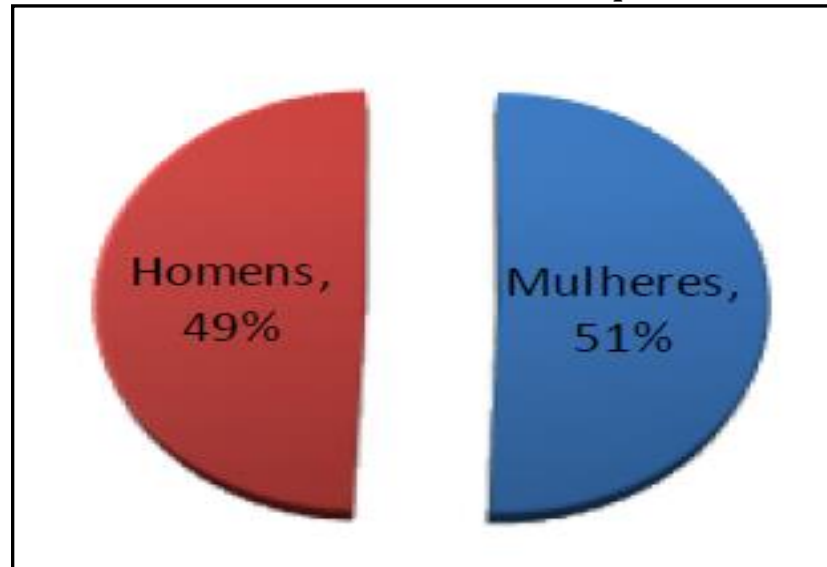
Gráfico 2: Renda Familiar das famílias do Pequiá de Baixo



Fonte: PTTS (2014).

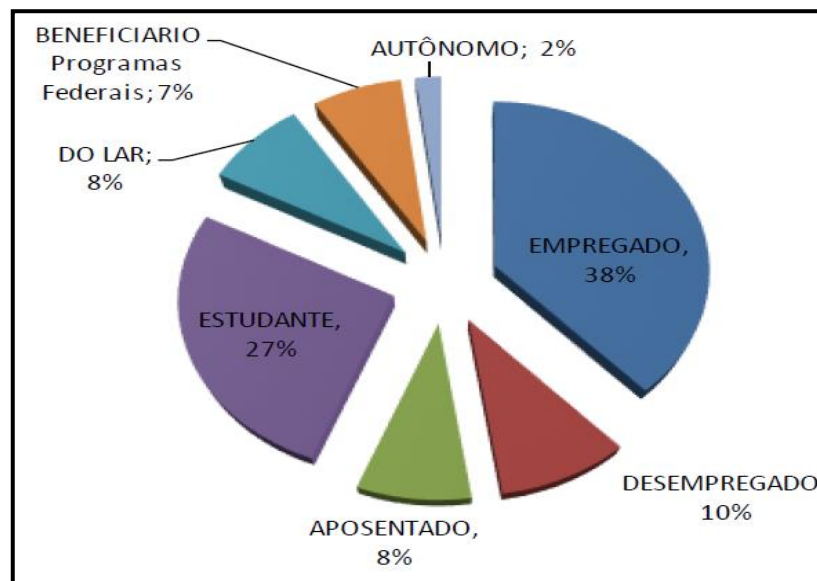
A partir dessas informações, confirma-se que a maioria da população apresenta renda inferior a R\$ 678,00. Trata-se de um valor incompatível com as necessidades dos moradores. Essa análise revela dificuldades de sobrevivência de quem vive nessa região, pois, diante dos problemas notados, a população não consegue garantir sua emancipação.

Outra informação relevante diz respeito à distribuição da população, segundo as condições de gênero. Desse modo, das 320 famílias pesquisadas 49% são representadas por homens e 51% são mulheres, representando 506 pessoas do universo pesquisado. No Pequiá de Baixo as mulheres além de exercer o papel de mãe, esposa e dona de casa, ainda exercem o papel de militantes no que concerne à busca pelo exercício de direitos.

Gráfico 3: Gênero referente às famílias do Pequiá de Baixo

Fonte: PTTS (2014)

Outra questão que mereceu atenção, neste processo de investigação, ou seja, na realização da pesquisa empírica, diz respeito à condição de ocupação das populações residentes no distrito industrial de Pequiá de Baixo. O gráfico exposto abaixo apresenta os resultados obtidos através das entrevistas dirigidas à população dessa localidade.

Gráfico 4: Condições de ocupação dos moradores de Pequiá de Baixo

Fonte: PTTS, 2014.

A partir do Gráfico 4, é possível notar que 38% da comunidade, que reside em Pequiá de Baixo, está inserida no mercado de trabalho. No entanto, observa-se que estes trabalhadores, associados aos aposentados, dispõem de baixos rendimentos, recebendo até um salário mínimo mensalmente.

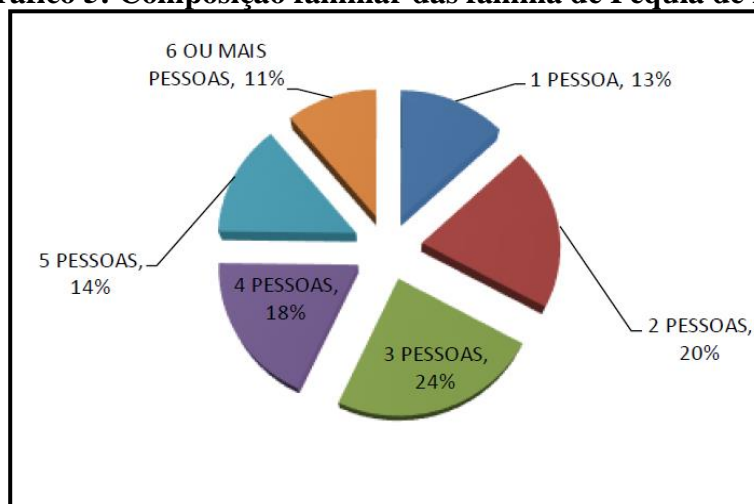
Esses dados denotam que os rendimentos mensais das populações residentes no distrito industrial são extremamente baixos, uma vez que quase 50% das populações têm de sobreviver com uma renda mensal inferior a um salário mínimo. Mesmo com todas as vantagens propagadas quando da instalação do polo siderúrgico em Açailândia, como a geração de emprego e renda, a percepção que se tem é a de que esses discursos desenvolvimentistas não trouxeram benefícios. Todas as expectativas criadas com os empreendimentos siderúrgicos não têm sido confirmadas. Para Reis (2013)

Os discursos que envolvem questões do PIB no estado do Maranhão, particularmente, relacionados ao município de Açailândia são amplamente divulgados como uma demonstração clara do crescimento econômico deste município. No entanto, observa-se na realidade prática que são escamoteados através desses discursos os problemas socioambientais gerados em função deste crescimento. Este crescimento econômico não deve estar dissociado do desenvolvimento social (REIS, 2013, p. 271).

Fica evidente que, em posição contrária ao desenvolvimento econômico da região, há sérios problemas socioambientais provenientes desse crescimento.

Outro elemento relevante, levado em consideração durante a realização da pesquisa empírica no distrito industrial de Pequiá de Baixo, diz respeito à composição familiar. O gráfico 5 expõe os resultados referentes a este quesito.

Gráfico 5: Composição familiar das família de Pequiá de Baixo

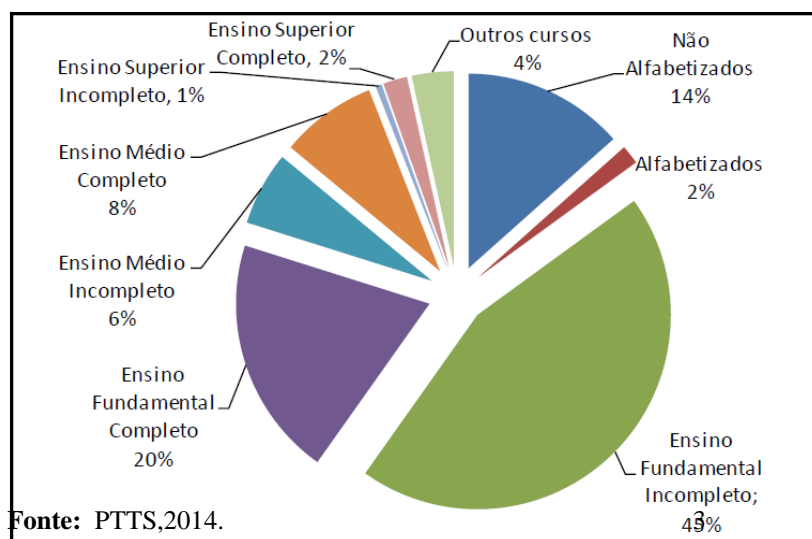


Fonte: PTTS, 2014.

Sobre a composição familiar, os dados levantados denotam que 24% das famílias contém 03 (três) pessoas; 20% com 02 (duas) pessoas; 18% com 04 (quatro) pessoas; 14% com 05 (cinco) pessoas; 13% com 01 (uma) pessoa e 11% com 06 (seis) pessoas. Com isso, infere-se que a composição familiar guarda em si uma desestrutura. Associada a esta questão estão os baixos rendimentos, uma vez que uma os lares dispõem de uma média de 3 a 4 pessoas, o que acaba exigindo salários maiores para o provimento dessas populações. Entretanto esse é um fato não verificado em Pequiá.

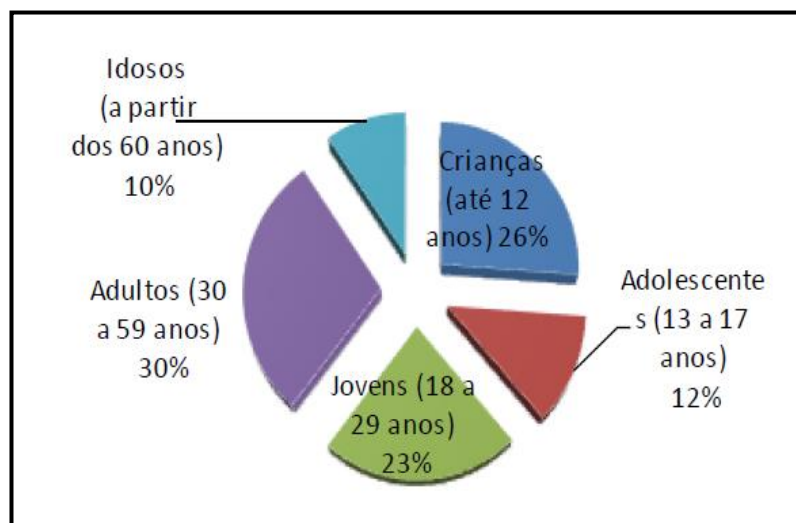
É pertinente destacar um fator, sobremaneira, relevante para agravar a situação referente aos baixos salários, os quais sofrem interferência direta ao se considerar o nível de escolaridade da população pesquisada, conforme dados apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 6: Nível de escolaridade das famílias do Pequiá de Baixo



Os dados expostos sinalizam para baixos índices de escolaridade da população do Pequiá de Baixo. Apenas 43% desta população concluíram o ensino fundamental e somente 2% concluíram o nível superior. Esses elementos relativos à escolaridade também se relacionam com a questão da renda familiar, uma vez que os rendimentos dessas populações são baixos em face dos baixos índices de escolaridade que apresentam.

Cabe enfatizar, ainda, no que tange aos dados coletados junto às populações residentes no bairro de Pequiá de Baixo, a faixa etária da referida população, que apresenta uma parcela significativa de jovens, consonância com dados explanados no gráfico a seguir.

Gráfico 7: Faixa etária das famílias do Pequiá de Baixo

Fonte: PTTS, 2014.

Os dados expostos no gráfico 7 atestam que 30% da população dispõem de idade entre 30 a 59 anos; 23% representam a faixa etária entre 18 e 29 anos. Percebe-se, assim, que a maior parcela desta população é jovem. Desse modo, há uma necessidade de adoção políticas públicas no tocante a qualificação profissional para que estes tenham oportunidades no mercado de trabalho com geração de renda. Se esses elementos forem incentivados pelo Estado, a realidade social das famílias em questão seria melhor.

Vale destacar que esses dados coletados foram resultados da pesquisa solicitada pelo Ministério Público, com o objetivo de fundamentar melhor o processo de reassentamento das famílias que têm sofrido com a violação de direitos. As questões relativas ao crescimento do PIB de Açaílândia nem sempre estão atreladas ao desenvolvimento social. Esse último é essencial para o desenvolvimento destas populações. Conforme Ponciano, Junior e Gonçalves (2013, p. 46) muitas ações já “foram desencadeadas a partir da solicitação dos moradores do Pequiá de Baixo acerca do reassentamento e a partir disto foi aberto um inquérito civil pelas promotorias de justiça da Cidade de Açaílândia (I.P. n°001/2011) que aguarda decisão judicial”.

4.3 Saúde e Meio Ambiente no Bairro de Pequiá de Baixo

A partir da implantação do pólo siderúrgico no bairro Pequiá de Baixo, foi possível registrar diversos impactos sobre as 320 famílias que lá residem. É comum o registro de problemas de saúde diversificados, como é o caso dos problemas respiratórios gerados em função dos gases e da fuligem expelidos pelas siderúrgicas. O meio ambiente também foi

agredido por conta da poluição da água, do ar e o desmatamento da floresta, cujo objetivo se voltou para a derrubada de árvores necessárias ao fornecimento de lenha vegetal para alimentar os altos fornos das siderúrgicas.

Conforme Pestana (2014, p. 47), esse “paradoxo é o reflexo do modelo de desenvolvimento adotado de forma geral pelo Brasil, em que as cidades que recebem grandes investimentos não recebem retorno no tocante ao bem estar social.” Os projetos econômicos são instalados, no entanto não ocorre um retorno às populações. Elas sofrem com a poluição que tem origem nos dejetos químicos das empresas.

Desse modo, Açailândia representa muito bem essa forma de desenvolvimento, pois dispõe de um pólo siderúrgico representado pelo capital internacional e se apresenta como símbolo do desenvolvimento regional, entretanto tem causado inúmeros impactos ambientais e de saúde, com despeito a saúde dos moradores que ali residem.

Os dados de pesquisa realizada por Guimarães (2012, p. 49) retratam que desde “o início das atividades siderúrgicas na região até junho de 2012, foram produzidos 47 toneladas de carvão vegetal/ano por 70 fornos industriais, localizados a menos de 1 Km da comunidade de Pequiá”. Dessa maneira, as operações que beneficiam o minério de ferro passaram a se expandir, exigindo, inclusive, um aumento significativo da extração dos recursos naturais, implicando em graves danos ao meio ambiente.

O polo siderúrgico do Pequiá alterou totalmente a qualidade do ar e da água. Nesse processo, é expelido uma fuligem que expõe os moradores que ali residem, uma vez que suas casas não possuem forro que impeça a entrada do ar poluído. Somado a isso, as empresas não utilizam protocolos para o manuseio do carvão vegetal, nem é feito o tratamento das estações de peneiramento do minério de ferro que estão próximas às residências, assim moradores sofrem problemas variados, conforme relato de um morador colhido por Pestana,

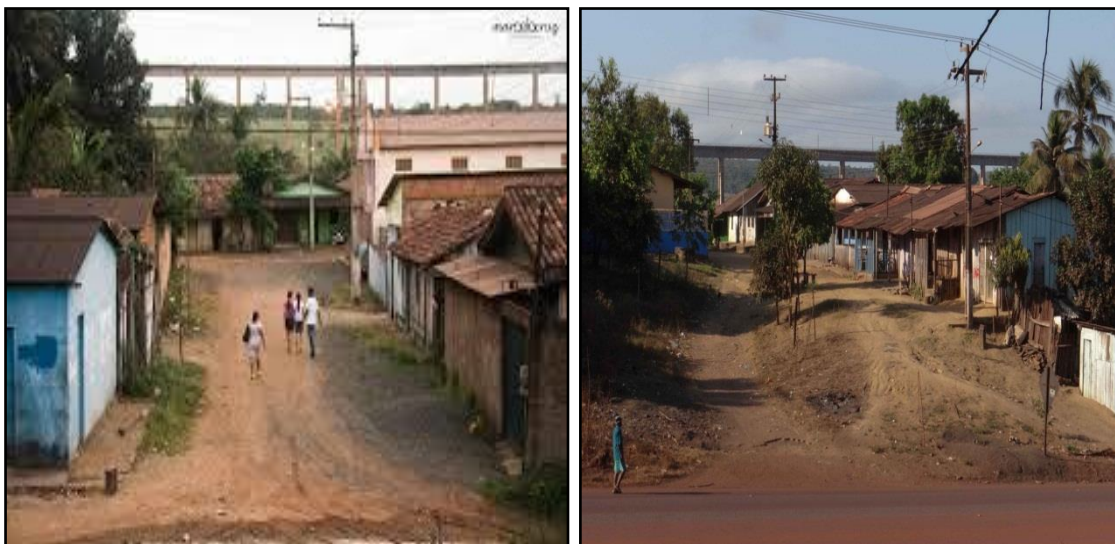
aqui a gente só tem uma melhorazinha no inverno quando chove. A mulher faz limpeza, demora a base de dois minutos e nos móveis já dá pra fazer o nome. Aqui a gente limpa a casa, a mulher quando acaba de limpar a casa já tá do mesmo jeito de novo, cheia de poeira. O Pequiá aqui é bom se num fosse a poluição que tem, pra morar é bom nunca achei um lugar melhor do que o Pequiá. O negócio é essa poluição. Isso afeta demais a saúde da gente aqui, eu mesmo vivo com gripe, febre. Pra dormir tem que botar um mosquiteiro e ainda botar uma coberta por cima, porque na hora de dormir a gente pode abrir a boca e engolir a poeira. Olha aqui pra gente beber água de poeira, olha o que eu faço. Boto um plástico por cima do pote, porque aqui a gente come e bebe poluição. (Morador do Pequiá de Baixo, relatos orais, 2013)

A partir desse relato, pode-se analisar várias problemas gerados em razão da poluição, provocada pela atividade siderúrgica. Entre eles, cabe destacar a fragilidade da política habitacional que não consegue abarcar todas as necessidades da população. É fato que a dinâmica de expansão das cidades amazônicas, como Açaíândia, por exemplo, vem acompanhada da ausência de políticas públicas, das precárias condições econômicas da população, da não absorção de trabalhadores e isso gera uma grave consequência para as cidades, tendo em vista as formas demandadas do espaço urbano atraídas pela implantação dos grandes empreendimentos econômicos.

Nesse caso, a implantação das siderúrgicas no Pequiá de Baixo ao invés de melhorar a qualidade de vida e desenvolver economicamente a região, tornou-se um grande pesadelo, uma vez que residências são precárias e não tem estrutura viável para evitar o grande nível de poluição ocasionado pelas siderúrgicas.

A Figura 8 exemplifica de que modo os imóveis ficam diante da poluição provocada pelas siderúrgicas. Schier (2012, p. 80) menciona que “o alto nível de poluição do ar também é responsável por irritações cutâneas, alergias e outras patologias relacionadas a pele e esse problema também é associado a mortalidade por doenças respiratórias reforçado pela precariedade do ar na região”.

Figuras 7 e 8: Pequiá de Baixo – Padrão de moradias



Fonte: <http://www.amarcosnoticias.com.br/moradores-de-piquia-de-baixo-protestam-contramorosidade-noprocesso-de-reassentamento/> Acesso: 22/06/2016.

Conforme as figuras apresentadas (Figuras 7 e 8) é possível verificar que os discursos desenvolvimentistas propagados pelos agentes econômicos e políticos não se concretizaram

no tecido social da cidade de Açailândia, ou seja, as populações locais do bairro de Pequiá de Baixo não tem se beneficiado da atividade siderúrgica.

As imagens esclarecem os reais significados desses projetos de desenvolvimento, os quais geram uma forte violação dos direitos humanos e, principalmente, o direito à saúde que é considerado um direito social inalienável. Nesse sentido, os relatos coletados pela pesquisa realizada por Moraes retratam e confirmam, com clareza, os significados dos projetos de desenvolvimento materializados em Pequiá de Baixo.

Aqui no começo que era só a Pindaré (usina siderúrgica) era bom. Ninguém andava adoecendo, era um pessoal todo sadio era muito bom. Tinha muita renda. Hoje não tem mais renda como tinha não, aí depois dessas outras siderúrgicas que chegou aí piorou a situação. Desse jeito todo mundo está se queixando da poeira, outros com problemas no pulmão. [...] a minha irmã morreu de infecção pulmonar e morava aqui também. Agora tem esse filho meu também que está com pneumonia, ele tem 25 anos [...] tem dois vizinhos meus também que estão com problema no [...] Todos os que moram aqui pode ir pra lá no médico fazer o raio X que tá tudo manchado no pulmão, por que se você vai comer, você engole o pó. Se você vai beber água você engole pó, se esta dormindo esta respirando o pó e porque que não causa problema no pulmão, causa sim, o nosso pulmão é frágil. (Entrevista realizada em Maio de 2016 com moradora de Pequiá de Baixo)

As pessoas que residem no bairro Pequiá de Baixo, como em toda a sociedade, tem direito de viver em um ambiente saudável e que não traga nenhum tipo de risco à saúde. O direito à saúde está preconizado em nível global e foi consagrado pelo artigo 12º do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o qual reconhece o direito de todo ser humano gozar do mais alto nível possível de saúde física e mental.

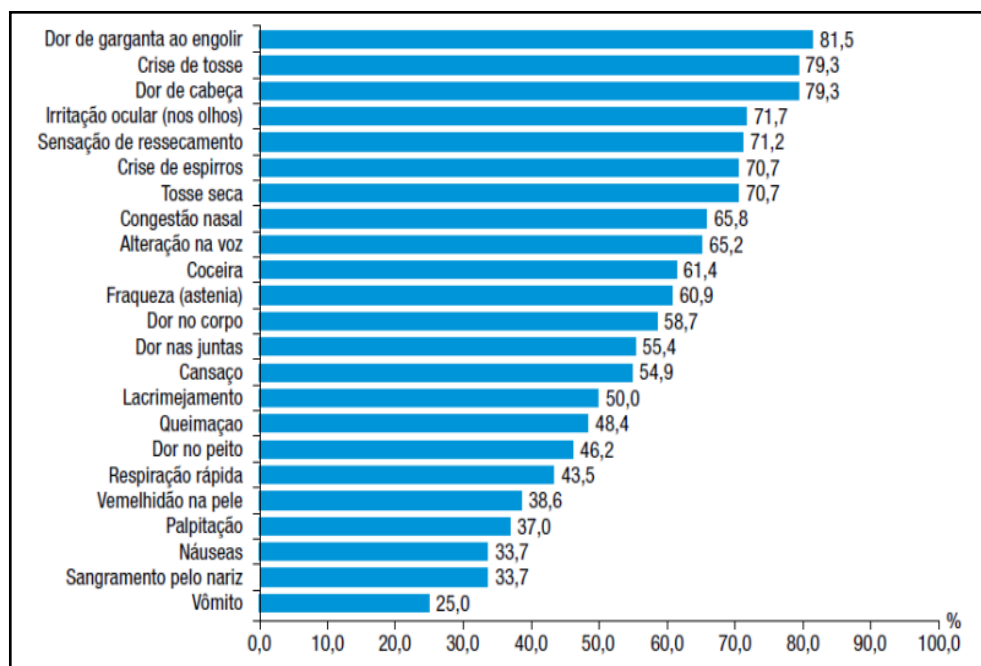
Na redação expressa do parágrafo 2º do Artigo 12 é destacado que todos os seres humanos têm o direito a saúde, incluindo nesse sentido, uma ampla gama de fatores socioeconômicos que promovam as condições sob as quais as pessoas podem levar uma vida saudável, e faz este direito extensivo aos fatores determinantes básicos da saúde, como a alimentação e a nutrição, a moradia, o acesso a água limpa potável e as condições sanitárias adequadas, condições de trabalho seguras e saudáveis e um meio ambiente saudável (Federação Internacional dos Direitos Humanos, 2011, p.41).

Nessa perspectiva, constata-se que a população do Pequiá de Baixo vive uma gravíssima situação no que tange à violação de direitos fundamentais, uma vez que esta localidade não oferece nenhuma qualidade de vida às suas populações. Direitos fundamentais,

como os de saúde, educação, habitação e saneamento são negados às populações residentes nesta área do município de Açailândia.

Segundo uma pesquisa realizada pela FIDH, em Açailândia no ano 2011, foram constatados os mais variados problemas de saúde ocasionados em razão da crescente poluição que se materializa em Pequiá de Baixo. O Gráfico 8 demonstra alguns dos principais problemas de saúde que são mais comuns à estas populações.

Gráfico 8: Problemas de saúde comuns às populações de Pequiá de baixo, 2010.



Fonte: FIDH, 2011.

Conforme os dados expostos no gráfico 7, observa-se que são várias as doenças que afetam a vida dos moradores de Pequiá de Baixo. Teve destaque nesse cenário apresentado, principalmente, dores de garganta, irritações ocular, dores de cabeça, crises de ressecamento da garganta, espirros, tosses secas, entre outras. Esses são alguns dos sintomas mais comuns que atingem às populações residentes em torno das empresas siderúrgicas. Instaladas a mais de quatro décadas nessa localidade, observa-se que os poderes públicos constituídos pouco fizeram para que esta situação fosse alterada.

Os estudos realizados por Pestana (2014), por meio das falas dos sujeitos entrevistados, evidenciam a fragilidade de ações políticas pautadas no equilíbrio da saúde e ambiental dessa localidade.

Posto de saúde aqui num tem. Os atendimento é só no posto lá de cima (Pequiá de Cima). Muitas vezes pra marcar consulta é mesmo só uma vez por semana e quando a gente chega lá nem consegue ser atendido. A situação aqui é difícil. Pra falar a verdade eu tô com um exame que eu fiz pedido tá com dois meses e nunca consegui marcar. O médico pediu um eletro do coração e taí até hoje eu tô sem marcar. Imagina os exames mais difícil. Então é assim aqui a gente morre, mais não tem atendimento de médico, nem de enfermeiro e nem de ninguém. (Relatos de entrevista realizada no ano de 2014 com moradora do Pequiá de Baixo).

Percebe-se, a partir dessa explanação, que a ideia de desenvolvimento preconizada pelo Estado vai de encontro às necessidades da população ali presente. A área apresenta fragilidades em todas as políticas públicas, inclusive na política de saúde. Esse cenário faz acreditar que essa área do Pequiá de Baixo merece uma atenção melhor no que diz respeito aos equipamentos necessários que possam atender as demandas da comunidade. A esse respeito, Reis (2013) comenta:

A presença das siderúrgicas no da década de 1980 em Açailândia tem corroborado para a geração de várias mazelas sociais e ambientais, dentre elas: a favelização, encortamento, a periferização, fatos estes que são visíveis no bairro de Pequiá de Baixo. A ausência de políticas públicas relacionadas às questões de moradia, saneamento ambiental, segurança, saúde e educação constituem em fatos evidentes. (REIS, 2013, p. 276).

Os problemas relacionados à saúde, educação, moradia e ao meio ambiente verificados no distrito industrial de Pequiá de Baixo, são bastante preocupantes. Esses problemas também foram notados através dos dados sistematizados pela FIDH (2011, p. 47), constatando “índices de doenças de pele, doenças respiratórias e de visão superiores aos da média nacional, além de mortes em decorrência de enfermidades respiratórias graves, como câncer do pulmão”. Há também o registro de mortes de adultos e crianças em razão do contato com a escória incandescentes (larvas) abandonadas nas proximidades do povoado pelas empresas siderúrgicas.

Outra situação agravante se reflete através da contaminação das águas, uma vez que todas as escórias de ferro e carvão acabam afetando alguns riachos que servem de captação de água para a comunidade. Vale enfatizar que as fontes de água se encontram abaixo dos empreendimentos e o excesso de ferro armazenado não é absorvido pelo organismo das pessoas que consomem essa água. Isso tem gerado graves consequências para o fígado e para

as células cardíacas, tendo em vista que não existe uma rede de captação das águas pluviais interna no pátio das siderúrgicas.

Nesse contexto, Guimarães (2012, p. 50) afirma “as águas do córrego Pequiá, que antes serviam às necessidades básicas da população, hoje é mais utilizada pelas indústrias, que após sua utilização, é devolvida ao meio ambiente aquecida e com composição química alterada pela quantidade de ferro e solutas”. Essa água é devolvida ao córrego sem o devido tratamento cujas consequências é a total contaminação.

No ano de 2007, a juíza de direito, titular da comarca da Açailândia, no curso das ações judiciais movidas por 23 famílias, solicitou a realização de uma perícia técnica a respeito da poluição atmosférica e das águas no Pequiá de Baixo. Conforme esta solicitação, os resultados destas ações asseveram como conclusões:

As emissões de fuligem e a conseqüente contaminação das águas contendo resíduos metálicos e ruídos são certamente prejudiciais à saúde humana. As condições em que vivem moradores, seus hábitos e tradições tornam a situação ainda mais crítica. Os animais de criação, como galinhas e porcos comem insetos e detritos contendo traços dos metais que podem ser carregadas, pelas águas pluviais quando esta corre pelo pátio da empresa antes de atingir os quintais. No momento da perícia, o vento soprava na direção Leste-Oeste, existem muitas habitações nesta região que são atingidas pelas descargas gasosas. A água de resfriamento dos altos fornos sai aquecida do pátio da empresa contendo materiais dissolvidos, é forte o cheiro de ferro oxidado, levando-se em consideração que não é somente o ferro que se encontra nos minérios processados, essa água pode sim contaminar os quintais das casas e as pessoas que ali habitam, sobretudo crianças (GUIMARÃES, 2012, p. 74).

Os resultados obtidos, através da perícia médica e ambiental, atestam o elevado grau de poluição hídrica e atmosférica a que as populações do Pequiá de Baixo estão submetidas em razão da produção siderúrgica. Em conformidade com essa perícia, foram determinadas algumas ações a serem desenvolvidas pelas empresas siderúrgicas a fim de atenuar os problemas ambientais e sociais, entre os quais destacamos:

- a) Necessidade das empresas adotarem a instalação de filtros anti-partículas;
- b) A instalação de incineradores de gases e a instalação de redes de drenagem acopladas a tratamento de remoção de resíduos da água;
- c) A instalação de galpões fechados para a execução das atividades de trituração;
- d) Diante de qualquer tipo de resíduo siderúrgico (seja derivado do minério de ferro ou do carvão vegetal) seja retirado das fábricas em caixas de concreto e transportadas em veículos de portas fechadas (FIDH, 2011).

É fato incontestável que a instalação dos empreendimentos siderúrgicos têm proporcionado um crescimento econômico singular no município de Açailândia. No entanto, o objetivo do referido estudo foi o de questionar os reais significados do modelo de desenvolvimento adotado por esses empreendimentos.

Como todo projeto econômico de grande magnitude, este que envolve a instalação e o funcionamento de um parque industrial no Sudoeste do Maranhão trouxe alguns benefícios. Embora seja perceptível que os malefícios são mais evidentes. As populações residentes no distrito industrial de Pequiá de Baixo tiveram suas vidas completamente alteradas em função da implantação dos empreendimentos siderúrgicos.

A perda dos seus referenciais, inclusive de suas vidas, representa os verdadeiros sentidos da presença dessas empresas que agridem o meio ambiente e violam os direitos fundamentais do ser humano, comprometendo até mesmo a vida desses sujeitos.

4.4 Geração de emprego e renda no Distrito de Pequiá de Baixo

Neste tópico apresentar-se-ão alguns dados relativos à questão da empregabilidade gerada no distrito industrial de Pequiá de Baixo em razão da instalação e funcionamento das usinas siderúrgicas. É fato incontestável a geração de emprego e renda por parte desses empreendimentos. No entanto, considera-se útil avaliar os prós e os contras que envolvem a questão dos empregos gerados nesses empreendimentos. Dessa forma, Castro (1993) revela que,

a implantação do parque industrial siderúrgico no distrito de Pequiá de Baixo, interferiu diretamente na organização do mercado de trabalho diversificando-se segundo setor e ramos de atividades, ocupações, qualificações, salários, políticas empresariais e gestão da mão-de-obra. Se por um lado repercutiu positivamente, por outro, afetou muitos trabalhadores que vivem no campo, área antes destinada quase que exclusivamente às atividades agrícolas tradicionais desta região (CASTRO, 1993, p. 95).

Como já foi citado no início desse capítulo, a partir da construção da estrada de ferro Carajás, iniciada ainda na década de 1970, milhares de trabalhadores de todas as partes foram atraídos para a região com o objetivo de conseguir emprego e gerar renda para sustentar a família. Como afirma Castro (1993, p.100), a formação de uma lógica de recrutamento inaugurada pela CVRD, “primeiramente a partir de contratações feitas por formas do setor da

construção civil, foi uma herança oriunda do mercado de trabalho formado na década de 70, com a chegada de empresas que serviriam como suporte para a implantação da EFC”.

Em razão da lógica de instalação de empreendimentos econômicos industriais implantados no Pequiá de Baixo, criaram-se expectativas de que este polo mudaria totalmente a qualidade de vida daquela comunidade, tendo em vista que as empresas contratariam pessoas da própria localidade. Porém, esta lógica não se confirmou. Os dados coletados por alguns pesquisadores desmistificam muitos dos discursos desenvolvimentistas. Evangelista (2008, p. 67) nessa direção advoga que “apesar da importância da indústria da transformação e, no interior desta, no setor siderúrgico, podemos dizer que o mercado de trabalho para os operários metalúrgicos é relativamente restrito e a concorrência por uma vaga é muito acirrada”. Conforme relato colhido em pesquisa de campo (Maio, 2016):

Eu moro aqui no Pequiá a mais de 20 anos, tenho três filhos rapazes com idade de 21 (vinte e um) 19 (dezenove) e 15 (anos) anos, porém nenhum deles arrumaram trabalho até agora, e 2 (dois) já concluíram o ensino médio mas as empresas não dão oportunidade, eles estão sem fazer nada. Não tenho dinheiro para pagar um curso para eles (Relato de uma moradora do Pequiá de Baixo)

As empresas em geral necessitam de trabalhadores qualificados. No caso do Pequiá de Baixo, não existem universidades, que contribuam para isso. Dessa forma, grande parte dos trabalhadores, que exercem funções com remuneração mais alta, são trazidos de fora e, por isso, a comunidade local não é beneficiada.

Parcelas significativas dessa população local não consegue ser absorvida pelo mercado de trabalho, uma vez que não possuem qualificação adequada. Muito embora, seja reconhecido que a estrutura siderúrgica de Açailândia coloque estas empresas como um elemento importante para a geração de empregos e, conseqüentemente, de renda.

Quadro 4: Distribuição de emprego informal em Açailândia

ÁREAS	Nº	(%)
Indústria de transformação	2.602	21,42
Serviços industriais de utilidade pública	86	0,7
Construção civil	668	5,5
Comércio	1.967	16,19
Serviços	3.197	26,32
Administração pública	1.700	13,99
Agropecuária	1.923	15,83
TOTAL	12,143	100,00

Fonte: CAGED/TEM, 2012

Conforme pesquisa realizada por Evangelista (2008, p. 239), “há possibilidade de inserção de um trabalhador sem qualificação conseguir uma vaga em siderúrgicas instaladas no Distrito de Pequiá de Baixo, porém, este exercerá atividade de serviços gerais, essa é a porta de entrada”. Dessa forma, é perceptível que os trabalhadores em geral de Pequiá de Baixo, inicialmente trabalhem nas indústrias sem qualquer qualificação e sem conhecimento do processo de trabalho exigido pelas indústrias. Nessa direção, são úteis as contribuições dos estudos de Evangelista (2008):

o primeiro posto de trabalho que qualquer um trabalhador sem experiência começa a trabalhar é o de serviços gerais. É o orelha seca, o faz tudo. Ele limpa o pátio, ajuda na descarga do carvão e lá ele aprende o processo de fundição do ferro, ai ele é alojado para algum posto mais específico (EVANGELISTA, 2008, p. 56).

Quadro 5: Demonstrativo de Empregos nas Siderúrgicas – Açailândia - 2007

EMPREGOS DIRETOS				TERCEIRIZADOS	
EMPRESAS	USINAS	ESCRITÓRIOS	ÁREA FLORESTAL	TOTAL	USINAS E FLORESTAS
Fergumar	176	46	11	233	125
G. Nordeste	Ñ. INF.	Ñ. INF.	Ñ. INF.	_____	Ñ. INF.
Pindaré	408	14	8	430	570
Simasa	214	3	4	221	412
Viena	505	23	62	590	350
Total	1.796	118	106	1.474	1.457

Fonte: SIFEMA, 2007.

Os dados dispostos no gráfico 4 atestam a expressiva empregabilidade nos diferentes setores que envolvem a produção siderúrgica no município de Açailândia.

No entanto, é reconhecido que parcelas significativas desses empregos estão associadas, principalmente, aos serviços terceirizados. Esse fato se deve em razão das instabilidades econômicas que se relacionam ao ferro-gusa, considerando que qualquer retração do mercado internacional gera, também, uma redução na geração de empregos. Esse é dos aspectos marcantes que caracterizam os polos de crescimento econômicos implantados na Amazônia brasileira.

É necessário questionar sobre esse modelo de desenvolvimento adotado, em particular, no município de Açailândia, uma vez que os processos produtivos têm exaltado crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. Essa é uma das marcas singulares dos

grandes projetos econômicos materializados nesta região. Vainer e Araújo, ao estudarem os significados destes empreendimentos, ressaltam que

os grandes projetos de investimentos buscam atender simultaneamente a duas exigências fundamentais: a da população e reprodução das condições gerais de acumulação capitalista. Esses enclaves econômicos são implantados na região, mas, não nascem de seus processos de desenvolvimento, não expressam as forças sociais, políticas e econômicas de base local, ou seja endógena. [...] Estes empreendimentos são portadores de uma oposição irredutível: a extraterritorialidade dos processos de acumulação de um lado e do outro, a territorialidade dos processos de acumulação de um lado e do outro, a territorialidade que ancoram e que se beneficiam de suas benesses (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34).

Outro elemento que influencia, negativamente, esse processo da geração de empregos relacionados ao segmento da siderurgia é a falta ou a inadequada qualificação profissional. Como mencionado antes, os cargos de prestígio, ou seja, de maior destaque, nas empresas siderúrgicas são exercidos por profissionais de fora da região.

Isso reflete, em certa medida, na falta de compromisso dos gestores dos empreendimentos siderúrgicos, no que se refere aos processos de qualificação de pessoal, uma vez que não há, por parte das empresas, preocupação com a qualificação de novos quadros. Não há investimentos das empresas e, portanto, não há interesse em aplicar investimentos no capital social na região.

Já se passaram mais de três décadas, desde que as empresas siderúrgicas foram instaladas em Açailândia, e os benefícios decorrentes desses empreendimentos às populações são ínfimos e não se concretizam na totalidade, ou seja, não atendem aos anseios e necessidades das populações do município de Açailândia.

Os efeitos da implantação das siderúrgicas, na região de Pequiá de Baixo, revelam uma visão bastante preocupante na percepção da sociedade e geral. Os dados expostos nesse estudo confirmam que os discursos projetados pelos agentes hegemônicos (Estado e o capital) não propiciam, na prática, melhorias da qualidade de vida das populações residentes no Pequiá de Baixo. Estes dados revelam os reais significados do grandes projetos difundidos na Amazônia brasileira. Conforme Vainer e Araújo:

Às regiões de implantação dos grandes projetos de desenvolvimento, de modo geral, têm restado a desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e quase sempre a degradação ambiental. São empreendimentos que se consolidam em razão do processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos

do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços exógenos aos das populações e regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 34).

Seguindo a linha de entendimento dos autores, essa realidade gera implicações socioespaciais negativas, pelas empresas siderúrgicas, visíveis na área que compreende o Bairro de Pequiá de Baixo. O sistema capitalista, representado pelo capital internacional, tem modificado e reestruturado diversos subespaços da Amazônia brasileira. Nesse caso, essa realidade, comum a toda essa macrorregião, não é diferente em relação ao município de Açailândia e, em particular, ao distrito industrial de Pequiá de Baixo.

A instalação e o funcionamento das usinas siderúrgicas, mesmo gerando algumas benesses, sobretudo quanto ao crescimento econômico para o município de Açailândia que apresenta um dos maiores produtos interno bruto do estado do Maranhão, não tem compartilhado com a sua população a riqueza gerada.

Tem restado, às populações locais e regionais, graves danos ao meio ambiente e, principalmente, impactos que tem levado a morte de muitos sujeitos sociais. Nesse entendimento, são válidas as contribuições fornecidas através dos estudos realizados por Monteiro (2005, p. 26), ao relatar que “[...] não se confirmaram, até o presente, as predições de que as indústrias seriam capazes de propiciar os efeitos dinamizadores da economia regional e serviriam como base de um parque industrial crescente, diversificado e interligado”. Corroborando com essa ideia, Loiola (2008, p. 47) ressalta, pertinente à geração de emprego, que “o número de empregos diretos gerados é pequeno se comparado a população dos municípios nos quais se instalaram, não sendo capaz de impulsionar significativas alterações na conformação do mercado de trabalho regional”.

A partir desses dados fornecidos e das entrevistas que foram realizadas nesse estudo, é possível afirmar que, mesmo com os benefícios propagados através dos empreendimentos siderúrgicos, os trabalhadores não se encontram na situação de bem estar e nem tão pouco numa zona de conforto, tendo em vista a situação de precariedade na qual estes trabalhadores se encontram. Somam-se a estes aspectos todas as condições de riscos que eles estão submetidos e que são peculiares ao trabalho desenvolvido nos processos de produção do ferro-gusa.

Assim sendo, entende-se que as possibilidades de “desenvolvimento” em Açailândia não se concretizam na prática, uma vez que a ideia de progresso que se incutiu e que foi propagada fica apenas nos discursos. O desenvolvimento regional prometido se expressa tão somente através de matrizes de pensamento discursivas, ou seja, não se irradia, na prática, na

vida das comunidades de Pequiá de Baixo. As imagens destacadas abaixo testemunham os reais significados desses grandes projetos na vida das populações residentes em Pequiá de Baixo.

Figuras 9 e 10: Açailândia/MA - Impactos socioambientais da produção siderúrgica



Fonte: Disponível em <http://www.celiafontinele.com.br/noticia/> Acesso: 28/05/2016

As imagens destacadas antes evidenciam com clareza os reais significados do **desenvolvimento** prometido através dos grandes projetos econômicos, dentre eles os projetos siderúrgicos. Franklin e Sousa (2013) nesse sentido enfatizam:

Em função da emergência e difusão da atividade siderúrgica o município de Açailândia tem se destacado no cenário econômico regional. Esta dinâmica tem revelado que a maior participação econômica de Açailândia está associada à produção industrial em razão da difusão siderúrgica. No entanto, é preciso notar que este crescimento não atende aos interesses das populações em sua totalidade. (FRANKLIN; SOUSA, 2013, p. 57).

Na esteira desse raciocínio, apesar dos empreendimentos siderúrgicos serem necessários ao desenvolvimento local e regional é oportuno repensar este modelo que tem sido conduzido pelos agentes hegemônicos (capital e Estado).

É preciso um engajamento das populações locais, dos segmentos vinculados aos poderes públicos a fim de propor modelos de desenvolvimento que, de fato, incluam as populações nas benesses, ou seja, nas riquezas produzidas através da atividade siderúrgicas. Compete à sociedade local do município de Açailândia indagar sobre esse modelo de desenvolvimento predatório, uma vez que as empresas, representantes diretas do capital

mundializado, têm preterido situações de crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. Almeida (2012) nessa direção ressalta:

É necessário entendermos as reais finalidades dos grandes projetos econômicos (modernizadores) implantados nas diferentes regiões da Amazônia brasileira, para então, reconhecermos e compreendermos o que está embutido nos discursos desenvolvimentistas propagados a partir desses empreendimentos. É preciso discutir com os diferentes setores sociais os ideais de progressos e modernização que estes empreendimentos tem divulgado para a sociedade em geral (ALMEIDA, 2012, p. 89).

Essa foi uma das preocupações centrais que mobilizou as ações da pesquisadora para a realização desse estudo. Procurou-se, desde o início da elaboração desta dissertação de mestrado, questionar os efeitos, ou seja, os significados do desenvolvimento prometido através da atividade siderúrgica às populações residentes em Pequiá de Baixo. Mais uma vez é importante reafirmar os reais significados dos empreendimentos siderúrgicos presentes na região Amazônica. Nesse sentido, Marques (Reis e Sousa) assinalam que:

a lógica econômica da siderurgia, em Açailândia baseia-se fundamentalmente na maximização produtiva e redução de custos operacionais, através de economia de escala e na baixa remuneração do trabalho. Nesse sentido, faz-se necessário afirmar que a abundância, de recursos, não é condição suficiente para o crescimento e desenvolvimento. É necessário afirmar as competências culturais e sociais para que haja o seu uso. O que se percebe é que não há um desenvolvimento social, pois se mantém, em Açailândia níveis mínimos comprometendo seu desenvolvimento social e econômico de forma maléfica para a população (REIS; SOUSA, 2012, p. 21).

Açailândia é reconhecida, no cenário estadual, como sendo portadora do segundo PIB industrial em termos de arrecadação. Mas é importante chamar atenção para alguns discursos que envolvem questões do PIB, pois, segundo Reis e Sousa (2012), esses são largamente usados como instrumentos de exibição de crescimento. A possibilidade de crescimento econômico do município não pode se dissociar do desenvolvimento social.

O que se percebe, no caso particular da produção siderúrgica em Açailândia e suas relações com as questões de desenvolvimento local no distrito industrial de Pequiá de Baixo, é uma clara separação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social²⁸. As

²⁸ O crescimento econômico pode ser analisado pelo aumento do Produto Interno Bruto-PIB, através da elevação da produção da região estudada. o PIB é calculado através da soma de todos os produtos e serviços finais de uma região para determinado período. Já o desenvolvimento social se refere a uma sociedade que apresenta melhores condições de vida.

pesquisas realizadas por Loiola confirmam este fato. Tendo em vista que no período correspondente aos anos de 1999 a 2005, ao acompanhar a evolução de empregos (admissões e demissões) no município de Açailândia, envolvendo nesse sentido, as principais atividades ligadas aos setores secundários e terciário, é perceptível o aumento de postos de trabalho na indústria de transformação, em particular, envolvendo o desenvolvimento da atividade siderúrgica onde se enquadra a produção de ferro-gusa, indicando o potencial de geração de emprego da atividade” (LOIOLA, 2005, p. 49).

Por outro lado, os dados dessa mesma pesquisa revelam fortes evidências de um elevado grau da rotatividade desses trabalhadores, indicando tempo de permanência no emprego muito curto. Essa característica associa-se ao caráter instável que é peculiar ao desenvolvimento da atividade siderúrgica, uma vez que a cada sinal de crise deste setor, no mercado mundial, ocorre uma retração na geração de empregos. O quadro 5, apresentado abaixo, enfatiza essa dinâmica da empregabilidade no setor siderúrgico em Açailândia.

Quadro 6: Evolução do emprego por setor da atividade econômica no município de Açailândia-MA no período de Jan/1999 a Jun/2007

SETORES	ADMITIDOS	DEMITIDOS	SALDO
Ind. Transformação	11.501	9.275	2.226
Const. Civil	1.644	1.839	-195
Comércio	3.372	2.630	742
Serviços	7.774	6.458	1.316
Agropecuária	1.727	1.500	227
Outras	0	0	0
TOTAL	26.018	21.702	4.316

Fonte: LOIOLA, 2005.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA- (2005), o número de postos de trabalho das indústrias siderúrgicas, corresponde a 78% do total de postos da indústria de transformação do município de Açailândia, que é de 3.409 trabalhadores. Porém, é importante ressaltar que, após duas décadas de implantação das indústrias no município de Açailândia, não é pertinente a afirmação de que existem indicadores que confirmem as dinâmicas de desenvolvimentos geradas pelas expectativas de toda a produção.

De modo geral, reconhece-se que os grandes projetos de investimentos ou polos de desenvolvimento regional são questionados por causa de seus impactos regionais negativos. São elevadíssimos os custos sociais e ambientais que os grandes projetos econômicos acarretam às populações que residem em seu entorno.

Não é nenhuma novidade que a busca permanente pela exploração dos recursos naturais, em particular, através dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos,

hidrelétricos, entre outros, traduz o modelo de desenvolvimento predatório que se instalou na Amazônia brasileira desde a segunda metade do século XX.

Para desenvolver tais projetos, os governos militares, inicialmente, estabeleceram fortes vínculos com o capital especulativo mundial, inserindo esta macro-região (Amazônia) no cenário produtivo mundial. Cada projeto guarda em si as particularidades que lhes são peculiares. No entanto, há algumas semelhança na produção dos efeitos negativos desses grandes empreendimentos, a saber o aumento significativo de populações no entorno dos projeto, que foi possível graças às propagandas edificadas pelo capital e Estado, bem como as diversas mazelas sociais (avanço dos problemas de pauperização, marginalização social, violência, aumento do uso de drogas, favelização, problemas ambientais generalizados, dentre outros).

Essas são as verdadeiras faces, ou seja, os reais significados dos grandes projetos econômicos presentes na Amazônia brasileira. Às populações residentes no distrito industrial de Pequiá de Baixo têm restado os custos ambientais e sociais ao invés das benesses. Esse modelo predatório necessita de ser questionado pela sociedade a fim de que prevaleça, a estas populações, o direito à vida. Nesse sentido, ao estudar os problemas ambientais e sociais gerados, particularmente, no distrito industrial de Pequiá de Baixo Walison Reis (2013) expõe:

Em síntese, a atividade comandada pelas siderúrgicas tem afetado a saúde, segurança e o bem-estar das populações locais, bem como suas atividades sociais e econômicas. As condições dos recursos naturais também se encontram em patamares insustentáveis, ou seja, há graves danos ambientais e os seus reflexos são imediatos na vida destas populações, uma vez que este espaço ao invés de propagar a vida tem conduzido muitos sujeitos à morte (REIS, 2013, p. 283).

A partir das evidências expressas por diversos estudiosos, dentre eles o mencionado acima, bem como por meio da pesquisa ora apresentada, cumpre questionar e levantar algumas sugestões com vistas de dirimir estes problemas socioambientais materializados em Pequiá de Baixo. É necessário um maior enfrentamento em relação a esses problemas e uma mobilização maior da sociedade a fim de que as políticas públicas sejam efetivadas em prol dessas populações.

4.5 Organização Comunitária no Distrito de Pequiá de Baixo

Em decorrência da implantação das empresas siderúrgicas no distrito industrial de Pequiá de Baixo, é importante conhecer como a comunidade se organiza diante de todo esse processo de degradação das suas condições de vida, incluindo nesse processo, a degradação da qualidade do meio ambiente, saúde e as dificuldades de inserção das populações no mercado de trabalho.

Interessa reafirmar que o bairro de Pequiá de Baixo se formou ainda na década 1970, fruto de assentamento de populações vinculadas ao campo. Nesse sentido, tratava-se de um espaço rural. Desse modo, a partir da década de 1980, são verificadas céleres transformações deste espaço em função dele ter sido pensado pelo capital e pelo estado para compor no cenário estadual maranhense e no interior da Amazônia brasileira como um dos polos siderúrgicos voltados a servir de suporte à crescente produção mineral localizada no sudeste paraense. Nos anos 1980, instalaram-se na localidade de Pequiá de Baixo, conforme mencionado 05 (cinco), siderúrgicas operando com 14 (quatorze) altos fornos. Segundo o relatório de diagnóstico socioambiental realizado pelo FIDH (2011):

Hoje o Pequiá de Baixo abriga em torno de 320 famílias e a população está estimada em cerca de 1.200 (hum mil e duzentas) pessoas. Logo com o surgimento do bairro, criou-se a Associação dos moradores do Pequiá de Baixo, fundada em 7 de junho de 1989, cujo objetivo principal se ocupou de tratar de providências necessárias ao desenvolvimento da comunidade do Pequiá de baixo, tendo em vista os projetos da prefeitura. Tinha também o objetivo de estudar projetos em favor da comunidade e tomar outras providências quando necessário (FIDH, 2011, p. 76).

Essa associação de moradores, hodiernamente, encontra-se regularmente cadastrada em nível municipal e estadual organizada e mobilizada na defesa do direito à moradia adequada, à saúde e à vida dos habitantes e de todos os trabalhadores que residem no distrito industrial do Pequiá de Baixo no município de Açailândia-MA.

Na atualidade, a comunidade de Pequiá de Baixo se organiza através da atuação direta da associação de moradores do Pequiá de Baixo juntamente com outras organizações que estão diretamente envolvidas no processo de luta em favor da comunidade do Pequiá de Baixo. Em face dos problemas apresentados, conforme explanação durante todo o trabalho, presentes nesta localidade, sobretudo, as violações de direitos a partir da implantação das siderúrgicas, é que esta associação atua. As populações sempre esperaram o tão sonhado

“desenvolvimento”, prometido na década de 1980, porém a realidade não correspondeu às expectativas provocadas nessa população.

Através de um levantamento de dados realizado no município de Açailândia, entre os meses de setembro e outubro de 2015, há o reconhecimento de diversas organizações sociais que atuam diretamente na defesa dos direitos das populações residentes na comunidade do Pequiá de Baixo. Algumas delas são apresentadas no quadro a seguir

Quadro 7: Pequiá de Baixo – principais organizações sociais atuantes

ASSOCIAÇÕES SINDICATOS	OBJETIVOS	ANO DE FUNDAÇÃO
CLUBE DE MÃES	Ajudar idosos, as crianças, bem como pessoas em outras necessidades da comunidade. Elaborar projetos que visam a melhorar a infraestrutura da comunidade bem como cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social, além de cursos e orientações às famílias. Hoje este Clube é uma entidade municipal reconhecida por lei municipal 388/2012 e conta com sede própria.	03/04/1982
PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA	Desmembrada atualmente e denominada, na área do Pequiá, de Paróquia Santa Luzia. É coordenada pela congregação religiosa dos missionários combonianos cuja prioridade no local é a evangelização com especial atenção a promoção da justiça socioambiental e cuja metodologia é a educação e o protagonismo popular. A paróquia, atualmente, abrange todo o distrito industrial e toda a área rural em sua volta.	Fundada desde a década 1980.
REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS	Criada no final de 2007, trata-se de uma coordenação de movimentos, associações e cidadãos que começou a interrogar-se sobre a maneira mais eficaz e justa para cobrar da Vale do Rio Doce e passou a exigir uma justa compensação pelos danos causados ao meio-ambiente e à população que vive nas áreas impactadas pela ferrovia.	2007
CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS Carmem Bascaran	Fornecer orientação jurídica à população do município de Açailândia e encaminhar denúncias às autoridades competentes. O CDVDH mantém atividades de dança, teatro e capoeira em seis núcleos espalhados pelo município, das quais participam cerca de 400 jovens entre oito e 21 anos. "A nossa maior obra foi incentivar a criação de associações de bairro, rádios comunitárias, entre outros grupos, por pessoas formadas no centro.	1996
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	Acompanham a resistência dos moradores, através de formação e articulação com alguns assentamentos de Açailândia com troca de experiências e saberes. Buscam assegurar os direitos sociais dos associados e das populações vinculadas ao sindicato.	Década de 1980

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Todas essas organizações, através de articulações junto à associação comunitária dos moradores do Pequiá de Baixo, iniciaram um processo de luta, conscientização e mobilização social com as famílias afetadas pelos empreendimentos siderúrgicos, buscando, assim, alternativas e soluções imediatas para todos os problemas sociais e ambientais já mencionados neste estudo.

Essa necessidade da organização comunitária pode surgir em qualquer sociedade, sendo que o seu objetivo é estreitar as relações entre grupos e seus membros, que compartilham ideias em comum. Na organização comunitária pode se desenvolver também a organização política que segundo Moraes (2012) é definida,

como aspecto da cultura, encontrada em todos os grupos humanos, simples ou complexos e é a condição necessária para a sua existência através de grupos e subgrupos, cujas relações requerem controle social, parentesco, sexo, religião, associações e outras que servem de base para a segmentação das sociedades (MORAES, 2012, p. 41).

Nesse sentido, a comunidade do Pequiá de Baixo há muito tempo tenta se organizar para enfrentar os problemas causados pelas indústrias siderúrgicas. Segundo relatos coletados na pesquisa realizada por Moraes (2012), o Padre comboniano Antônio fez um grande apelo a organizações que defendem os direitos humanos para que esta comunidade de Pequiá de Baixo seja ouvida diante das insatisfações causados pelos empreendimentos econômicos que ali se instalaram.

Faz tempo que existe a comunidade do Pequiá de Baixo e a comunidade católica representada pelos padres combonianos se preocupou com o que acontece no Pequiá de Baixo, conhecemos seu Edvar que é presidente da Associação de Moradores e há 6 anos entramos na luta para defender os direitos daquela comunidade juntamente com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascaran (MORAES, 2012, 56).

A Associação de Moradores se apresenta como outro importante instrumento de denúncias em relação a todas as formas de violação de direitos encontrados junto à comunidade de Pequiá de Baixo. Esta associação iniciou um processo de grandes lutas contra o Estado e contra as empresas siderúrgicas e as responsabilizaram por todos os danos sociais e ambientais causados às populações. De acordo com o relatório de diagnóstico ambiental e social produzido pela FIDH (2011), um entrevistado descreve, sinteticamente, sua vinda para

a cidade de Açailândia e os impactos sociais e ambientais que passou a sentir na pele desde a sua chegada à localidade de Pequiá de Baixo.

Quando eu vim de Pernambuco por causa da glória que tinha aqui (Siderúrgicas no Pequiá). Era a glória, era o céu. Diziam que emprego era bom, coisa e tal [...] A gente ouvia muitas promessas. Eu vim por causa do mistério que tinha em Açailândia (risos) só que quando eu cheguei aqui eu não encontrei esse mistério [...] quando eu vim pra cá eu vim nessa ilusão. Pois esperava ter boas condições de vida. Mas o que a gente vê mesmo é muitas pessoa sofrendo por causa da poeira e do pó que tem matado muita gente. (Relato de morador residente em Pequiá de Baixo, 2011).

A partir desse relato, evidencia-se que, após o processo de implantação das siderúrgicas no município de Açailândia, particularmente, no distrito industrial de Pequiá de Baixo, houve grandes promessas de um progresso contínuo às populações residentes nesta localidade. As propagandas difundidas pelo Estado e pelo capital atraíram parcelas significativas de populações de diferentes regiões do país.

As promessas ligadas à geração de emprego e renda e o desenvolvimento da cidade de Açailândia e região soavam, através dos discursos dos agentes dominantes, como algo que se concretizaria a curto prazo. A cidade de Açailândia era vista e entendida nesse cenário como uma “metrópole do futuro” em função da posição econômica que assumiu após a implantação das siderúrgicas na década de 1980.

Porém, contrastando com essa afirmação, é possível reconhecer, a partir de uma observação sistemática, que Açailândia é uma cidade com intensas desigualdades sociais, em que pesem os lucros elevados anunciados pelas empresas que não correspondem com a realidade, pois sua população é majoritariamente pobre 54,2% somado a esse dado, muitos vivem com apenas R\$75 reais mensais (IBGE, 2010).

Ainda segundo dados do IBGE, entre os anos de 2000 a 2010, a taxa de pobreza caiu apenas 7,53%, inferior à queda da taxa de pobreza no estado do Maranhão. O IBGE também mediu o Índice de Gini, que investiga as causas da desigualdade social e que, por sinal, sinalizou que os dados de Açailândia só pioraram, subindo de 0,59 para 0,63 (quanto mais próximo de um, mais desigual). A partir desses dados, confirma-se que a dinâmica socioeconômica do município de Açailândia não está compatível com o IDH no tocante a comunidade do Pequiá de Baixo por exemplo.

O desenvolvimento foi prometido pelos agentes dominantes (capital e Estado) após a implantação da CVRD na década de 1980, porém, o que se vê é o trem passando na frente das

casas dos moradores de Açailândia transportando todos os dias o correspondente bruto em minério de ferro, de cerca de 50 milhões de reais. Esse trem da Vale pode ser considerado o maior trem do mundo, com 330 (trezentos e trinta) vagões, cerca de 3.500 metros de extensão e a capacidade para transportar 40 mil toneladas, mas as condições de vida dos habitantes não refletem esta riqueza (FIDH, 2011).

Com isso, evidenciam-se os verdadeiros significados dos grandes projetos econômicos implantados, nesse caso particular, através da atividade siderúrgica. Ele propaga discursos vazios, uma vez que o desenvolvimento esperado não [é concretizado na prática, restando, às populações locais, a violação de direitos e muita pobreza.

Conforme levantamento de dados, realizado junto à Associação de Moradores de Pequiá de Baixo (2015), constatou-se que o distrito industrial de Baixo conta com 298 (duzentos e noventa e oito) domicílios, considerando que destes, 22 (vinte e dois) estabelecimentos não residenciais como, escolas, igrejas e casas comerciais, totalizando 1.500 pessoas cadastradas pela Associação de Moradores.

No intento de apresentar dados mais contundentes acerca do que a pesquisadora se propõe a estudar, ouviram-se alguns relatos de alguns moradores, com vistas a identificar e compreender os benefícios e malefícios causados pela implantação das usinas siderúrgicas na localidade de Pequiá de Baixo. Seguem abaixo estes relatos.

Nós chegamos aqui tem mais de 25 anos. Meu menino mais velho tinha 3 anos. Hoje vai fazer quase 30. Antes aqui era muito bom. Tinha água boa e a gente não era obrigado a comer pó todo dia. Meu sonho era ficar aqui. Fazer minhas prantação. Mais logo vieram os problemas. Muita poluição. Então quando os meninos tavam crescendo era muito comum a gente ter que ir na Imperatriz atrás de socorro... Eu digo de médico por causa dos problemas respiratórios das crianças. Hoje em dia e já faz um certo tempo que tudo o que a gente quer é sair daqui. Chegamos antes das siderúrgicas e gente tem todo o direito de ficar aqui. Mais essas firmas são poderosas demais e no começo não conseguimos levantar a voz e nem impedir que se instalassem. Elas é quem escolhem os lugares que pode ficar e nós que somos o povo mais pobre temos que largar tudo. Por isso eu vejo que a única solução pra nós é sair daqui mesmo. Por que já foi muita gente que morreu. Até parentes nossos. E a gente não quer morrer por causa das siderúrgicas. (Relato extraído de morador residente no distrito industrial de Pequiá de Baixo no mês de Maio de 2016).

Nós viemos do Ceará e já tem mais de 20 anos. Chegamos já estava avançado as empresas siderúrgica aqui no Pequiá. O povo que mora aqui sofre muito com essa poeira. Com o pó que vem das siderúrgica. Mesmo a gente sabendo que muitos já morreram de problemas respiratórios, dor de cabeça por causa da poluição, nunca foi feito nada para impedir que essas siderúrgicas saíam daqui. E sabe por que? Por que quem tem dinheiro é quem manda. Então a gente tem de conviver com esses sinais da morte direto (Relato extraído de morador residente no distrito industrial de Pequiá de Baixo no mês de Maio de 2016).

Bem, a gente chegou aqui no Pequiá já na década de 1990. Nesse tempo todo convivendo com a poluição. Infelizmente não temos direitos a condições de vida digna. Por que a gente não tem saúde. Cada vez mais aumenta a poluição e as empresas nunca fizeram de nada para acabar com isso e se a gente quiser viver que saía daqui. Por isso que a gente quer o reassentamento. Morar num lugar que garanta melhores condições de vida a todos nós. Por que muita gente já morreu por causa da poluição, desse pó que a gente tem de engolir todos os dias. (Relato extraído de morador residente no distrito industrial de Pequiá de Baixo no mês de Maio de 2016).

Os relatos, por si só, apresentados denunciam os significados da presença dos grandes projetos no distrito industrial de Açailândia, em particular, no bairro de Pequiá de Baixo. Foi possível apreender, através das falas dos entrevistados, que tem ocorrido permanente violação aos direitos fundamentais do ser humano.

São evidentes os problemas relacionados às condições de moradia, uma vez que as populações residentes nessa área não tem direito e nem acesso a infraestruturas básicas, dentre elas a rede de água potável, a rede de coleta de esgotos, ou seja, o saneamento básico não constitui um elemento presente. Soma-se a essa ausência, a falta de segurança pública, uma vez que o bairro não conta com posto policial.

Outro elemento que se faz ausente e que se apresenta como um direito fundamental a qualquer cidadão diz respeito a um posto de saúde. Nesse sentido, a saúde oferecida aos moradores de Pequiá de Baixo é bastante precária e quase inexistente, uma vez que a população não dispõe sequer de um posto de saúde.

Associa-se a esta ausência dos serviços de saúde, a ausência de educação de qualidade. Além de conviver com todos esses problemas, os moradores de Pequiá de Baixo ainda tem de conviver com todas as dificuldades relacionadas à problemática ambiental, uma vez que sofrem, cotidianamente, com os gases expelidos de forma irresponsável pelas empresas siderúrgicas e com a fuligem e poeira de todo o processo de produção do ferro-gusa.

Diante das problemáticas ora expostas e verificadas in loco, compreende-se que é urgente a necessidade destas populações residirem em outras localidades. Esta tem sido a principal bandeira, ou seja, a principal reivindicação desses moradores, uma vez que a vida perdeu o sentido nesse lugar, cedendo espaço para a morte.

Os problemas denunciados neste estudo chamam a atenção para a necessidade do reassentamento das populações residentes em Pequiá de Baixo, tendo em vista que as pessoas da localidade não têm mais condições de conviver com a poluição. É também uma área desprovida de direitos.

Sendo assim, as populações residentes em Pequiá de Baixo começaram a se mobilizar, visando a acionar a justiça com o objetivo de solicitar a reparação de danos e, com isso, agilizar o processo de reassentamento em outra localidade de Açailândia.

Minha revolta encontrou o apoio de outros que moram aqui. Nós decidimos entrar na justiça. Esse foi um gesto necessário e corajoso afim de que os nossos direitos possam ser garantidos, pois chegamos aqui antes dessas empresas siderúrgicas e temos o direito de sermos reparados, pois muita gente já morreu por causa dessa poluição. Somos mais de 21 (vinte e uma) famílias pedindo indenização por danos à saúde, às condições de vida que são indignas por causa dessas empresas. Mais uma vez nos organizamos sozinhos e fomos a luta. (Relato extraído de morador residente no distrito industrial de Pequiá de Baixo no mês de Maio de 2016).

É notório que após a instalação e o funcionamento das empresas siderúrgicas, a comunidade do Pequiá de Baixo começou a perceber os níveis de agressão ao meio ambiente, à saúde e demais questões que envolvem as questões sociais, as quais confirmam as violações aos direitos fundamentais, como o direito à moradia, ao saneamento básico, à educação, à saúde e à vida.

Os relatos apresentados, através das 30 (trinta) entrevistas realizadas com os moradores de Pequiá de Baixo, confirmam os significados perversos dos discursos desenvolvimentistas, projetados pelos agentes políticos e pelo capital na localidade de Pequiá de Baixo. De modo geral, a chegada de parcelas significativas destas populações foi motivada, na década de 1980, em face da instalação das empresas siderúrgicas, as quais foram implantadas considerando os discursos, pautados no desenvolvimento econômico e regional, e as promessas de um futuro melhor a estas populações.

No entanto, o que se observou, in loco, e por meio de relato dos sujeitos entrevistados, é que a atividade siderúrgica tem beneficiado o capital nacional e mundial e o Estado mas não gera empreendimentos locais que beneficiem a população. Às populações locais têm restado problemas ambientais e sociais crônicos que comprometem, sobremaneira, a vida desses sujeitos.

Destarte, evidencia-se a necessidade urgente dos poderes públicos constituídos, a sociedade e os responsáveis pelos empreendimentos siderúrgicos buscarem a adoção de medidas que, de fato, resolva todos os problemas que envolvem os danos sociais e ambientais e que afetam, há mais de três décadas, a comunidade de Pequiá de Baixo.

Como forma de dirimir esses problemas, desde a década de 90 discute-se o processo de remoção dessas famílias da referida área e o reassentamento delas em local que assegure-lhes moradia digna e que favoreça o bem estar destes.

A partir da aplicação de um questionário, junto à comunidade de Pequiá de Baixo, no período de maio de 2016 a junho de 2016, aplicando pela pesquisadora ao realizar visitas domiciliares, indagou-se acerca do fato dos sujeitos pesquisados enxergarem o reassentamento como uma alternativa cabal para esses problemas. Por meio das visitas observou-se que se iniciava o processo de remoção destas famílias, conforme aponta o referido estudo, realizado através do diagnóstico social levantado in loco. Nesse contexto, promulgou-se o decreto expropriatório que:

[...] foi emitido em 13 de Julho de 2011, em 05 de Setembro foi iniciada a ação judicial de desapropriação (processo nº 5138-43.2011.8.10.0022). A emissão provisória na posse foi efetivada em 23 de Março de 2012. Desde então o terreno foi posto à disposição para início dos trabalhos referentes à projeção urbanística habitacional do novo bairro (PONCIANO, JUNIOR; GONÇALVES, 2013, p. 09).

Vale destacar que, mesmo com a efetiva participação de alguns segmentos da sociedade civil organizada, como é o caso da forte atuação da Associação de Moradores de Pequiá de Baixo, a missão camboniana, conduzida através da paróquia de São João Batista e as intervenções sócio jurídicas, interpeladas pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmem Bascarán, há um impasse, envolvendo a questão do reassentamento das populações de Pequiá de Baixo, pois não foi solucionado, tendo em vista que o terreno disponibilizado para a execução dos projetos habitacionais elaborados pela Associação de Moradores ainda encontra-se em tramitação pelo Ministério das Cidades.

Essa realidade demonstra que as populações residentes em Pequiá de Baixo, mesmo reconhecendo a necessidade de deixarem suas raízes, ainda assim, continuam com os seus direitos destituídos. Isso atesta os reais significados dos projetos siderúrgicos difundidos nesta região. Os direitos dos sujeitos que vivem nessa região são negados em detrimento dos interesses do capital.

Figura 11: Sítio São João – Futura área do Reassentamento de Pequiá de Baixo



Fonte: PTTS, 2013, p. 16

Tendo como base o decreto antes mencionado, nota-se a sinalização, por parte da justiça, do processo inicial do reassentamento das populações residentes em Pequiá de Baixo, em razão da entrega do terreno que abrigará estas populações. Entretanto, essa ação não se mostra como suficiente para suprir as necessidades dos moradores, pois além de um lugar digno para morar, eles necessitam de ter emprego, renda e as condições ambientais satisfatórias para que possam viver com dignidade. É uma luta travada há mais de três décadas pelas populações de Pequiá de Baixo. Cabe aos poderes públicos constituídos, a adoção de políticas públicas que contemplem estas necessidades, entendidas como direitos fundamentais garantidos a essas populações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar, em razão da realização desse estudo, que o processo de modernização regional imposto à Amazônia brasileira consagrou-se mediante a implantação de diversos projetos econômicos, em particular, os projetos vinculados à atividade agropecuária, à exploração da atividade hidrelétrica e ao desenvolvimento de projetos siderúrgicos. A racionalidade imposta a esta região a enxergou como um espaço produtivo que deveria atrair a atenção do capital.

Nesse sentido, o Estado, representado inicialmente pelos governos militares, se ocupou-se em desenvolver projetos econômicos fundamentados em discursos desenvolvimentistas que objetivaram, a um curto espaço de tempo, a modernização dessa região. Como parte desse processo, é importante situar o desenvolvimento de um polo de crescimento pautado na exploração dos recursos naturais existentes na Amazônia oriental, particularmente, os recursos minerais.

Ao considerar essa dinâmica mencionada, a partir da década de 1980, foi implantado, no município de Açailândia, o principal parque industrial do estado do Maranhão vinculado à produção da atividade siderúrgica. Os propósitos centrais desse polo siderúrgico se voltaram ao aproveitamento racional das riquezas minerais advindas do sudeste paraense, ou seja, da região de Carajás.

Os processos produtivos ligados à siderurgia, de fato, apresentaram-se como uma alternativa efetiva para o desenvolvimento regional (Amazônia oriental) e para o desenvolvimento do município de Açailândia. No entanto, o que se constatou, ao longo dessa investigação, é que tem restado às populações residentes, no entorno do distrito de Pequiá de Baixo, problemas socioambientais diversificados e crônicos.

No contexto desses problemas foi possível verificar que as populações de Pequiá de Baixo convivem, cotidianamente, com a poluição atmosférica que se desencadeou em razão do uso predatório do meio natural. As empresas siderúrgicas não se preocuparam em adotar medidas mitigadoras dos danos ambientais, sendo alarmantes os problemas gerados em função da emissão de gases poluentes e da fuligem que tem provocado a morte de parcelas significativas dessa população. Associam-se a esse problema, a poluição dos riachos e ainda todos os problemas relacionados à falta de infraestrutura urbana, como é o caso da ausência do saneamento básico, a falta de posto público de saúde e de segurança e a favelização que

comprometem a qualidade de vida e se apresenta como grave violação de direitos dos cidadãos residentes nessa localidade.

De modo geral, chegou-se ao entendimento, mesmo que parcial, que os projetos de desenvolvimento impostos à região de Pequiá de Baixo e ao município de Açailândia se inserem numa perspectiva desenvolvimentista, na qual o sistema econômico capitalista visa apenas ao lucro, refletindo de forma negativa no meio social e trazendo consigo todas as chagas de devastação dos recursos naturais, comprometendo a vida de gerações futuras.

Dessa forma, é pertinente mencionar que o estado do Maranhão, a exemplo de outros estados da região amazônica, insere-se nesse modelo predatório de desenvolvimento e tem acolhido, de perto, os projetos desenvolvimentistas como um caminho que visa à modernização de suas regiões.

Porém, é preciso reconhecer que o referido modelo é ilusório e não assegura condições de desenvolvimento às populações locais e regionais. No caso particular do desenvolvimento da atividade siderúrgica em Açailândia, há uma comprovação cabal, de quais são os interesses e intenções do estado e do capital nesse processo, ou seja, esses agentes objetivam o lucro desmedido de capitais – a reprodução de capital, através do uso indiscriminado dos recursos naturais.

Compreendeu-se, através da realização desse estudo, que o crescimento econômico é um dado concreto nas regiões vinculadas ao desenvolvimento de projetos econômicos. Açailândia tem testemunhado esse fato em razão do crescimento do seu produto interno bruto. No entanto, compete aos estudiosos, em geral, questionarem acerca dos reais significados desse crescimento, que não pode ser vislumbrado como sinônimo de desenvolvimento, uma vez que não tem beneficiado, na totalidade, os diferentes sujeitos que estão vinculados aos projetos siderúrgicos.

Além das mazelas sociais verificadas, no contexto do distrito industrial de Pequiá de Baixo, expressas através dos problemas relacionados à instabilidade do emprego, a rotatividade de trabalhadores, a falta de qualificação profissional, é necessário enfatizar, também, toda a problemática ambiental que tem provocado, inclusive, a morte dos sujeitos sociais que vivem na localidade.

O cenário ambiental e social, materializado na cidade de Açailândia, em particular, no distrito industrial de Pequiá de Baixo, produzido a partir da implantação do pólo siderúrgico, revelou de fato que o desenvolvimento preconizado pelo Estado, na década de 1980, em nada tem haver com o progresso e desenvolvimento local.

Desse modo, reconhece-se, ao fazer uma leitura e interpretação da atual de Pequiá de Baixo, que as indústrias de transformação, particularmente as siderúrgicas, contribuem para o agravamento e aumento da poluição ambiental, o que, de fato, compromete inúmeras pessoas ao desencadear problemas de saúde e outros agravos.

Contrário a essa realidade, é perceptível que a mobilização social exercida pelas organizações sociais seja considerada importante. No entanto, essas ações ainda são ínfimas diante das necessidades das populações locais que vivenciam problemas socioambientais que são históricos.

Mesmo considerando os avanços, no que tange ao processo de reassentamento das populações residentes em Pequiá de Baixo e a possível solução deste problema em função da remoção delas para outras localidades, é importante que se questione e mobilize a sociedade em geral para que esteja atenta para estes projetos de desenvolvimento, uma vez que, o que foi prometido, através dos grandes empreendimentos, têm soado como grande falácia, uma vez que não são distribuídos, de forma igualitária, as benesses das riquezas geradas na região às populações em geral.

Os relatos obtidos, através das entrevistas realizadas no distrito industrial de Pequiá de Baixos, esclarecem o que se coloca de forma obscurecida pela interesses dos grandes empreendimentos econômicos. O desenvolvimento regional, nesse sentido, deve ser, antes de um discurso, uma ação prática que envolva planejamento de ações a serem desenvolvidas nos espaços locais e na região com a participação e atuação dos diferentes sujeitos, considerando os direitos deles e não apenas os interesses dos agentes dominantes. Diante do exposto, afirma-se que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados.

A partir dos resultados apresentados, cabe ressaltar a necessidade de mobilização dos moradores do bairro Pequiá de Baixo com o objetivo de publicizar os problemas em prol do exercício do direito de ter uma moradia digna que preserve a qualidade de vida e a proteção. É urgente a busca pela consolidação do exercício dos direitos no tocante a todas as violações causadas pelos grandes empreendimentos no Pequiá de Baixo. Grandes avanços foram dados nesse sentido, a partir do processo de desapropriação de um terreno por parte do poder público municipal e a possibilidade do processo de reassentamento.

Essas conquistas são avanços. Elas fornecem esperanças a essa comunidade que não consegue acompanhar os passos do desenvolvimento tão sonhado e desejado por todos aqueles que acreditaram. Por isso, a população do Pequiá de Baixo abraçou o desafio de se mobilizar em busca do exercício pleno dos direitos.

Desse modo, fica evidente que a região pesquisada clama por atenção social e pela adoção de políticas públicas a fim de melhorarem suas condições de vida, visto que o desenvolvimento prometido pelo Estado e pelo capital não se materializou em Pequiá de Baixo e, conseqüentemente, não assegurou a qualidade de vida às suas populações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 1995.
- ALMEIDA, Desni Lopes. **Os Trilhos do desenvolvimento na Amazônia maranhense – conflitos e contrastes**. O caso de Pequiá de Baixo, Açailândia/MA. Dissertação de Mestrado – Curso de desenvolvimento socioespacial e regional, UEMA, São Luís. 2012.
- ALBINO, U. B. **Relatório de Perícia Ambiental**. Imperatriz. 2007.
- ARAÚJO, A. Batalha da Borracha. **Revista ISTO É**. São Paulo, Editora Três, n.1526, 30 dez. 1998.
- ARCANGELI, A. **O Mito da Terra**. 1980. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1987. Mimeo.
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO PEQUIÁ DE BAIXO. **Estatuto Social da Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá de Baixo**. Açailândia, Maranhão, 2013.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1998.
- ANDRADE, Maria L. Amarante; CUNHA, Luiz M. da Silva, GANDRA, Guilherme T. Reestruturação na siderurgia brasileira. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, set. 2001.
- ASICA. **Relatório Estatístico de 2005**. São Luís, 2005.
- ASSELIN, Victor. **Corrupção e grilagem em Terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009. 250 p.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. Lei 4.299/81. **Dispõe sobre a criação do município de Açailândia-MA**, São Luís, 1981.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Luta de Classes e Reestruturação Produtiva em uma Nova Rodada de Transnacionalização do Capitalismo**. São Luís – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 2006.
- BECKER, Bertha. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 401-428.
- _____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 2001 (Serie princípios)
- _____. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Berta K; MIRANDA, Maria Helena; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 1-15.
- BENEVIDES, M. V. **O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BOSSI, Dário. **Impactos e resistências em Açailândia**, profundo interior do Maranhão. Rede Justiça nos Trilhos, Açailândia/MA, 2008.

BRASIL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento** (1930-1985). Brasília: Imprensa Oficial. 1974.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira**. Brasília: MI/MMA, 2008.

_____. **Ministério das Cidades: Secretária Nacional de Habitação. Instrução Normativa nº 08/2009**. Brasília-DF, 2009.

_____. **Decreto-lei nº 1.813**, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de novembro de 1980.

_____. **Código de Minas**. (1967), 2 ed. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 2011.

_____. **Decreto 74.067**, de 29 de Setembro de 1974. Brasília. Imprensa Oficial.

CAGED. **Perfil do Município**. 2004. Disponível em < <http://perfildomunicipio.caged.com.Br>>. Acesso em: 23 de Janeiro de 2016.

CARDOSO, A.S.C.S. **Análise de eficácia e efetividade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia**. Tese de doutorado – Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável do Tópico Úmido, Belém, 2011.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

CARDOSO, A. L. **Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas**. Revista Proposta, n. 37, junho/agosto, 1998.

CARDOSO, M. L. **Formulações da política econômica**. In: ideologia do desenvolvimento-Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. **Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira**. IN: COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. (ORG.) 10 anos da estrada de ferro Carajás. Belém: UFPA/NAEA, 1992.

CARNEIRO, M. D. S. do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. (ORG.) 10 anos da estrada de ferro Carajás. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- COELHO, M. C. N. **A ocupação da Amazônia e a presença militar**. Coleção a Vida no Tempo. São Paulo: atual, 1990.
- COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia**. Belém: NAEA, 2008.
- COELHO, Maria Célia Nunes. **A CVRD e a reestruturação do espaço geopolítico na área de Carajás (Pará)**. In: CASTRO, Iná de Castro; GOMES, Paula da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de geografia**. V.4, n. 3, p. 39-68, Rio de Janeiro, 1987.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. 4. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil 2008.
- COTA, Raimundo G. Carajás. **A invasão desarmada**. Cametá: Novo Tempo, 2007
- COSTA, Luís Gonçalves da. **O Desenvolvimento industrial Siderúrgico de Pequiá**. 1998. 82 f. Monografia (graduação) – Curso História. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Imperatriz, 1998.
- COSTA, H. S. M. ; BRAGA, T. M. Entre conciliações e o conflito: dilemas para o planejamento e gestão urbana e ambiental. In: Henri Acselrad. (org). **Conflitos no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2011.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, São Paulo: Xamã, 1996.
- CYRINO, Arthur Garcia A. A. **Privatizações no Contexto Neoliberal**. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n° 51, 1 out. 2001. Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/2201>> Acesso em 25 de Abril 2016.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas públicas governamentais**. A experiência dos anos 50. Revista brasileira de ciências sociais, ano 7, n° 19, p. 40-55, 1992.
- DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo P. **O Amapá nos Tempos do Manganês; Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A cidade da fumaça: a contribuição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia-MA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFMA, São Luís, 2008.

- FERREIRA, A. M. M. SALATI, E. **Forças de Transformação do ecossistema amazônico**. Estudos Avançados, São Paulo, V. 19, n. 54, p. 25 – 44, 2007.
- FIDH. **Quanto valem os direitos humanos: os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderúrgica em Açailândia**. Revista, nº 563, Maio, 2011.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: fundo de cultura, 1992.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 34: ed. São Paulo: companhia das letras, 2007.
- _____. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- FIALHO NASCIMENTO, N. S. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma apreensão da questão social na região**. 2006. (Tese de Doutorado). Serviço Social - PPESS- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio, 2006.
- FÓRUM CARAJÁS. **Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais**. São Luís: Fórum Carajás, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Pulo: Atlas, 2008.
- _____. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, R. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- GSERMS. **Transformações Contemporâneas e Sistema de Controle Social nas Relações Campo e Cidade: Trabalho, Luta Social e Prática do Serviço Social**. São Luís: UFMA, 2006, Projeto de Pesquisa.
- GUIMARÃES, Luana Santana. **Os impactos socioambientais no pólo siderúrgico do bairro Pequiá de Baixo no município de Açailândia-MA**. curso de Direito. Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Imperatriz-MA, 2012.
- HALL, Antony. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean. (Org.) **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE; Belém: NAEA, 1991, p. 144-162.
- _____. **O Programa Grande Carajás-gênese e evolução**. In: Jean Hebette(org).O cerco está se fechando.Petrópolis: Vozes, 1991.
- HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- GRANDES PROJETOS. [s.n], **Seminário Sobre estratégias frente aos impactos sócio-ambientais no Maranhão**. São Luís, 2004.
- HAGEMANN, H. **Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE/ISA, 1996.

IBGE. **IBGE e Ministério do Meio Ambiente lançam mapas temáticos da**

Amazônia. Brasília, 2007.

_____, **Censo 2000.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em 5 de jan. 2016.

_____, **Censo 2008.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em 19 de jan. 2016.

_____, **Censo demográfico de 2010.** disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 15 Fev. 2016.

IPEA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comercio Exterior, Exportações de Borracha Toneladas e Libras esterlina. Estatísticas Históricas do Brasil. In: IBGE. **O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias.** 2. Ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990. V. 3. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> . acesso em: 22 de Janeiro de 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ **Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro.** Brasília: IPEA, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ-IDESP. **Agricultura e siderurgia numa região de fronteira:** os pequenos produtores rurais em face da implantação do pólo siderúrgico na Amazônia Oriental brasileira. Relatos de pesquisa, 14. Belém, 1988.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Editora Cortez, 2º edição. 2008.

LAURENCE, W. F. et al. **The future of the Brazilian Amazon.** Science, V. 291, Jan, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENIN, V. L. **O Imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1982.

LEAL, A. L. **Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia:** o caso ALBRASIALUNORTE. Revista Ciências da Terra, n. 5, Jul/Agosto, 1982.

_____. **Uma sinopse histórica da Amazônia.** São Paulo: 1991 (Mimeo)

_____. **Grandes projetos amazônicos I:** o caso Ford no tapajós. Belém, 1996.

_____. **Amazônia:** aspecto político da questão mineral. 1998. Dissertação (Mestrado do Núcleo de Altos Estudos da Amazônicos) – Universidade Federal do Pará, NAEA. Belém, 1988.

LOUREIRO, J. J. P. **Cultura amazônica, uma poética do imaginário.** Belém: CEJUP, 1995.

_____. **Amazônia:** Estado, Homem, Natureza. Belém: CEJUP, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Conflito de terra. In: Herbert. **Amazônia**: estado, homem e natureza. Belém: CEJUP, 1992, p. 217-244.

LOBO, M. A. A. **Estado e capital transnacional na Amazônia**: o caso da ALBRAS-ALUNORTE. Belém: NAEA, 1996.

LOIOLA, Edney. Vantagens competitivas espúrias e limites para o desenvolvimento: o caso da indústria siderúrgica de Açailândia. Belém, 2005.

_____. **Diferenciações na produção siderúrgica e implicações para o desenvolvimento na Amazônia Oriental Brasileira**. (Tese de Doutorado). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA. Universidade Federal do Pará, 2010. 304 p.

LUNA, Regina , Celi Miranda Reis. **A Terra era liberta**. São Luis , EDUFMA, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999.

MARINI, C. Um governo matricial: estruturas em rede para a geração de resultados de desenvolvimentos. In. **Congresso Internacional del clead sobre la reforma del Estado y de la administración pública**, 2009. Madrid, 2004, V.9.

MAHAR. D. J., **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPESS, 1978.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha durante a segunda guerra mundial**. Cadernos UFAC, Rio Branco, 1988, p. 23-61. Series Estudos e Pesquisas 1.

MARQUES, G. S. **SPVEA: O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966)**. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, N° 34, p.163-198, fevereiro 2003.

MARQUES, Gilberto. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Rio de Janeiro: UFRR/CPDA, 2007.

_____. **A incorporação amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro**. Revista de Estudos Paraenses. Belém, 2010.

_____. **Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral?** Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, 2012.

MENDES, A. D. **Relações entre planejamento físico e o econômico social**: algumas considerações sobre a experiência brasileira. Belém: NAEA/UFPA, 1976. Caderno NAEA, N°1.

MENDES, A. D. **Introdução ao planejamento regional brasileiro**. Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1958. v. 1.

MESQUITA, Benjamim Alvino; COSTA, Solange Maria Gayoso; TEIXEIRA, Gerson Luís Mendes. **Expansão do agronegócio e a produção de alimentos na América Latina: a contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social.** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís. UFMA, São Luís, 2015.

MILANEZ, B. **A Ferro e Fogo: Impactos da Siderurgia Para o Meio Ambiente e a Sociedade Após a Reestruturação dos Anos 1990.** 2008.

_____. **A Expansão da Siderurgia no Brasil: Perspectivas da Justiça Ambiental.** 2009. (Texto em construção com o Grupo Articulação Siderurgia Rede Brasileira de Justiça Ambiental (<http://www.justicaambiental.org.br>)).

MONTEIRO, Maurílio. **A siderurgia e carvoejamento na Amazônia. Drenagem energético-material e pauperização regional.** Belém, NAEA/ UFPA, 1996.

_____. Mineração industrial na Amazônia e implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, Pará v.8, n. 1, jun. 2005.

MORAES, Adriana Pedra. **Os impactos sociais causados pelas siderúrgicas no município de Açailândia: a realidade do bairro de Pequiá de Baixo.** Curso de Serviço Social, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão. Imperatriz, 2012.

MUNIZ, Zulene; ALMEIDA, Desni Lopes. **A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, regional e o transnacional.** Anais do V Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina. 2013, São Luís.

NECES, M. V. **A Heroica e desprezada batalha da borracha.** Revista Historia Viva. Junho de 2004.

OLIVEIRA, L. A. P. **Dinâmica populacional e social na Região Amazônica: um velho assunto e suas novas dimensões.** Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/iesam/l-a-oliveira.html>. Acesso em 28 nov. 2006.

OLIVEIRA, A. R. **Projeto Carajás, práticas indígenas no Maranhão.** *Revista Antropológica*, Belém, v. 15, n.2, 2004.

OLIVEIRA, Wesley Pereira; TRINDADE, José Raimundo; FERNANDES, Danilo Araújo. **O Planejamento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimento no Brasil.** *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 35, n.1, p. 201-230, Jun. 2014.

PANDOLFO, C. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras.** Belém: CEJUP, 1994.

PESTANA, V. T. **Os impactos socioambientais decorrentes da atividade siderúrgica na comunidade Pequiá de Baixo em Açailândia.** Dissertação de Mestrado em Ambiente e

Desenvolvimento - Centro Universitário UNIVATES. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, 2014.

PENHA, Luciano Rocha; NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. **Os impactos do desenvolvimento na área de influência da Estrada de Ferro Carajás**. Revista Inter espaço. v. 1, n.1; p. 212-225. Jan/Jun 2013. Grajaú-MA.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **As duas fases da história e as fases do capitalismo**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Textos para discussão 278. Maio de 2011. São Paulo.

PICOLI, FIORELO. **O capital e a devastação na Amazônia**. 1º ed. São Paulo. expressão popular, 2006.

PONCIANO, A. S.; JUNIOR, J.F.M.; GONÇALVES, M. A. **Relatório Sociojurídico da Comunidade do Pequiá de Baixo: Famílias com direito ao reassentamento no novo bairro**. Relatório Técnico Sociojurídico, apresentado ao Ministério Público Estadual como subsidio para o Inquérito Civil Público nº 01/2011. Açailândia, 2013.

PONTE, Zuleide P. **Região amazônica, projeto de integração do Estado brasileiro e alteridade**. Belém, 2003 (dissertação de mestrado).

PTTS. **Projeto de Trabalho Técnico Social**. Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá de Baixo. Ministério das Cidades. Brasília, 2014.

RAMOS, Marina Courral. **O desenvolvimento econômico na Amazônia legal: seus impactos sociais, ambientais e climáticos e as perspectivas para a região**. Cadernos de Pós Graduação. v.9/nº 1. Faculdade de Direito/UFRGS, 2014.

REIS, Walison Silva. **Efeitos socioespaciais de grandes projetos no sudoeste maranhense: uma reflexão a partir do desenvolvimento da atividade siderúrgica no município de Açailândia-MA**. In: SOUSA, Jailson de Macedo. (Organizador). **O regional e o urbano no Sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas**. Imperatriz-MA: Ética, 2013. 481 p.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não – comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, Paulo. (org.). **Novo Dicionário de Economia**. [s.l.]: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Inaldo Vieira dos, BRAGA, Darlene e PLANS, Josep Iborra. **Conflitos e Violência na Amazônia Legal**. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, Flávio (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. Goiânia: CPT-Nacional, 2014.

- SENRA, K. V. **Cinquenta anos de políticas públicas federal de desenvolvimento regional do Brasil**. In: FARIA, Rodrigo; SCHVARSBURG, B. (orgs). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília; Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011, p.168-194.
- SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. Consulta Legal. **A Responsabilidade do Poder Público pelos Danos à População na Região de Açailândia**. 2012.
- SIFEMA. **Arquivo**. São Luís, 2005.
- SOARES, Sebastião José Martins. **Documentação particular**.1996
- SOUSA, Jailson de Macedo. **A dinâmica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Estudos Socioambientais /Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, 2005. 220p.
- _____. REIS, Walison Silva. **Efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental: uma reflexão a partir do desenvolvimento da siderurgia na cidade de Açailândia-MA**. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária – SINGA. Uberlândia, MG. **Anais/SINGA**, 2012. CD/ROM.
- _____. **Os efeitos de grandes projetos na pré-amazônia maranhense: uma reflexão através da colonização dirigida**. In: XV ENANPUR – Encontro Nacional de Planejamento urbano e Regional – 2013. Recife-PE. **Anais/ANPUR**, 2013. CD/ROM.
- _____; FRANKLIN, Adalberto. **Formação socioespacial Sulmaranhense: da emergência de Pastos Bons à constituição de uma região policêntrica**. In: SOUSA, Jailson de Macedo. (Organizador). **O regional e o urbano no Sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas**. Imperatriz-MA: Ética, 2013. 481 p.
- _____. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia – PPGEU/UFU, 2015. 558 p.
- SILVA, M. C. **O país do Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.
- SILVA, Antônio Rafael. **Parecer Médico acerca dos problemas de saúde que afetam a população do povoado do Pequiá no município de Açailândia-MA**. Açailândia-MA. São Luís: UFMA, 2011.
- SINFERBASE – Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos. **Relatório 2010**. disponível em <<http://www.sinferbase.com.br>>. Acesso em 14 Fev. 2016.
- SPVEA. **Política de desenvolvimento da Amazônia** – vol. 1: Balanço de atividades, vol. 2: Nova política de desenvolvimento. Belém: SPVEA, 1960.

SPVEA. **Plano de Valorização Econômica da Amazônia**; Primeiro Plano Quinquenal. Belém: SPVEA, 1954.

_____. **Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica**. Belém: SPVEA. 1954.

STELLA, T. H. T. **A Integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e Grilagem**. Instrumentos da aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 3 Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. Human Development Report 1990. New York: Oxford University Press, 1990.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, S. **Açailândia, Eixo do Maranhão: a influência do polo guseiro no desenvolvimento econômico de Açailândia**. Imperatriz, MA: Ética, 2010.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO ÀS POPULAÇÕES RESIDENTES NO
DISTRITO INDUSTRIAL DE PEQUIÁ DE BAIXO**

1) Desde que período reside nesta localidade? Que motivos trouxeram o (as) Senhor (a) à morar nesta localidade?

2) Gosta de morar nesta localidade de Pequiá de Baixo? Por quê?

3) Quais as principais vantagens e desvantagens de morar nesta localidade?

4) Com relação aos impactos ambientais e sociais gerados pelas empresas siderúrgicas, quais os que tem causado maiores impactos às populações? Justifique a sua afirmação.

5) Vocês/ Famílias são contra ou a favor do processo de reassentamento das famílias desta área? Por quê?

6) Você ou sua família já tiveram oportunidade de se inserir no mercado de trabalho através da implantação das siderúrgicas?

ANEXOS

ANEXO A - Materia sobre o Reassentamento do Bairro Pequiá de Baixo

www.justicanostrilhos.org/nota/1213

Mais visitados Primeiros passos https://blu171.mail.liv... Facebook Gmail Aniversário do Amigo... Pensador Favorito

Justiça nos Trilhos

Quem Somos Artigos Mídia Comunidades Contatos

Início

Audiência discute reassentamento de Piquiá de Baixo

20/05/2013



Com o objetivo apresentar e entregar o projeto urbanístico e habitacional do novo bairro para os moradores de Piquiá de Baixo em Açailândia, distante 70km de Imperatriz, foi convocada uma audiência pelo Ministério Público. A reunião foi marcada para o dia 21 de maio, na Câmara Municipal de Açailândia, pelo promotor de justiça, Leonardo Rodrigues Tupinambá.

Os representantes dos moradores vão apresentar oficialmente o projeto que foi elaborado com a assessoria técnica do Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina CTAH) em conformidade com as necessidades das famílias que compõem o bairro. A entrega do projeto representa um avanço na luta por uma moradia digna às famílias de Piquiá de Baixo, que há décadas vivem ao lado de cinco siderúrgicas e sofrem com a poluição.

O reassentamento da comunidade para um outro local e o projeto do novo bairro são resultados de um trabalho conjunto da Associação Comunitária dos Moradores com a igreja, Rede Justiça nos Trilhos e Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH), mas é apenas a base do processo de reassentamento.

"Essa é apenas uma das etapas do reassentamento. Muitas outras, ainda, têm que ser efetivadas para tornar o reassentamento possível e retirar as famílias dessa condição indigna. Por exemplo, é necessário que a empresa Vale também assuma a sua responsabilidade pela situação e repare esse dano contribuindo com recursos para a construção das casas", afirma a membro da Rede Justiça nos Trilhos, Sislene Costa.

Foram convidados para participar da audiência a prefeita, Gleide Santos, o procurador do município, Idelmar Mendes, o secretário executivo do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (Sifema), Marcos Souza, o defensor público, Igor Arruda e o secretário estadual de agricultura e presidente do Sebrae, Cláudio Azevedo, dentre outras autoridades.

Buscar

Buscar neste site:

ANEXO B – Matéria sobre a poluição causada pelas Siderúrgicas

www.ecodebate.com.br/2011/02/21/acailandia-ma-mais-de-300-familias-estavam-vivendo-em-meio-a-poluicao-causada-pelas-industrias-siderurgicas/

HOME | BOLETIM DIÁRIO | CONTATO | ECODEBATE | EQUIPE | PROJETOS | RÁDIO | REGRAS | REVISTA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

EcoDebate

Cidadania & Meio Ambiente

Revista Cidadania & Meio Ambiente Caminhando Junto com a Sociedade

Boletim Diário Contato EcoDebate Equipe Estatísticas Projetos Rádio Regras Revista Cidadania e Meio Ambiente

Açailândia, MA: Mais de 300 famílias estavam vivendo em meio à poluição causada pelas indústrias siderúrgicas

Publicado em fevereiro 21, 2011 por HC

Tags: [contaminação](#), [MP](#), [poluição](#)

Share 0 Like 5 Tweet 0 +1 0 Email 0

MP garante a aquisição de terreno para o reassentamento dos moradores de Pequiá de Baixo

Devido aos problemas de poluição ambiental causados pelas empresas siderúrgicas em Açailândia, o Ministério Público do Maranhão provocou mais uma reunião, quinta-feira, 16, com representantes do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa (SIFEMA), e de moradores do povoado de Pequiá de baixo para a aceleração das discussões no processo de aquisição de um novo terreno para o reassentamento de mais de 300 famílias.

Durante a reunião registrada em ata, o SIFEMA se comprometeu em adquirir o terreno correspondente à área do "Sítio São João", com 38.4410 hectares, localizado na BR 222, Km 08, no sentido Açailândia/Pequiá. A área já foi avaliada pelo CREA e atende às necessidades da comunidade.

De acordo com o promotor de Justiça Gleudson Malheiros Guimarães, que atualmente responde pela 2ª Promotoria de Justiça de Açailândia, a realização da compra e venda do terreno destinado para a transposição da referida comunidade está agendada para o dia 22 de março, às 10h, na sede da promotoria do município.

"O Ministério Público vai entrar em contato com o proprietário do terreno mediante notificação

Siga o EcoDebate
RSS Twitter Facebook Boletim

Google Pesquisa Personalizada Pesquisar

ANUNCIE AQUI
COMPRE SEU ESPAÇO PUBLICITÁRIO

ANEXO C – imagem do distrito industrial se sobrepondo sobre as casas do bairro

Piquiá de Baixo - Açailândia

www.oeco.org.br/reportagens/28458-piquia-um-povoado-coberto-por-po-de-ferro-na-amazonia/

Piquiá, um povoado coberto por pó de ferro na Amazônia

Por Fabíola Ortiz

0 segunda-feira, 14 julho 2014 22:00 1 Comentário

Apoie a criação das Ucs de Bonito

wiki**parques** beta

Site interativo dedicado aos cidadãos que querem compartilhar seus conhecimentos, explorar e debater sobre nossos Parques Nacionais e áreas protegidas.

Clique aqui para colaborar e proteger

INFOAMAZONIA

Ajude a mapear as

ANEXO D – Matéria sobre as siderurgias de Açailândia

reporterbrasil.org.br/carta.php?id=142

Mais visitados Primeiros passos https://blu171.mail.liv... Facebook Gmail Aniversario do Amigo... Pensador Favorito

ReporteBrasil

Clique Aqui e APROVEITE

TAM

Cartas: As contradições das siderúrgicas em Açailândia

Dario Bossi, Açailândia (MA)

A siderúrgica Gusa Nordeste está crescendo muito, nesses últimos meses: em breve deverá entrar em operação em Piquiá-Açailândia uma usina termelétrica, cuja construção exigiu um investimento de R\$ 25 milhões. Segundo o diretor da Gusa, Ricardo Carvalho Nascimento, a termoeletrônica tem grande apelo ambiental, já que os gases produzidos nos alto-fornos, antes emitidos na atmosfera, agora serão queimados por uma caldeira que produzirá 50 toneladas de vapor e gerará energia elétrica vendida à cidade.

Uma primeira pergunta é: esses gases que agora serão queimados, até hoje (isto é, por 17 anos) onde iam parar? Nos pulmões do povo, respondem até as crianças!

Assim, todo novo empreendimento denuncia a omissão de vários anos passados em total descuido do povo: também a Vale finalmente disse que vai colocar (?) filtros nas carvoarias da Ferro Gusa Carajás, bem próxima ao assentamento Califórnia, mas quem irá ressarcir três anos com 71 fornos industriais despejando fumaça nas casas do assentamento?

Essas modernas empresas olham para o futuro, e é bom, mas deveriam antes saber consertar um passado desastroso.

Agora é a vez da acaeria (usina que transforma ferro gusa em aço). Um investimento de quase R\$ 500 milhões, que deveria gerar cerca de 1.800 empregos. Será a primeira indústria de aço do Maranhão e está prevista para entrar em operação em 2010.

Bem-vindo esse processo de verticalização da produção! Faz décadas que vinha sendo desejado para o nosso Maranhão: propicia um melhor aproveitamento local das matérias primas, sem exportar tudo para o exterior a preço de banana. Os produtos de aço, já mais desenvolvidos, poderão ser vendidos a preços maiores e a receita em lucro para nossas regiões deveria aumentar, bem como o trabalho.

O desafio será, como sempre aqui no Brasil, uma equa repartição desses lucros!

Além disso, verticalizar a produção tem globalmente um menor impacto ambiental: haverá menos gastos e poluição para o transporte das matérias primas.

Busca

Agrocombustíveis

Leia o relatório da ReporteBrasil sobre os impactos da lavoura da soja

Lista Suja

Busca no banco de dados da LISTA SUJA

Boletim

Cadastre seu e-mail e receba nosso boletim:

Opinião

Blog do Sakamoto: Parada do Orgulho LGBT: saindo do armário do preconceito

Blog

Quem somos

Agrocombustíveis

Esravo, nem pensar!

Combate à escravidão

Comunicar para Mudar

Responsabilidade Social

Dúvidas do Trabalhador

Contato

Trabalho escravo

O que é

Mentiras mais contadas

Como uma pessoa livre se torna escrava

Como uma pessoa escrava se torna livre

Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema

O trabalho escravo e a legislação brasileira

Documentos para pesquisa

Jurisprudência

